

Segmento: Governo RS

19/06/2017 | Correio do Povo | Política | 6

PP descarta nome de Ana Amélia ao Piratini

Bernardi afirma que senadora disputará reeleição, justifica distância do PSDB e admite apoio ao PMDB

O presidente estadual do PP, Celso Bernardi, informou ontem que já está consolidado no partido que a senadora Ana Amélia Lemos será candidata à reeleição ao Senado e não disputará o governo do Estado. “A senadora não será candidata ao governo. Ela estará na maioria como candidata ao Senado”, afirmou. Bernardi disse ainda que as tratativas de uma aliança entre PSDB, PP e PTB, tendo o ex-prefeito de Pelotas, Eduardo Leite (PSDB), como candidato ao governo, foram “comprometidas” pela mudança do cenário nacional.

“Essas conversas aconteciam em uma conjuntura na qual o PSDB se mostrava muito forte para uma candidatura nacional, a ser reproduzida nos estados com diferentes aliados. Mas, depois das denúncias, contra o Aécio (o senador afastado Aécio Neves, do PSDB), isso mudou, afetando as articulações estaduais, inclusive no RS.” As posições aproximam o PP ainda mais do governador José Ivo Sartori, que o PMDB já lançou candidato à reeleição. Hoje o PP é o principal partido da base aliada de Sartori. E Bernardi admite que a aliança com o PMDB para 2018 está em discussão.

Na próxima semana, nos debates que começa a realizar com as bases, a direção partidária distribuirá questionários nos quais consta a solicitação de uma avaliação da atual administração estadual. “Estamos apoiando todas as iniciativas do governo. Tentamos agilizar o governo. É evidente que o PMDB é um dos partidos com que conversamos.” Outra possibilidade, diz Bernardi, é o PP apresentar uma “novidade” em candidatura própria. “Alguém de fora da política, como um empresário”, adianta.

19/06/2017 | Correio do Povo | Política | 6

PT aumenta pressão sobre Tarso

Enquanto o PP se aproxima do PMDB, no PT, que tende a polarizar a disputa eleitoral de 2018 no RS com o PMDB, o ritmo é de espera. De forma reservada, o partido aguarda que o ex-governador Tarso Genro aceite a solicitação de lideranças de diferentes correntes e entre na disputa. Quando dos preparativos para as eleições estaduais do partido, Tarso foi sondado, mas informou que não concorreria.

A negativa não mudou o entendimento da cúpula partidária de que Tarso reúne requisitos considerados como fundamentais para que a sigla tenha chance de uma candidatura competitiva. São eles a desvinculação dos escândalos da Lava Jato; a necessidade de um nome de consenso na base petista; e, ainda, que tenha a capacidade de capitanear votos nas classes média e alta. Os petistas avaliam ainda que, com Tarso, poderão fazer uma comparação “precisa” entre os dois governos. As bancadas federal e estadual do PT intensificaram a pressão sobre o ex-governador.

Ele segue dizendo que não concorre. Mas seus interlocutores têm a convicção de que a candidatura vai acontecer. “Vai demorar um pouco, mas acreditamos que, em meados de março, anunciaremos o nome do Tarso”, informou ontem uma das lideranças partidárias que têm tentado convencer o ex-governador. Publicamente, a cúpula petista segue o script da corrida eleitoral. “Não estamos tratando de nomes ainda. O que posso adiantar sobre a disputa é que não consideramos o governador Sartori um nome competitivo”, alfineta o presidente eleito do PT gaúcho, deputado Pepe Vargas.

19/06/2017 | Correio do Povo | Política | 6

Sigla se afastou do PSDB

De público, dirigentes do PP e do PSDB negam que as divergências em Porto Alegre entre o prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) e o ex-secretário de Relações Institucionais e Articulação Política, Kevin Krieger (PP), influenciem no “resfriamento” das relações entre as siglas. Krieger, presidente do PP da Capital, defendeu com força a composição com o PSDB em 2016, contrapondo as preferências da direção estadual, que preferia outro caminho.

Após sua tese vencer, coordenou a campanha de Marchezan e, com o tucano eleito, foi apontado como homem forte da administração. Mas, após uma série de desentendimentos, deixou a secretaria no início de maio. O PP segue no governo municipal. “Aqui em Porto Alegre está tudo calmo. Minha saída foi tranquila e não temos problema para repetir a aliança em 2018”, diz o ex-secretário. Ressalva, contudo, que o partido deve considerar suas opções de candidatura própria e, ainda, que o governador é um nome competitivo. Hoje, Krieger e o presidente estadual do PP, Celso Bernardi, se reúnem para conversar sobre os cenários de 2018.

19/06/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 6

Vai pegar fogo

Além do embate político em torno da realização do plebiscito antes da definição do futuro de CEEE, CRM e Sulgás, que vem sendo travado há alguns dias entre governo e oposição na Assembleia, os debates nesta semana em plenário serão mobilizados pelo episódio da reintegração do prédio ocupado pelo movimento Lanceiros Negros. A atuação da polícia e a postura do Executivo no caso serão os principais alvos da artilharia dos adversários.

19/06/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 6

Outros temas

Apesar da orientação à base, para que seja rejeitada a emenda de Marcel van Hattem, do PP, incluindo no plebiscito outras estatais, como o Banrisul, o governo está elaborando outras questões que devem integrar a consulta popular, se e quando ela ocorrer. Entre os temas das perguntas, deverão constar as Parcerias Público Privadas e a cedência de servidores públicos para atuação nos sindicatos.

19/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 17

Policiamento é mantido no local

Duas viaturas da Brigada Militar (BM) se mantinham em frente ao prédio desocupado na noite de quarta-feira pelo Movimento Livre nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que organizava a Ocupação Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, no Centro Histórico da Capital. O comandante do Comando de Policiamento da Capital (CPC), coronel Jefferson de Barros Jacques, havia informado que o efetivo deixaria a região na sexta-feira, quando a porta do prédio seria consertada.

Porém, a BM permanecia com reforço no local. Além das viaturas estacionadas em frente ao prédio, três policiais militares da Cavalaria se mantinham próximos. Cerca de 70 famílias estavam no prédio desde 2015. Nana Sanches, uma das coordenadoras, disse que o grupo se organiza para retomar suas vidas. “Uns foram acolhidos na Ocupação Mulheres Mirabal, outros estão em casa de parentes”, contou.

19/06/2017 | Diário da Fronteira | Geral | 11

Enfrentamento do crime necessita de esforço diário do estado, diz Sartori

Cerca de R\$ 67 milhões, entre recursos do Estado e da União, três novos presídios e um centro de triagem foram anunciados esta

semana para a área da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. "Quero destacar estas medidas porque sempre disse que, quando houvesse possibilidade financeira, investiríamos imediatamente na área", afirmou o governador José Ivo Sartori no programa Governo e Comunidade deste sábado (17). "O enfrentamento da criminalidade necessita de esforço diário das autoridades", acrescentou. Além disso, com a formatura de 1.033 novos brigadianos e mais 272 bombeiros o efetivo vai aumentar. O governador ainda lembrou que a área da Segurança foi a única que recebeu reajuste, de 19%, no orçamento de 2017.

Na Educação, o governo do Estado também investirá R\$ 38,2 milhões em melhorias na infraestrutura, para melhor atender aos alunos da rede pública de ensino. Os recursos são da renovação de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). "Nós já tínhamos trabalhado esses dois últimos anos em obras de reparos e manutenção nas escolas", ressaltou Sartori. Mais de 500 escolas serão beneficiadas até o final de 2018. "Estes são os recursos da chamada autonomia financeira, ou seja, as instituições de ensino é que decidem onde e como irão investir", explicou.

Ao final, o governador manifestou solidariedade às famílias desabrigadas pelas chuvas. "Vamos enfrentar juntos as dificuldades. A Defesa Civil do Estado e todas as nossas equipes seguem mobilizadas para atender a quem mais precisa neste momento difícil", afirmou.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

Só para licença, Hospital Regional ainda precisa de 19 documentos

Papelada é necessária para obtenção de documento que libera operações no prédio. Estrutura, que foi entregue há 271 dias, mas segue sem pacientes, deve ser inspecionada pela Fepam neste mês. Além disso, faltam equipamentos e gestor

Página 16

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Claudemir Pereira | 10

A falta de candidatos e a rendição dos partidos

PMDB, PP e PDT não terão candidatos a deputado federal por Santa Maria. Isso já é sacramentado e nem chega a ser uma novidade. Ocorre que há grandes chances destes partidos, inclusive o PP (leia outra nota nesta página), não apresentarem nomes sequer à Assembleia Legislativa, sucumbindo definitivamente a concorrentes forasteiros.

A grande desculpa da hora é a falta de recursos financeiros. Como se sabe, isso não é de hoje, mas virou um "motivo" a ser exaltado para se entregar. E a cada eleição fica pior, pois não se forjam candidatos futuros a partir de eventuais derrotas. Que, convenhamos, são do jogo eleitoral. Em resumo: abre-se mão da política, para virar algo de muita conveniência.

Peemedebistas, pedetistas e pepistas (e, mais recentemente, petebistas) estão a reboque dos interesses de parlamentares que chegam em Santa Maria apenas às vésperas das eleições, buscando votos cambiantes. Coisa de 30 mil, pelo menos, distribuídos entre todos eles.

As exceções, entre os grandes partidos da cidade, serão o PT e o PSDB. Nem mesmo o PSB pode ser colocado nessa lista, pois não se trata de um partido, mas de um nome (Fabiano Pereira), algo ainda a ser estudado mais adequadamente. Então, teremos petiscas com pelo menos uma dobradinha (Paulo Pimenta/Valdeci Oliveira) e tucanos, com nomes ainda indefinidos, mas que surgirão da bancada da Câmara de Vereadores, acrescida do secretário (e também edil eleito) João Chaves.

Em tempo: como os grandões não se apresentam, não é de duvidar que algum oportunista surja como messias e ultrapasse os tradicionais. O que, cá entre nós, e no popular, seria "beeem feito".

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Armando Burd | 12

As explicações que faltam

Em 2007, a dívida do Estado era de 33 bilhões de reais. Hoje, chega a 63 bilhões. Alguém que ficou fora no período poderá perguntar sobre a aplicação do acréscimo de 30 bilhões: quantas estradas foram duplicadas? Em que cidades se situam os novos hospitais regionais? O que pais e alunos estão achando das modernas escolas construídas? Tem mais: a recente renegociação, com prazo de carência para o repasse mensal ao Ministério da Fazenda, não sairá de graça. Deverá engordar a dívida em mais 15 bilhões de reais. Já que o Executivo se fecha, caberia à Assembleia Legislativa explicar a quem paga os impostos.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Saúde | 16

Fepam deve vistoriar Hospital Regional ainda neste mês

Quando o assunto é o Hospital Regional de Santa Maria, é grande a lista de perguntas e bem pequena a de respostas. Também sobra burocracia no andamento dos processos, o que acaba empurrando a data de início das operações sempre para mais adiante. Entre tantos procedimentos que ainda precisam ser concluídos para que seja possível a tão desejada abertura, está o processo de Licença de Operação do hospital. Imprescindível para o começo do funcionamento do complexo, o licenciamento é emitido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) após análise do projeto e vistoria no local.

A solicitação de Licença de Operação foi protocolada pela Secretaria de Saúde do Estado no dia 28 de agosto do ano passado, na Fepam em Santa Maria. De lá, foi enviada à Divisão de Infraestrutura do órgão, em Porto Alegre, 10 dias depois. Com uma mudança que fundiu as divisões de Infraestrutura e Saneamento, o processo foi novamente enviado para Santa Maria, no dia 24 de abril deste ano, para que os trâmites começassem de fato por aqui, na Gerência Regional Central (Gercen).

A Fepam, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que "os técnicos concluíram a análise dos documentos" e que "o empreendedor será contatado para agendas a vistoria, que ainda não ocorreu em função das chuvas das últimas semanas". A vistoria referida é uma espécie de visita técnica à sede do hospital, com um representante da Secretaria de Saúde e o responsável técnico, o que deve ocorrer ainda neste mês.

Para obter a licença, o empreendimento tem de cumprir uma série de requisitos previstos em um termo de referência que traz todas as condicionantes para desenvolver a atividade. E na vistoria que os técnicos verificarão se o hospital tem tudo o que está descrito no projeto. Anunciada em 2003, a obra começou em 2010 e foi entregue, segundo o governo do Estado, em 19 de setembro de 2016. Ainda estão pendentes as definições sobre a compra de equipamentos e sobre quem fará a gestão.

O QUE É PRECISO PARA OBTER LICENÇA DE OPERAÇÃO

Pedido de licença

Formulário de 'Licenciamento de Estabelecimentos Prestadores de Serviços de Saúde e de Análises". disponível no site da Fepam

Cópia do CNPJ da empresa

Certidão atualizada (em vigor) do poder público municipal que conste: razão social do empreendimento; endereço; área selecionada para o mesmo (enquadrando frente ao disposto no Plano Diretor, Diretrizes Urbanas, Lei Orgânica do Município, indicando os usos permitidos para a área objeto deste licenciamento, especificando a existência ou não de restrições ao uso da mesma para a atividade proposta, a ser discriminado no referido documento. frente à legislação vigente)

Relatório técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, apresentando as reais condições de operação do empreendimento

Levantamento com indicação da área do empreendimento e sua vizinhança (área deve ser localizada com referência a ruas, estradas, ferrovias, aglomerações urbanas, linhas de transmissão de energia, rios, arroios, áreas de preservação permanente, áreas alagadiças, banhados, mananciais, entre outros)

Levantamento topográfico, especificando os usos do solo, usos dos corpos de água, bem como dos poços e outras coleções hídricas existentes na área e na circunvizinhança

Levantamento das nascentes e cursos d'água localizados na área de influência direta do empreendimento, devidamente indicadas em planta (em imagem de alta resolução espacial/satélite) com suas respectivas áreas de preservação permanente em metros quadrados, e análise dos potenciais riscos da contaminação desses locais quando da implantação do empreendimento

Diagnóstico do meio biótico, com laudo de cobertura vegetal; mapa das áreas ambientalmente sensíveis e projeto de proteção/conservação das mesmas, identificando os corredores de fauna, apresentando laudo técnico da necessidade de implantação de medidas mitigadoras e prevenção

Estudo da fauna; levantamento das espécies, metodologia, indicando o papel ecológico, espécies endêmicas, raras, vulneráveis ou em extinção, vetores de dispersão e interesse científico

Laudo Técnico para determinação de área de preservação permanente conforme normas técnicas

Caso a área selecionada situe-se sob ou muito próxima a linhas de alta tensão, deverá ser anexado um Termo de Anuência relativo ao uso proposto, emitido pela concessionária responsável pela transmissão

Caso a área selecionada situe-se próxima à planície de inundação de um curso d'água, deverá ser anexado um documento que informe as cotas máximas de inundação num tempo de recorrência de 50 anos, emitido pelo órgão oficial responsável

Caso a área selecionada possa apresentar interesse cultural, de patrimônio histórico ou artístico, monumentos arqueológicos e pré-históricos a ser considerado, deverá ser anexado parecer do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional — IPHAN

Cópia do Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal vigente, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio

Cópia do Alvará Sanitário

Projetos do empreendimento (arquitetônicos e urbanísticos) acompanhados do memorial descritivo de funcionamento e informações sobre a capacidade de atendimento (especialidades)

Projeto do Sistema de Abastecimento de Água

Projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário

Planta do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais

Plano de Gerenciamento de Resíduos

Comprovante de contrato de empresa de coleta e/ou destino final dos resíduos sólidos

Anotação de Responsabilidade Técnica do Responsável pelo Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e efluentes líquidos

Laudo de eficiência da caldeira (se houver), com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

19/06/2017 | Diário Gaúcho | Direto da Redação | 27

Tempos estranhos

Imagine a cena. Criminosos invadem um súper e arrombam caixas eletrônicos. Responsáveis pelo estabelecimento percebem o crime, ligam para a Brigada Militar e pedem socorro para o 190. Eles têm medo de entrar na loja e deparar com algum bandido. Há também o risco de ser ferido com explosivos ainda ativos. Estão aflitos, portanto, como aflitos ficam vítimas da criminalidade. O socorro demora. Enquanto aguardam, percebem uma movimentação de policiais. Em comboio, passam cinco motos, quatro camburões da BM e cinco carros da Polícia Civil.

Para surpresa das vítimas, as viaturas não param. Estacionam cerca de 200m adiante. Os homens da lei não estão lá para socorrer vítimas, iniciar investigações. Nada disso. A operação, naquele momento, é cênica. Embora sejam funcionários públicos pagos pelo povo, eles estavam mobilizados para fazer propaganda institucional do governo que parcela seus salários. Em nota, o Estado informou que o atendimento da ocorrência se deu uma hora e 20 minutos após o fato e que o tempo foi "razoável, uma vez que não se tratava de uma emergência" e que os policiais atores estavam de "folga". Parece fake neves, mas aconteceu na manhã de quinta-feira, em Porto Alegre.

Não pode ser intolerante.

O Rio Grande, a propósito, experimentou outra situação polêmica na semana que passou. A retirada truculenta de cerca de 70 famílias na noite fria de quarta passada de um prédio público no centro de Porto Alegre, com crianças e mulheres no imóvel, ainda não está bem explicada. Não se questiona aqui a ordem judicial, mas o seu cumprimento intempestivo e inadequado. Se o Estado diz que não havia "emergência" para justificar a demora para atender a um ataque a caixa eletrônico, eu pergunto: havia urgência para expulsar famílias de dentro de casa naquela noite? A Justiça é cega, mas não pode ser intolerante. É impossível que não houvesse a chance de realizar a operação sob a luz do sol, sem truculência, preservando crianças que ficarão marcadas para o resto de suas vidas. A força deve ser empregada para proteger a população. As manifestações do governo de José Ivo Sartori pós-desocupação sinalizam que, apesar das críticas, tudo seria feito da mesma forma, caso fosse necessário. Autocrítica e empatia zero é o que

O espectro do uso político do BNDES

Uma reunião feita às pressas por Temer mostrou novos perigos no caminho do banco, da política econômica e da saída da crise

Como deve atuar um banco de desenvolvimento? Há muitas opções defensáveis, como mostram a história do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus similares em outros países. Bem mais fácil é indicar como não deve atuar, de modo algum, uma instituição que se proponha a promover o crescimento econômico responsável e o avanço do bem-estar coletivo de modo sustentável. Uma instituição desse tipo não deve jamais dar a impressão de que premiará com facilidades alguns tomadores de crédito, justamente aqueles com as contas mais desorganizadas, em detrimento dos usuários de crédito mais responsáveis. E não deve, jamais, dar a impressão de agir aos arrancos, movendo-se ou detendo-se de acordo com ciclos de boa ou má vontade de seus dirigentes. Tais cursos de ação, potencialmente desastrosos, tornam-se ainda mais ameaçadores se os tomadores de crédito em questão forem governos. Empresas privadas, mesmo aquelas que por algum período se sentem protegidas por benesses governamentais, lidam forçosamente com os espectros do prejuízo, da mudança brusca de cenário, da fuga de clientes e, no caso extremo, do encerramento de suas atividades. Governos não encaram tais perigos da mesma forma e tendem a testar os limites do mau comportamento financeiro. Por isso, o presidente Michel Temer cometeu um pecado grave na terça-feira da semana passada, dia 13, ao se reunir com o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e representantes dos estados.

A reunião serviu para que Temer lembrasse aos governadores a possibilidade de renegociar suas dívidas com o BNDES — como se fosse preciso lembrá-los de algo que é do interesse deles. Referia-se a um total de R\$ 50 bilhões em créditos já concedidos, que incluem pelo menos R\$ 1,78 bilhão para São Paulo, R\$ 1,69 bilhão para a Bahia e R\$ 1,36 bilhão para o Ceará, para nomear as três maiores dívidas desse bloco, e também pelo menos R\$ 1,3 bilhão para Minas Gerais, R\$ 1,1 bilhão para o Rio de Janeiro e R\$ 815 milhões para o Rio Grande do Sul, os três estados em piores condições financeiras no país. Essas dívidas inflaram a partir de 2012, como resultado de mais uma tática malsucedida do governo Dilma Rousseff para tentar reaquecer a economia por meio de atuação estatal direta. O então ministro da Fazenda, Guido Mantega, aumentou o limite de endividamento permitido aos estados e o então presidente do BNDES, Luciano Coutinho, abriu os cofres. Em 2011, não havia nenhum governo estadual entre os 20 maiores tomadores de crédito da instituição. No início de 2015, eles ocupavam sete das dez posições no topo desse ranking. Isso ocorreu justamente neste momento em que as arrecadações despencaram e com elas a capacidade de pagamento do setor público. Como efeito colateral, a expansão acelerada das atividades do BNDES, ao oferecer crédito subsidiado a grande parte dos potenciais maiores tomadores de empréstimo no Brasil, inibiu a ação dos bancos privados. Isso alimentou um problema que já prejudicava o país — o pequeno número de ofertadores de crédito de longo prazo e para infraestrutura.

Não é razoável advogar que o BNDES deixe de emprestar a governos estaduais, prefeituras e empresas estatais. Esses atores podem ser vetores importantes de investimento de alto impacto econômico e social. A função não é incompatível com outras missões que o banco receba, como apoiar privatizações, obras de infraestrutura, pequenas empresas e empreendimentos inovadores. O corpo técnico do banco pode se incumbir de quaisquer dessas missões, contanto que aja com transparência e livre de pressões políticas.

Objetivamente, Temer não proferiu nenhuma ilegalidade nem exortou o presidente do BNDES ou os governadores a cometê-la. Ainda assim, é alarmante que não tenha percebido ou não tenha se importado com quão ameaçador pareceu o circo montado por ele, num momento de instabilidade econômica e contas públicas arruinadas. Se a presidente anterior do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, rejeitou propostas tecnicamente defensáveis feitas pelos estados, o tema deveria ter sido discutido publicamente. Nenhum dos governadores ousou dizer que isso tenha ocorrido. Rabello de Castro, agora no lugar de receber pressões, pode não ter tido opção senão participar do teatro organizado por Temer. Cabe a ele agora demonstrar que o jogo de cena não influenciará as decisões do BNDES nos meses à frente.

Fazenda divulga prévia do rateio do ICMS para 2018

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição desta segunda-feira (19) do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM Provisório (Índice de Participação dos Municípios) indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira (16). Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar nº 63/90.

Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

Maiores Economias - Municípios (Ver Imagem)

IPM 2018- % (Ver Imagem)

19/06/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 8

Enfrentamento do crime necessita de esforço diário do Estado, diz Sartori

Cerca de R\$ 67 milhões, entre recursos do Estado e da União, três novos presídios e um centro de triagem foram anunciados esta semana para a área da Segurança Pública do RS. "Quero destacar estas medidas porque sempre disse que, quando houvesse possibilidade financeira, investiríamos imediatamente na área", afirmou o governador José Ivo Sartori no programa Governo e Comunidade deste sábado (17).

"O enfrentamento da criminalidade necessita de esforço diário das autoridades", acrescentou. Além disso, com a formatura de 1.033 novos brigadianos e mais 272 bombeiros o efetivo vai aumentar. O governador ainda lembrou que a área da Segurança foi a única que recebeu reajuste, de 19%, no orçamento de 2017. Na Educação, o governo do Estado também investirá R\$ 38,2 milhões em melhorias na infra-estrutura, para melhor atender aos alunos da rede pública de ensino. Os recursos são da renovação de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

"Nós já tínhamos trabalhado esses dois últimos anos em obras de reparos e manutenção nas escolas", ressaltou Sartori. Mais de 500 escolas serão beneficiadas até o final de 2018. "Estes são os recursos da chamada autonomia financeira, ou seja, as instituições de ensino é que decidem onde e como irão investir", explicou. Ao final, o governador manifestou solidariedade às famílias desabrigadas pelas chuvas. "Vamos enfrentar juntos as dificuldades. A Defesa Civil do Estado e todas as nossas equipes seguem mobilizadas para atender a quem mais precisa neste momento difícil", afirmou.

19/06/2017 | Folha de Caxias | Geral | 2

Socorro Sartori!

Depois de ir ao velório do empresário Paulo Bellini para prestar solidariedade à família e amigos, o governador José Ivo Sartori (PMDB) e a primeira-dama, Maria Helena, acompanhados do deputado federal Mauro Pereira (PMDB) e de representantes da Defesa Civil Estadual, foi a Vila Oliva ver de perto os estragos do tomado que caiu na quinta-feira (8) e o ritmo da reconstrução do distrito. Sartori foi recepcionado pelo vice-prefeito Ricardo Fabris de Abreu e lideranças locais e sobrevoou de helicóptero a área da localidade. As lideranças fizeram várias reivindicações ao governador. Nem o subprefeito, Jeferson Alves, ou algum secretário municipal foram recepcionar José Ivo Sartori.

Saúde agoniza há dois meses

Greve dos servidores médicos revela o agravamento da crise da saúde pública de Caxias do Sul e já passou por três secretários e pedido de CPI pela Fenam

Postos de saúde sem médicos ou atendimento precário. Postão 24 horas superlotado. Consultas especializadas canceladas. Emergências dos hospitais cheias e falta de leitos. Estas são as consequências da terceira greve dos servidores médicos desde 1º de março e que completa, hoje, 62 dias. O período foi marcado pelo impasse entre o Executivo e a representação da categoria, o Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul.

A mobilização dos profissionais surgiu depois de anúncio, em janeiro, do então-secretário de Saúde, Darcy Ribeiro Pinto Filho, de que o governo do prefeito Daniel Guerra (PRB) iria cobrar a marcação do ponto eletrônico e o cumprimento da carga horária integral destes servidores. Há 19 anos, por meio de acordo com os governos de Pepe Vargas (PT), José Ivo Sartori (PMDB) e Alceu Barbosa Velho (PDT), os profissionais haviam passado a atender por regime de cotas, sem necessidade de cumprir a jornada integralmente e sendo liberados da marcação do ponto na saída do trabalho.

A repercussão foi imediata pelo presidente da entidade sindical médica, Marlonei Silveira dos Santos. Em contraposição, declarou que os médicos não aceitariam modificar o sistema de atendimento, pois havia benefícios para os dois lados. Isso porque, pelas cotas, os médicos atendem mais pacientes do que por hora trabalhada. Esta foi a oportunidade para o Sindicato também reivindicar a questão salarial. Até então, os médicos do SUS com regime de 20 horas semanais recebiam R\$ 3,5 mil de salário e mais uma parcela autônoma de cerca de R\$ 2 mil, totalizando remuneração bruta de R\$ 5,5 mil.

AVALIAÇÃO

Positiva é a avaliação do coordenador do movimento grevista, André Pormann. Segundo ele, em dois meses, a mobilização da categoria marcou a consistência do movimento, mesmo que tenha havido baixa nas adesões em relação ao início, em 17 de abril. O agravante ao processo, conforme Pormann é a rigidez do Executivo em não querer negociar com a categoria, muito menos reconhecer a representatividade. A última vez que o chefe do Executivo conversou pessoalmente como o comando grevista foi em abril, logo depois da posse de Fernando Vivian ao cargo de secretário de Saúde.

Para piorar a situação, Daniel Guerra não deu retomo nem mesmo à contraproposta encaminhada pela categoria. Pormann se mostra bastante preocupado com a estratégia da nova secretária, Deysi Piovesan, em dizer que desconhece os problemas de infraestrutura de atendimento também alegados pelos médicos grevistas, como a falta de profissionais para atender à demanda e de insuetos, por exemplo.

"O diálogo não existe. Estamos tentando de todas as formas uma audiência como prefeito, ele não nos recebe. Nem sequer responde às nossas reivindicações. A nova secretária fala da inoperância da rede básica, nos impõe uma responsabilidade que não é nossa. A greve continuará até os médicos tomarem uma decisão diferente ou o Executivo acenar com um diálogo", afirmou.

Nesta segunda-feira, está prevista uma reunião na sede da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a fim de tentar uma solução para o problema. Porém, a assessoria de comunicação da entidade informou que, até a sexta-feira à tarde, não havia confirmação de representante da Prefeitura.

As primeiras negociações foram feitas entre Darcy e Marlonei, mas no meio do caminho, o Executivo reavivou uma ação da época da greve realizada no governo Sartori, onde o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sincliserv) demandou contra o Sindicato dos Médicos a representação da categoria dos médicos funcionários públicos. O Sincliserv ganhou em Caxias e no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), em Porto Alegre. O sindicato privado recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde obteve êxito.

No início de abril, Darcy se exonerou do cargo de secretário de Saúde e entrou o também médico efetivo, Fernando Vivian. A partir daí, Daniel Guerra adotou a postura de interromper as negociações com a entidade privada, baseado em ações judiciais. O Sindiserv até tentou assumir a representação, mas foi ignorado pelos médicos servidores públicos, tendo marcado assembleias sem a presença de nenhum profissional. Uma única vez, representantes da comissão de greve foram ao sindicato público, mas apenas para levar uma cópia da pauta de reivindicações. A comissão surgiu depois do afastamento das negociações, pela Justiça, em abril, do presidente Marlonei e do sindicato ao qual preside.

No final de maio, por motivos de saúde na família, Fernando Vivas também pediu exoneração. Com a saída dele, assumiu Deysi Piovesan. A médica também é funcionária pública municipal e havia sido diretora da pasta na época da secretária Justina Onzi, na administração de Pepe Vargas (PT). Ao assumir a secretaria, afirmou que uma das saídas para o colapso da saúde pública é a reorganização do serviço.

Federação dos Médicos pede CPI

Depois de participarem de ato público em defesa das políticas sociais, em frente ao Centro Administrativo Municipal, na tarde da terça-feira (13), diretores da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) ocuparam a tribuna da Câmara, na manhã seguinte. Pela segunda vez, em três meses, a direção da entidade foi pedir aos vereadores que intermediem um diálogo com o prefeito Daniel Guerra. A tribuna foi dividida entre o atual presidente, Eglif de Negreiros Filho, e o diretor e presidente eleito, Jorge Darze.

Eglif clamou por uma audiência da Federação com o gestor a fim de negociarem o fim da paralisação. "A manifestação ocorrida na tarde de ontem, aqui em frente à Prefeitura, eram produtores culturais, líderes comunitários, médicos, APAE, protetores de animais, todos cobrando diálogo com o prefeito", enumerou.

Jorge Darze chamou o Legislativo a responsabilidade e cobrou atitude extrema. "A Câmara de Vereadores é fundamental nesse processo, de cobrar do prefeito e intermediar o diálogo entre os médicos grevistas e a Prefeitura. Estamos vivendo em Caxias o caos da saúde pública. Os problemas estruturais são de conhecimento dessa Casa e da sociedade. Por isso, a Fenam acredita que está mais do que na hora da Câmara de Caxias abrir uma CPI para investigar essa greve situação", afirmou.

A greve nas mãos da Justiça

Desde o início de março, o governo municipal impetrou e provocou sucessivos processos judiciais para tentar colocar um fim nas três paralisações. As ações comem nas justiças Comum e do Trabalho. Entretanto, a morosidade na tramitação, devido ao acúmulo de demandas, tem prejudicado o poder público.

A primeira delas foi logo após a primeira greve, considerada pelo sindicato privado como advertência, entre 1º e 3 de março. A Procuradoria-Geral do Município (PGM) entrou com Ação de Ilegalidade, no Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS). Não foi pedida liminar e, até hoje, o processo tramita na Casa. Já com o advento da terceira paralisação, o Executivo entrou, no TJ, com uma Ação de Abusividade, que também está em fase de tramitação, sem data para o julgamento.

Por sua vez, os médicos também ingressaram na Justiça contra o Município. Eles reivindicam o retomo dos valores que foram descontados na folha de pagamento, referente às horas não trabalhadas durante as greves e o período em que os profissionais ainda atendiam por cota e sem marcar o ponto na saída, ao contrário do que o Executivo havia determinado, a partir de 1º de março.

A PGM se baseia no Regime Jurídico do Servidor e trata o caso como faltas injustificadas, passíveis de desconto e posterior abertura de sindicância. O procurador dos médicos é o advogado Lauri Romário Silva, que também defende o sindicato privado nas demais ações impetradas pela gestão pública municipal.

19/06/2017 | Folha do Sul | Política | 4

Prévia do rateio de ICMS para 2018 será divulgada hoje

Os índices provisórios de participação de cada município no Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser arrecadado em 2018 poderão ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). E, segundo adiantado domingo, pelo governo gaúcho, o valor referente ao rateio de 25% da receita total com o tributo deve repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões ao longo do próximo ano.

Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM

Provisório (Índice de Participação dos Municípios) indica como o Estado divide o recursos entre as 497 prefeituras gaúchas. O volume corresponde a 25% sobre uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na sexta-feira.

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

Em 2016, conforme números do próprio governo, o repasse de ICMS aos municípios foi de R\$ 6,03 bilhões. Em 2017, até o mês de abril, as transferências já alcançaram R\$ 1,96 bilhão.

19/06/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 3

Em busca da Central de Polícia Regional

Apontada como uma das principais demandas da população gravataiense, a área da segurança foi pauta de reunião de autoridades municipais de Gravatal com o secretário estadual de Segurança Pública, Cezar Schirmer. Participaram da reunião na última quarta-feira (14) o prefeito Marco Alba, o titular da 1ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana, delegado Volnei Fagundes, o secretário municipal para Assuntos de Segurança Pública, Flávio Lopes, e também o vereador e líder do governo na Câmara, Clebes Mendes, que solicitou a agenda. Na ocasião, a comitiva propôs a construção de uma Central de Polícia Regional, responsável por englobar os órgãos policiais especializados, centralizando os serviços. "A segurança pública é hoje a principal preocupação da sociedade e em Gravataí" sempre trabalhamos de forma integrada com os órgãos do Estado e da União para oferecer o que tiver de mais moderno e eficiente na promoção da segurança e no combate à violência e à criminalidade para proteger a nossa população", disse Alba. O município já realizou a cedência de uma área na região das Cohabs para sediar a 1ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana (DPRM), a Delegacia de Atendimento Especializado no Atendimento à Mulher (DEAM), a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DDPA) e a 2ª Delegacia de Polícia (DP).

"É uma região bem localizada, de fácil acesso e que facilita o atendimento. É um projeto inovador, que atualmente só existe em Canoas e que agora nós queremos implantar também em Gravataí", completou o delegado.

19/06/2017 | Jornal de Gravataí | Economia | 8

Enfrentamento do crime necessita de esforço diário do Estado, diz Sartori

Cerca de R\$ 67 milhões, entre recursos do Estado e da União, três novos presídios e um centro de triagem foram anunciados esta semana para a área da Segurança Pública do RS. "Quero destacar estas medidas porque sempre disse que, quando houvesse possibilidade financeira, investiríamos imediatamente na área", afirmou o governador José Ivo Sartori no programa Governo e Comunidade deste sábado (17).

"O enfrentamento da criminalidade necessita de esforço diário das autoridades", acrescentou. Além disso, com a formatura de 1.033 novos brigadianos e mais 272 bombeiros o efetivo vai aumentar. O governador ainda lembrou que a área da Segurança foi a única que recebeu reajuste, de 19%, no orçamento de 2017. Na Educação, o governo do Estado também investirá R\$ 38,2 milhões em melhorias na infra-estrutura, para melhor atender aos alunos da rede pública de ensino. Os recursos são da renovação de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

"Nós já tínhamos trabalhado esses dois últimos anos em obras de reparos e manutenção nas escolas", ressaltou Sartori. Mais de 500 escolas serão beneficiadas até o final de 2018. "Estes são os recursos da chamada autonomia financeira, ou seja, as instituições de ensino é que decidem onde e como irão investir", explicou. Ao final, o governador manifestou solidariedade às famílias desabrigadas

pelas chuvas. "Vamos enfrentar juntos as dificuldades. A Defesa Civil do Estado e todas as nossas equipes seguem mobilizadas para atender a quem mais precisa neste momento difícil", afirmou.

19/06/2017 | **Jornal de Gravataí** | **Economia** | 8

Fazenda divulga prévia do rateio do ICMS para 2018

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição desta segunda-feira (19) do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM Provisório (Índice de Participação dos Municípios) indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira (16). Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar nº 63/90.

Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

Maiores Economias - Municípios (Ver Imagem)

IPM 2018- % (Ver Imagem)

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Capa** | 1

Stertz justifica restrição a pagamentos com a quitação de salários

Página 11

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Jornal Cidades** | 3

Prefeitura reduz espera por exames de tomografia

A manhã de 14 de junho significou o fim da espera de 20 pacientes, entre 30 e 67 anos, que necessitavam de exames de tomografia. Através de convênio firmado entre a prefeitura e o Estado, os atendimentos foram realizados em Parobé, com transporte gratuito. Atualmente, o Estado oferece 10 atendimentos na Capital por mês, os quais são distribuídos para toda a região. Por esse motivo, houve o aumento da fila de espera entre os guaiabenses. Alguns deles aguardavam há quase dois anos pela consulta.

O secretário de Saúde Itamar Costa reafirmou o esforço para encontrar alternativas e não deixar a população desguarnecida: "Estamos trabalhando para que logo não seja preciso ir a nenhum lugar para realizar essas consultas, que sejam feitas aqui em Guaíba. Sabemos que ainda há muito a ser feito, mas nossa equipe, liderada pelo prefeito Sperotto, está totalmente comprometida a melhorar a saúde do nosso município e trazer novos resultados a cada dia", destacou. Em seguida, o secretário fez um agradecimento especial à empresa Fronteira Tur, que aceitou a parceria de conduzir sem custo os pacientes: "A empresa demonstrou interesse em ajudar a população e essa parceria foi fundamental. Além de disponibilizarem um ônibus confortável, nos ajudaram para que não perdêssemos as 20 vagas em função da falta de transporte para todos", ressaltou Costa.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Economia** | 6

PED chega a 25 anos com balanço do desemprego na Região Metropolitana

Evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação do indicador mais antigo do Rio Grande do Sul

Em junho de 1992, o Brasil era governado por Fernando Collor de Mello - que sofreria processo de impeachment e se afastaria em setembro do mesmo ano -, e a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) estava em 14,8%, a primeira apurada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Vinte e cinco anos depois, em junho de 2017, a taxa, que reflete ainda o mercado em abril, está em 11,3% e é crescente, segundo especialistas da PED. O cenário atual não é o de inflação de 1.000% ao ano de 25 anos atrás, mas o ambiente político é conturbado. O presidente Michel Temer (PMDB), coincidentemente, é alvo de pedido de afastamento após denúncias do empresário e um dos donos do JBS Joesley Batista.

A trajetória não da política, que é pano de fundo certamente, mas da PED está em foco. A pesquisa na RMPA completa neste mês um quarto de século de execução, coordenada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Dieese e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas). Hoje, um evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação e implantação do indicador mais antigo do Estado. A partir das 14h, Wraná Panizzi, ex-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e presidente da FEE quando surgiu a PED; Carlos Henrique Horn, que implantou a metodologia na FEE e é professor de Economia na Ufrgs; e Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese nacional, estarão na jornada sobre os 25 anos da PED, na sede da FEE.

A data também é crucial por outros dois aspectos. A FEE, que operacionaliza a PED, foi extinta pelo Estado, processo suspenso pela Justiça, mas há suspense sobre o seu futuro. O segundo fator é o custeio da pesquisa, que depende de verbas do Ministério do Trabalho repassadas à Fgtas, cujo convênio precisa ser renovado neste mês para assegurar repasses futuros. Em 2016, a PED passou pela mesma incerteza e quase parou de ser feita. A assessoria do ministério informou, na última sexta-feira, que há parcelas a serem pagas no atual convênio, mas que “para ações futuras não há recurso previsto no orçamento de 2017”.

Coordenadora da PED na FEE, a economista Iracema Castelo Branco admite que as condições institucionais para manter a pesquisa voltam a preocupar, mas ela espera que haja solução, como em 2016. A respeito das mudanças do mercado de trabalho em 25 anos, Iracema reforça que há retorno da taxa mais alta, que remete ao passado dos anos de 1990. “É preocupante, pois isso sinaliza para o aumento da taxa. Naquele período (1992), havia um processo de elevação da taxa desde os anos de 1980”, descreve. A PED surge, cita ela, da percepção que a taxa oficial da época não mostrava a dimensão do problema. Dieese e Fundação Seade, em São Paulo, criam o indicador após estudos.

Sobre o desemprego de 25 anos atrás e o de agora, Iracema comenta que os anos de 1990 tiveram o auge da oferta da mão de obra dos jovens. Este contingente não conseguia emprego, o que turbinou a taxa, que chegou a quase 20% em 1999. A economista observa que hoje não há mais a pressão demográfica no mercado, pelo menos no Estado, mas que o problema passou a ser a queda na oferta de vagas. “Temos principalmente a perda de postos com carteira assinada gerados na década de 2000 e que estão sendo destruídos agora pela recessão muito intensa da economia”, conclui a economista.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Economia** | 11

TJ solicita ao Estado mais verbas para precatórios

Tesouro reserva mensalmente à rubrica R\$ 42 milhões

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê que sejam destinados R\$ 572 milhões ao pagamento de precatórios do Estado durante o atual exercício. O Tribunal de Justiça (TJ), no entanto, solicitou, no início deste mês, que o governador José Ivo Sartori (PMDB) destine o dobro do orçamento atual para as parcelas preferenciais devidas a credores portadores de doenças graves e idosos até o final do ano. O valor quitaria as dívidas das chamadas “superpreferências” do ano passado. Desde janeiro, o Tesouro reserva mensalmente aos precatórios R\$ 42 milhões, valor definido pelo mínimo constitucional, de 1,5% da Receita Corrente Líquida mensal, previsto pela Emenda Constitucional nº 62, de dezembro de 2009. Atualmente, o Rio Grande do Sul acumula dívida de quase R\$ 12 bilhões.

Os demais governos também realizaram os aportes em conformidade com o estipulado pela lei. Assim, desde janeiro de 2010, o Estado possui reservas para o pagamento das dívidas por ordem cronológica ou por conciliações realizadas pela Procuradoria Geral

do Estado. Tendo em vista a crise do Estado, a sugestão da Justiça é que o governo repasse os valores extras em prestações mensais de junho a dezembro. O Tesouro tem 30 dias para responder ao pleito da Justiça, mas adianta que não será possível atendê-lo sem que haja reflexos na folha de pagamento. “Se eu repassar qualquer montante a mais, é esta quantia que eu terei a menos para pagar salários”, afirma o subsecretário do Tesouro, Elói Stertz.

A responsável pela Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios do TJ, juíza Kétlin Carla Casagrande, esclarece que, caso não seja apresentado um plano de pagamento dentro das possibilidades e dos parâmetros legais, o órgão pode determinar o sequestro de valores. O subsecretário, porém, levanta a tese de que a apreensão poderia ser uma interferência de Poderes, uma vez que a LOA foi firmada pelo Legislativo. “A Assembleia decidiu que o poder Executivo poderia disponibilizar somente R\$ 572 milhões para os precatórios”, argumenta. Por outro lado, a juíza alega que esta é uma manobra usual, anteriormente utilizada com municípios do Estado. O ofício também baseia a cobrança na lei que estipula que até 2020 o Rio Grande do Sul – e os demais entes federados ligados ao regime especial de pagamento de precatórios – precisa zerar a fila das dívidas judiciais.

Stertz entende que a questão como um “problema absurdo” para o Estado. Em uma conta rápida, o subsecretário do Tesouro afirma que o Estado precisaria de 30 anos, mesmo com os valores congelados, para quitar a dívida. Mesmo assim, existem previsões de processos que aumentariam exponencialmente os valores, como a equiparação do piso nacional ao plano de carreira do magistério, que acarretaria no aumento de até R\$ 17 bilhões na dívida ativa do Estado, majoritariamente em precatórios, por serem os pedidos do magistério retroativos a 2012, detalha o subsecretário. “É voz corrente que, em junho de 2020, virá uma nova emenda constitucional esticando o prazo”, projeta Stertz, que vê em outros estados e municípios a mesma dificuldade do Rio Grande do Sul. Está em tramitação na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional que criaria um novo regime especial de pagamento de precatórios, acarretando em uma inevitável extensão do prazo de vigência do regime.”

PGE repassa R\$ 50 milhões a precatóristas e economiza recursos

Em três rodadas de negociação, neste ano, a Câmara de Conciliação de Precatórios, divisão da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), liberou para pagamento cerca de R\$ 50 milhões, fruto de 139 acordos firmados com mais de 6 mil credores beneficiados. O órgão afirma que os valores são parciais, já que a convocatória de cerca de mil rubricas, correspondentes à terceira rodada, ainda não foi concluída. Ao mesmo tempo, com a atuação da procuradoria na revisão dos processos, o Estado economizou outros R\$ 50 milhões, que serão revertidos para pagamento de outros precatórios.

“A procuradoria atua para assegurar que os valores sejam pagos de forma regular e na quantia devida”, afirma o procurador assessor da PGE, Gustavo Petry, ao comentar que não são raras as vezes em que precatórios já foram quitados ou existem erros de incidência de tarifas dado o longo tempo de aguardo para a quitação da dívida. Quanto ao andamento dos processos na da Câmara de Conciliação, Petry comenta que o início dos trabalhos foi lento, já que os credores ainda não haviam entendido muito bem o funcionamento do órgão que quita a dívida com redução de 40% no valor do crédito, com o critério de antiguidade respeitado. Na primeira etapa, cerca de 50 precatóristas antederam à chamada. Na atual, mais de 70 apresentaram-se para negociar até agora.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | Geral | 21

Relatório sobre Lanceiros será entregue à ONU e OEA

Desde a noite de quarta-feira, quando 70 famílias foram retiradas de prédio no Centro de Porto Alegre durante ação de reintegração de posse, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados acompanha o caso. A ocupação se autodenominava Lanceiros Negros. Movimentos sociais criticaram o governo do Estado, proprietário do imóvel, por não oferecer alternativas de moradia além daquela edificação; e a Brigada Militar, por violência durante a desocupação.

Os deputados federais farão um relatório sobre a questão e o entregarão, até o final do mês, a organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Na quinta-feira, o presidente da CDHM, deputado federal Paulão (PT-AL), designou a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), também integrante da comissão, para representar o colegiado na apuração dos desdobramentos do episódio. Em nota, o parlamentar afirma que determinou à assessoria técnica da CDHM, ainda, que “abra procedimento para instar o governador (José Ivo Sartori e seu secretário de Segurança (Cezar Schirmer) a informar o mais breve possível as providências tomadas na investigação do episódio”.

O relatório começou a ser elaborado já na quinta-feira. Na manhã de sexta, Maria do Rosário reuniu-se com parte das famílias oriundas da Lanceiros Negros, que estão provisoriamente abrigadas na ocupação de mulheres Mirabal, também no Centro de Porto Alegre. O restante das famílias foi encaminhado, também provisoriamente, para o Centro Vida, na zona Norte. A deputada federal chegou a tentar audiência com Sartori na sexta-feira, mas não foi recebida. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Edegar Pretto (PT), encaminhou solicitação de agenda com o governador, para tratar da desocupação. Amanhã, haverá uma reunião técnica da CDHM em Brasília. Na quarta-feira, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia também pautará a questão.

As informações obtidas nesses encontros servirão de base para o relatório a ser encaminhado aos organismos internacionais, assim como relatos de testemunhas levados aos parlamentares. O despejo foi conduzido pelo Batalhão de Choque da Brigada Militar. Na ocasião, a corporação derrubou à força a porta do imóvel e usou spray de pimenta e bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo para evitar qualquer aproximação. Ao menos oito pessoas, entre elas o deputado estadual Jeferson Fernandes (PT), foram presas durante o confronto.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | Diversas | 24

Seminário

– Hoje e amanhã, ocorre a 6ª edição do seminário Cidade Bem Tratada, no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre. O Ministério Público, União, Estado, municípios, empresas e sociedade terão a oportunidade de buscar soluções para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) seja cumprida na prática. Local: praça Mal. Deodoro, 101. Site: www.cidadebemtratada.com.br.

19/06/2017 | **Metro** | Foco | 4

Prédio desocupado deve abrigar Defesa Civil

A Defesa Civil do Estado pretende reformar e se instalar no prédio que havia sido ocupado por dois anos pelo movimento Lanceiros Negros e foi alvo de reintegração de posse pelo governo do Estado na quarta-feira passada. Localizado na esquina da General Câmara com a Andrade Neves, o edifício abrigava cerca de 70 famílias. O coordenador do órgão, coronel Alexandre Martins, disse que a intenção de usar o espaço é antiga. Em 2015, o orçamento da reforma era de R\$ 250 mil. Nesta quarta-feira, a polêmica operação de despejo será o tema principal da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, às 9h

19/06/2017 | **O Informativo do Vale** | Capa | 1

RS força Consisa a pagar apenas 30% ao Samu

Com repasses mensais atrasados desde 2014, consórcio que administra os recursos dirigidos ao serviço não consegue quitar por completo o valor devido à empresa que terceiriza a mão de obra do Samu. Todo mês, na data do vencimento, a região paga apenas um terço do montante, acertando, ao longo dos outros dias, o restante. A maior parte da dívida fica com Lajeado, onde também opera a base avançada do socorro médico.

Página 3

19/06/2017 | **O Informativo do Vale** | Geral | 3

Dívida com Samu, que se arrasta desde 2014, volta a preocupar o Vale

Municípios têm mais de R\$ 700 mil a receber. Valor segue sendo repassado em atraso ao prestador de serviço. A maior parte do débito é com a unidade avançada de Lajeado

Desde 2014, o governo do Estado deve parte do repasse de verba ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Da época, sobra um saldo de R\$ 426 mil. Dois anos depois, mais um débito de R\$ 280 mil. O recurso é a parte do Estado no custeio do serviço que, no Vale do Taquari, está sempre com os pagamentos em atraso.

"Atualmente, conseguimos liquidar cerca de 30% do total que devemos ao serviço. Isso ocorre todo o mês. É durante o período que a gente consegue pagar todo o valor devido", explica Nilton Rolante. Ele é secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari (Consisa-VRT).

É o consórcio que contrata o serviço de prestação em saúde, responsável pelo atendimento do Samu. No entanto, quem paga a conta são as prefeituras, pois os recursos são repassados para o caixa dos municípios em que as ambulâncias têm a base fixada.

O Vale do Taquari tem cinco bases do serviço: Lajeado (com ambulância UTD); Estrela, Encantado, Arvorezinha e Teutônia. "O maior valor é para a Prefeitura de Lajeado. São aproximadamente R\$ 400 mil, pois o custeio da unidade de Lajeado é maior, por conta do serviço médico", justifica Rolante.

No aguardo do pagamento

Conforme o secretário executivo do Consisa-VRT, a Secretaria Estadual da Saúde ainda não indicou uma forma de como fará o acerto dos valores devidos ao Samu. "No fim do mês de abril, nós encaminhamos relatórios sobre a prestação de contas, tanto para Brasília quanto para Porto Alegre. O valor do crédito da região foi informado, mas o governo não se posicionou sobre um calendário de pagamento." Rolante diz que, com a quitação das dívidas do Piratini com os hospitais - sobretudo os da região -, o consórcio espera que a regularização dos débitos seja feita da mesma forma.

SEM RESPOSTA

Procurada pela reportagem de O Informativo do Vale, a área técnica da Secretaria Estadual da Saúde, responsável pela administração do Samu no Estado, não respondeu às solicitações de informação.

Relembre o caso

- A crise começou em fevereiro de 2015, quando os atrasos no repasse começaram. Na época, o Consisa-VRT chegou a ficar sem dinheiro para manutenção das ambulâncias. Na época, o Vale cobrava quatro meses de dívida, cerca de R\$ 300 mil.

- Em dezembro de 2015, os 70 servidores contratados para atender no Samu da região chegaram a estudar uma greve. A intenção era reduzir o atendimento a 30%, apenas mantendo o regime de urgência. Durante aquele ano, de agosto a dezembro, todos os repasses foram feitos em atraso para o Samu, o que acabou refletindo nos pagamentos dos servidores. Na época, o RS já devia o último trimestre de 2014.

- Em maio de 2016, o valor da dívida era praticamente o mesmo do apontado agora pelo consórcio. Na época, o Estado devia cerca de R\$ 800 mil para o Consisa-VRT.

Por ano, 5,4 mil pessoas são atendidas pelo Samu na região. A maior parte desses atendimentos ocorre em Lajeado, onde está a ambulância avançada do serviço.

A gente explica

O Samu é um serviço de tripla responsabilidade financeira. Na região, cada prefeitura conveniada paga R\$ 0,35 por habitante, o que resulta em R\$ 98,7 mil mensais. A União repassa parte do valor e, geralmente, executa os pagamentos em dia. Já o Estado, que arca com mais de R\$ 142 mil por mês pelo serviço deve parcelas dos anos de 2014 e 2016. O Samu é responsável por realizar 5,4 mil atendimentos por ano no Vale, maior parte deles ocorre em Lajeado. O socorro é a vítimas de acidentes e a casos clínicos como infartos e engasgamentos domiciliares.

Falta de médicos e colapso no atendimento são denunciados

Comissão relatou ao MP que o Postão enfrenta problemas e há superlotação, agravando a situação dos pacientes, como a de um menino que precisou esperar 30 horas por uma internação. Página 11

19/06/2017 | Pioneiro | Rosilene Pozza | 10

Visita a Vila Oliva

O governador José Ivo Sartori (PMDB) visitou o distrito de Vila Oliva, após comparecer ao velório do empresário Paulo Bellini, na sexta-feira. Foi a primeira visita à localidade após a destruição. Sartori estava em uma missão no Japão quando ocorreu o temporal.

Além de peemedebistas (secretária de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e primeira-dama do Estado, Maria Helena Sartori, secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Carlos Búrigo, e o deputado federal Mauro Pereira), quem acompanhou a visita foi o vice-prefeito Ricardo Fabris de Abreu (ex-PRB, sem partido). Ficou só ouvindo.

Segundo Sartori, “foi uma devastação completa, mas graças a Deus a Defesa Civil e todos os organismos da sociedade, especialmente as igrejas, vêm ajudando muito”.

Mauro sugeriu que a comunidade organize um grande almoço para ajudar as famílias.

Também na sexta-feira, a prefeitura de Caxias decretou situação de emergência, o que permite a compra de materiais, sem a necessidade de licitação, para ajudar no processo de reconstrução da região atingida. A homologação por parte do governo do Estado é que permitirá o repasse de recursos estaduais ou federais.

19/06/2017 | Pioneiro | Geral | 11

Alerta para precariedade

Falta de profissionais coloca atendimento em risco, segundo denúncia de médicos

Casos agravados e possíveis riscos de morte em função da superlotação diária no Pronto-Atendimento 24 Horas (Postão) motivaram uma comissão de médicos a denunciar no Ministério Público (MP) problemas no principal serviço de urgência e emergência da cidade. O caso de um menino de 13 anos, que segundo prontuário médico teria tido os testículos necrosados e amputados depois de esperar 30 horas por um leito após consulta no Postão no início do mês, é um dos exemplos que embasam a acusação entregue no MP estadual e no Ministério Público Federal (MPF) há poucos dias.

Além da contratação de profissionais (eles solicitam pelo menos mais 20), os médicos exigem da prefeitura melhores condições de trabalho no local.

– Sem valorização do trabalho, muitos se exoneraram e essas vagas não foram repostas. O quadro já foi de 127 médicos, hoje são 98 no Postão. O aumento da demanda é visível e o tempo de espera, obviamente, só tende a aumentar se nada for feito. E a greve dos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) (que completou dois meses no dia 17) não tem reflexo no Postão, já que nenhum profissional que trabalha no serviço está parado – garante André Pormann, coordenador da comissão representativa dos médicos do SUS.

Ele salienta que a denúncia no MP também pretende evitar que os médicos do Pronto-Atendimento sejam envolvidos em possíveis processos na Justiça em função do agravamento dos casos que chegam até o serviço:

– É uma forma oficial de dizermos que não somos solidários a esse tratamento. As pessoas estão correndo risco de vida lá dentro e a culpa não é dos médicos. O atual administrador da cidade não está cumprindo com o que prometeu, que é priorizar a saúde no seu

governo. O que se vê é que ele quer precarizar o serviço público.

Com a denúncia dos médicos em mãos, a promotora de Justiça Adriana Diesel Chesani afirma que se reunirá amanhã com a secretária municipal de Saúde, Deysi Piovesan, e com o procurador-geral do município, Leonardo de Souza, para buscar soluções para o Postão 24h. Ela diz que já solicitou providências ao Executivo no início deste ano, mas não recebeu retorno:

– A falta de profissionais já foi detectada, não é um problema novo que nos foi apresentado agora. O problema é que nada foi resolvido ainda. Solicitei esse encontro para saber quais são os planos do Executivo e como e quando essa demanda no Postão será resolvida.

A denúncia dos médicos também foi encaminhada ao procurador Fabiano de Moraes, do MPF. Por meio de sua assessoria, foi informado que o procurador está fazendo uma análise preliminar da situação, já que questões envolvendo o SUS podem não ser de competência da instituição federal. O prazo para manifestação do MPF, que pode desencadear a instauração de um inquérito, é de 30 dias a contar do dia 9 de junho.

Para hoje, às 13h30min, a Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Caxias marcou uma reunião para debater a saúde pública no município. Foram convidados para o encontro representantes do Executivo e Legislativo, MP e Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers).

“Rede básica não dá conta”, alega secretária

No cargo de Secretária Municipal de Saúde desde o dia 5, Deysi Piovesan deixa claro que sabe dos problemas que ocorrem no Pronto-Atendimento 24 Horas. Porém, afirma que não tem uma solução imediata para as demandas apresentadas pelos médicos que trabalham no serviço. Como justificativa, ela destaca a crise financeira que atinge o Estado e, conseqüentemente, Caxias do Sul.

– Também tenho como objetivo reorganizar a saúde básica, que hoje não vem dando conta da demanda. Sei da falta no quadro pessoal, mas estamos agindo como podemos: 47 médicos saíram da rede, mas já entraram 22 e 12 estão entrando, em fase de contratação. Mas não dá para fazer milagre – diz.

Na última sexta-feira, Deysi afirmou que tinha sido comunicada sobre o caso do menino que teve seu problema agravado em função da falta de leito no início do mês. Garantiu que ainda no final da semana apuraria o que de fato ocorreu para repassar as informações à Justiça. Na quarta da semana passada, a secretária se encontrou com representantes do Governo do Estado, na Capital, em busca de mais vagas para leitos em UTI de Caxias. No entanto, também diz que não há como tomar providências urgentes.

Ocupação de leitos

O índice de ocupação de leitos para internação, nessa época, chega a 100% nos hospitais – são 433 vagas. Na última quarta, o Pompéia estava 86% ocupado (de 168 leitos), o Virvi Ramos com 100% (38 leitos) e o Hospital Geral com 95% (227 leitos).

Prioridade aos casos de emergência

O quadro clínico do adolescente de 13 anos que procurou atendimento no Postão com diagnóstico de torção de testículos só se agravou, segundo prontuário médico, em função da demora para conseguir um leito para cirurgia em um hospital e também porque não havia médicos suficiente para monitorá-lo antes da internação. De acordo com o relatório do profissional que o atendeu, a criança ficou 30 horas aguardando leito até ser transferida para o Pompéia.

Nesses casos, segundo orientação médica, é que o paciente passe por cirurgia no máximo em até 8 horas após o diagnóstico. Pela demora, de acordo com o relatório anexado na denúncia entregue ao MP, os testículos necrosaram e, por isso, foram amputados. Marguit Meneguzzi, diretora do Departamento de Avaliação, Controle, Regulação e Auditoria (Dacra), garante que casos avaliados como urgência têm prioridade na busca por leitos em instituições com vagas públicas.

Questionada sobre o caso do menino atendido no Postão, disse que não pode dar informações sem ordem judicial. No entanto, afirma que desconhece o problema — o Dacra é quem gerencia a Central de Regulação de Leitos (CRL) . — Acho estranho não

estar ciente desse caso, descrito como grave. Temos gargalos na ocupação de leitos, mas principalmente na neuro e traumatologia, que só são ofertadas em uma das três instituições (do HG, Pompéia e Virvi Ramos, somente o Pompéia tem leitos) — garante.

A diretora explica que, na hora que um leito é solicitado na CRL, o médico fala com um médico regulador sobre a gravidade do caso. Quando não há leito, o paciente fica na fila. Os critérios que definem a prioridade são clínicos, segundo Marguit. As características do leito, como a sua especialidade ou se é específico para homem ou mulher, também são considerados.

19/06/2017 | Zero Hora | Segundo Caderno | 3

Mãe Joana é aqui

Cíntia Moscovich

Enquanto a gente tenta fazer e viver de literatura, o país nos apresenta absurdo atrás de absurdo, de uma forma que a gente fica perdido – a ficção, pobrezinha, que tem a obrigação de se oferecer num sistema que pareça minimamente verdadeiro, vai parar no chinelo (por isso a produção de House of Cards, seriado da Netflix, disse que estava difícil de competir conosco).

Durante a votação da cassação da chapa Dilma-Temer, para além do brioso voto do relator Herman Pimenta, tivemos a infeliz performance do ministro Napoleão Maia que, do alto de sua vasta cabeleira branca, invocou o gesto da degola. Melhor que aquilo foi mesmo o filho do ministro Napoleão, a bordo de uma camisa polo preta, bíceps inflacionado, tentando furar a segurança para entregar ao pai aquilo que seria um envelope com fotos da netinha. Foi barrado, não sem antes esbravejar e render imagens dignas da nossa casa da Mãe Joana. A cereja do bolo daquela sessão foi o voto do ministro Gilmar Mendes.

Em contraste grotesco, na semana que passou, tivemos, aqui em Porto Alegre, a reintegração de posse do prédio da General Câmara com a Andrade Neves, aquele que abrigava a chamada Ocupação Lanceiros Negros. O prédio, antigo de mais de século, está caindo aos pedaços e oferece mais risco do que possibilidade de abrigo, mas isso não comove ninguém. Como houve previsível resistência, a retirada foi feita à base de gás lacrimogênio e spray de pimenta. Muitas das famílias não tinham para onde ir, e o desespero e o confronto imperaram. O mais incrível é que o governo não tinha um plano para assentar, nem mesmo provisoriamente, os moradores da ocupação.

Essa vocação para o surrealismo em todos os níveis é coisa que vai minando a confiança de um vivente, ainda mais um vivente que tem de dar aulas sobre ficção e tentar explicar, às vezes até para consumo próprio, o que é e o que não é factível. Dá um grande desânimo. O pior mesmo é ter que engolir em seco e admitir que, como a gente já tinha desconfiado, não é verdade que o bem sempre vence. Triste aula prática de realidade.

19/06/2017 | Zero Hora | Leitor | 4

Desocupação

Gostaria de saber se a ordem judicial que determinou a desocupação do prédio ocupado pelo grupo Lanceiros Negros autorizava a Brigada Militar a destruir o patrimônio público. Se não, quem autorizou arrancar a porta de ferro da maneira como foi feito, que fazia parte daquele prédio histórico. Quem vai pagar por mais esse prejuízo?

Alguém tem de ser responsabilizado e pagar com dinheiro do próprio bolso. Não as instituições, usando o dinheiro público, pois aí quem paga é o povo gaúcho, que não aprova essa destruição. Além disso, duvido que o governo do Estado tenha dinheiro para reformar o prédio e destiná-lo à Defesa Civil e a setores da Casa Civil, como alega. Espero que o Ministério Público, sempre tão zeloso na defesa da sociedade, cobre essa indenização.

MARIO CANTORI

Servidor público – Porto Alegre

Podemos até avaliar que houve exageros por parte do Judiciário e do Executivo, mas desde 2015 as pessoas que invadiram o prédio foram notificadas para desocupá-lo e não o fizeram. Podemos discutir o horário, mas tinha que ser feito. Invasão de qualquer tipo, sou contra.

JOÃO PEDRO CUNHA CALÇADA

Médico – Cruz Alta

Só no Brasil. Experimente invadir um prédio público em qualquer outro país do mundo, para ver o que acontece. Mesmo em países comunistas, seriam encaminhados à prisão em dois ou três dias.

Todos atribuem ao governo a “culpa” por não terem moradia e, por isso, tiveram apoio de deputados para reparar essa “injustiça”. Pela extrema dificuldade em que foram “jogados”, peçam um aluguel social ao seu deputado, que, certamente, tem salário superior a R\$ 70 mil. Será difícil, porque nossos políticos só fazem bondades com dinheiro público.

ROMEU MICHAELSEN

Economista – Porto Alegre

19/06/2017 | Zero Hora | Gisele Loeblein | 15

Plano Safra Estadual com mesmo tamanho

A partir desta semana, começam a ser definidos os detalhes do Plano Safra estadual, que será anunciado até o final deste mês. A Secretaria da Agricultura projeta que o volume a ser liberado para o ciclo 2017/2018 seja, pelo menos, igual ao do ano passado, quando foram colocados à disposição R\$ 3 bilhões.

– A ideia é, no mínimo, manter – afirma o titular da pasta, Ernani Polo.

Como as linhas de crédito liberadas são as mesmas do Plano Safra nacional, o papel do pacote estadual seria o de dar maior capilaridade aos financiamentos, por meio dos bancos locais – Banrisul, BRDE e Badesul.

Banrisul e Badesul não adiantam quanto será liberado para a safra 2017/2018, mas BRDE pretende repetir os R\$ 550 milhões ofertados no ano passado, o que pode indicar tendência a ser seguida pelas demais instituições.

Pelo menos três pontos deverão receber atenção especial: crédito para retenção de matrizes (principalmente de ovinos), e linhas para fomento do cultivo de oliveira e de noz-pecã, duas culturas com programas estaduais.

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Carlos Joel da Silva entende que, antes de liberar dinheiro para financiamentos, o Estado “tem de botar recursos nas duas secretarias voltadas ao setor primário (a da Agricultura e a do Desenvolvimento Rural)”:

– Se não colocar dinheiro nessas pastas, não adianta ter Plano Safra. Os programas para o produtor que existem são pequenos.

O dirigente cita, por exemplo, a dificuldade em receber os valores do Programa Troca-Troca de Milho – o governo subsidia 27% do preço de saca. E também lembra que houve o fim da gratuidade na vacinação dos animais contra a febre aftosa e da subvenção para os médios e grandes produtores no Mais Água, Mais Renda.

Secretário do Desenvolvimento Rural em exercício, Iberê de Mesquita Orsi garante que os repasses do programa Troca-Troca estão em dia. O que diminuiu, afirma, foi a demanda:

– No ano passado, foram 210 mil sacas. Neste ano, 180 mil.

Projeto de lei

O Governo Estadual deve protocolar nesta semana projeto de lei que altera legislação da inspeção. A proposta é permitir que a função seja delegada à iniciativa privada. O modelo adotado será misto – o trabalho poderá ser feito pelo Estado ou terceirizado. A fiscalização seguirá com agentes públicos.

Inspeção terceirizada no RS

ENORI BARBIERI

Presidente da Cidasc

Os catarinenses foram pioneiros ao criar lei que transferiu a inspeção à iniciativa privada. Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Enori Barbieri foi autor da ideia. O Rio Grande do Sul quer adotar modelo semelhante.

Quando e por que SC decidiu passar a inspeção à iniciativa privada?

Esse modelo existe desde 2010. Tínhamos, na época, 800 empresas com serviço de inspeção estadual e só 40 médicos veterinários fazendo o serviço. Era impossível. Criamos o conceito do que é inspeção, que por lei pode ser feita por qualquer veterinário, e o de fiscalização, que obrigatoriamente deve ser feita pelo serviço público. Delegamos a inspeção a empresas credenciadas. Hoje são 11 em Santa Catarina. Têm em torno de 500 profissionais cadastrados à disposição.

Houve oposição ao modelo?

Sim, houve reação muito forte, inclusive dentro do próprio governo. No início, tivemos várias ações judiciais. Todas foram derrubadas. Essa é uma solução que não fere a lei. Existe todo um regramento que dá segurança ao processo. O Rio Grande do Sul demorou, mas entendeu a necessidade. O atraso tem de ficar para trás.

MARIA ANGELICA ALMEIDA

Presidente do Simvet-RS

Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul (Simvet-RS), Maria Angelica Zollin de Almeida tem posição crítica à forma como a proposta de inspeção privada no Estado foi apresentada.

Ela explica à os motivos à coluna.

Vocês são contra a proposta?

Somos contrários à forma intempestiva como foi colocada a proposta e à falta de informações pormenorizadas. Ainda restam muitas dúvidas, porque até agora não conseguimos contato com o secretário (da Agricultura, Ernani Polo). Só sabemos aquilo que foi dito. Não geraria todo esse movimento se as informações tivessem sido colocadas às claras. É muito estranho um projeto desses não passar pela casa (pelos funcionários da secretaria). O veterinário, mesmo quando é do serviço oficial, sofre pressão do dono da indústria.

Existe risco à saúde pública?

Depende da maneira como é feito. Se for de forma correta, onde todas as instâncias tenham seu parecer final mantido, não. Médicos

veterinários estão qualificados desde que seja feito treinamento adequado. O Estado é o responsável pela defesa sanitária.

19/06/2017 | Zero Hora | Editorial | 22

Em busca de um denominador comum

O país precisa criar as condições para um diálogo construtivo em torno de pressupostos mínimos para o desenvolvimento, como a educação

Em raros momentos de sua história, o Brasil precisou tanto de menos projetos de poder e mais projetos de país. Poucas vezes se ressentiu tanto da falta de consensos mínimos. Da desocupação de prédios públicos à definição sobre o mandato presidencial, tudo está contaminado pela visão imediatista de uma disputa em que só importa ter razão e retirá-la do oponente.

O espaço da moderação estreitou-se perigosamente. E é este espaço que os brasileiros precisam recuperar, com base no diálogo e na concepção de que divergências de qualquer ordem não transformam seres humanos em inimigos que precisam ser derrotados. A prioridade se amplia com a proximidade da eleição presidencial de 2018.

Desde o processo de impeachment, passando pela troca de comando na Presidência e pela exposição da forma como os políticos financiavam suas campanhas, o país vem se dividindo com tal intensidade, que, a cada dia, parece mais difícil encontrar qualquer margem para diálogo. Até mesmo os poderes e suas instituições, que até agora vinham garantindo a estabilidade política – e, em consequência, a própria democracia – se mostram em guerra. Submetem-se assim ao risco de um perigoso e indesejável desgaste.

É preciso que a sensatez prevaleça. Sem ela, só restará o abismo como alternativa final.

Por mais que, em meio a tantos conflitos simultâneos, seja difícil dialogar com sensatez, o país precisa buscar consensos mínimos em torno de questões vitais para os brasileiros. Ninguém põe em dúvida que a situação econômica é difícil. Até porque todos os brasileiros arcam com os custos, sob formas que vão desde prejuízos financeiros até a perda do emprego – e a dificuldade de encontrar outro. Ainda assim, falta um apoio mais incisivo às reformas, sem as quais a estratégia da equipe econômica fica prejudicada.

O país precisa criar as condições para um diálogo construtivo em torno de pressupostos mínimos para o desenvolvimento, como a educação. Sem essa disposição das partes hoje em conflito para conversar, restarão somente os ódios, que ajudarão apenas o país a se dividir mais ainda, quando precisa é de união em torno de pontos mínimos de convergência.

19/06/2017 | Zero Hora | Marcelo Rech | 23

Corda...

O secretário da Fazenda do Estado, Giovani Feltes, tem uma nova rodada de reuniões com a equipe da Secretaria Nacional do Tesouro, na tarde de hoje, para tratar do programa de recuperação fiscal. O Ministério da Fazenda continua exigindo contrapartidas.

No pescoço

Diante da dificuldade de emplacar o plebiscito, uma das ideias do Piratini era limitar as privatizações ao projeto da Sulgás. Aliados do Piratini na Assembleia Legislativa já avisaram que também essa alternativa é politicamente inviável.

19/06/2017 | Zero Hora | Artigo | 23

Proteção integral

CLÁUDIO BRITO - [Jornalista claudio.brito@rdgaucha.com.br](mailto:claudio.brito@rdgaucha.com.br)

É o princípio da proteção integral, que vai ainda ao Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhecidos como titulares de direitos

indiscutíveis, que não podem exercer e cuidar sozinhos. Necessitam do Estado, da família e da sociedade para resguardar o que lhes cabe como bens jurídicos.

Na reintegração de posse de um prédio público na velha Rua da Ladeira, o Estado, por dois de seus poderes, violou o que seja a proteção integral. O Executivo pediu e o Judiciário determinou a desocupação. Autorizou-a em feriado ou fim de semana, fora de horário de expediente, em favor do trânsito conflagrado da região e certamente fundamentado no texto do novo Código de Processo Civil, que permite atos processuais iniciados até as 20h. Esqueceram-se da advertência da mesma lei, que manda observar, nesses casos, o que diz a Constituição:

“A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A chamada ao texto constitucional é do dispositivo processual empregado. A medida não poderia acontecer à noite. A possibilidade de atos processuais até as 20h tem o obstáculo da Lei Maior, quando se tratar de uma retomada como aquela, mais ainda quando há crianças e adolescentes removidos ou expulsos. Resultado de uma ocupação, ainda assim, aquele era o abrigo inviolável daquelas crianças. Foi abusivo o cumprimento da ordem judicial, que, por sua vez, mostrou-se no mínimo incompleta, ao não dar guarida às advertências que vêm da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

19/06/2017 | Zero Hora | Sua vida | 30

Seminário na Capital tratará da gestão de resíduos sólidos

Um dos problemas ambientais mais preocupantes nas grandes cidades do mundo, o destino dos resíduos sólidos volta a ser debatido em Porto Alegre, ainda na expectativa de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que entrou em vigor há sete anos, seja efetivada plenamente. O seminário Cidade Bem Tratada, que ocorrerá hoje e amanhã, reunirá representantes de União, Estado, municípios, Ministério Público e entidades sociais para discutir soluções e apresentar projetos que hoje têm conseguido bons resultados.

O evento, que começa às 13h30min de hoje, será no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa, e estará organizado no debate de quatro temas centrais: gestão de resíduos sólidos, drenagem, tratamento e aproveitamento de efluentes e energias renováveis e sustentáveis. Entre os convidados está Malu Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, que participará do painel sobre a situação das águas no Brasil. O tema entrou na lista de abordagens do evento desde a quinta edição.

– São temas que se inter-relacionam, e houve uma demanda do público para isso. A má gestão de resíduos sólidos compromete as águas e também está ligada à geração de energia a partir de biomassa – destaca Beto Moesch, presidente da Fundação Mata Atlântica e Ecosistemas, que organiza o seminário.

DEBATE SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS

No encontro também será debatido o fomento às tecnologias que possibilitam energias mais limpas e aproveitamento de resíduos.

– As tecnologias existem, mas precisamos fomentá-las – disse Moesch.

O seminário é aberto ao público e recebeu inscrições até ontem. A organização reforça que há possibilidade de inscrição no local, mas isso dependerá de lugar no auditório.

6º SEMINÁRIO CIDADE BEM TRATADA

-Hoje e amanhã, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa (Praça Mal. Deodoro, 101)

-Entrada Franca

-Programação em cidadebemtratada.com.br

Gisele Loeblein

Plano Safra estadual deve receber ao menos R\$ 3 bilhões, o mesmo valor do ano passado.

PÁGINA 15

Segmento: Secretarias

19/06/2017 | Correio de Gravataí | Geral | 7

Região metropolitana tem 600 vagas

Na região metropolitana há 592 vagas abertas nas Agências FGTAS/Sine. Desse total, 65,7% das vagas não exigem experiência; 30,2% são do comércio; 29,4%, do setor de serviços industriais; 22,5%, dos serviços; e 16,5%, da indústria. As ocupações com o maior número de vagas são varredor de rua (54), coletor de lixo domiciliar (53), operador de caixa (32), embalador a mão (25) e motorista de caminhão (18). Em Porto Alegre, há 250 vagas abertas e 74,8% não exigem experiência. Com relação à escolaridade, 54,69% exigem Ensino Fundamental completo e 28,13%, Ensino Médio completo. As funções com os maiores números de vagas são varredor de rua (54), operador de caixa (27), embalador a mão (20), atendente de lojas e mercados (17) e açougueiro (12).

REGIÃO

Em Cachoeirinha, o coordenador do Sine, Sérgio Soares, afirma que a realidade do mercado é dura com relação a oportunidades de emprego. "Pra se ter uma ideia, temos uma agenda de encaminhamento de seguro desemprego com 50 fichas diariamente. Com isso, temos cerca de 700 pessoas que já agendaram o pedido do benefício." Ele comenta que antes, vagas de profissionais autônomos e de auxiliar de produção, por exemplo, apareciam em grande quantidade. "Agora, o que mais temos é para uma rede de supermercados", comenta. Soares ainda dá uma dica a quem procura uma colocação, com relação a pequenos e médios negócios. "O microempresário que tem dois, três funcionários, quando precisa de mais alguém, pede indicação para quem já está com ele. Quer alguém de confiança. Por isso, é muito importante ter uma rede de contatos, sem esquecer da qualificação." Em Gravataí a coordenadora do Sine da cidade, Lucienne Reis, destaca que 90% das vagas disponíveis pedem experiência. "Com a crise, as indústrias estão cada vez mais exigentes e buscando profissionais cada vez mais qualificados", diz.

MAIS CHANCE NO INTERIOR

As Agências FGTAS/Sine dispõem de 2.318 vagas de trabalho a bertas no Estado. Desse total, 71,78% das oportunidades de emprego não exigem experiência. As ocupações com o maior número de vagas são alimentadas de linha de produção (418), vendedor de comércio varejista (85), operador de caixa (63), trabalhador no cultivo de árvores frutíferas (60) e eletricista de manutenção elétrica/eletrônica (57). Entre as ocupações exclusivas para pessoas com deficiência estão alimentador de linha de produção (35), auxiliar de escritório em geral (14) e faxineiro (14).

Do total de vagas, 32,4% são da indústria, 20,6% do comércio, 17,3% da construção civil e 16,2% do setor de serviços. O salário da maioria das oportunidades varia de R\$ 937 a R\$ 1.874. Com relação à escolaridade, 23% das vagas aceitam Ensino Fundamental incompleto; 19%, Ensino Fundamental completo e 17,4%, Ensino Médio completo. As Agências FGTAS/Sine com o maior número de vagas no Estado são Santa Cruz do Sul (318), Candidata (238) e Porto Alegre Centro (170). Trabalhadores interessados em se candidatar às vagas devem comparecer à Agência FGTAS/Sine mais próxima com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Os endereços e horários de funcionamento das unidades estão disponíveis no site: www.fgtas.rs.gov.br

19/06/2017 | Correio do Povo | Rural | 16

Projeto busca recursos

A Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça (Febrac) formulou um projeto para captar recursos para as associações e criadores que desejam expor animais na Expointer deste ano, que ocorre de 26 de agosto a 3 de setembro. Segundo o presidente da entidade, Eduardo Finco, os patrocínios seriam revertidos para as associações. Estas, por sua vez, usariam os subsídios para suas demandas ou para dividi-los entre os criadores. Como o projeto é recente, ainda não há sinalização de interessados em oferecer patrocínio. A busca por recursos, explica Finco, deve-se aos custos, principalmente de frete, para deslocar e manter os animais no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, por tantos dias.

“Antigamente, tínhamos que limitar as inscrições de animais. Agora, não. Estamos preocupados que possa haver um esvaziamento das exposições face ao momento econômico que vivemos”, argumenta. No ano passado, 6.372 animais de argola e rústicos foram inscritos no evento, 732 menos do que na edição de 2015. “A feira está cada vez melhor, mais convidativa, em termos de instalações para os animais, mas o problema são os custos. Muitos criadores estão deixando de participar deste palco maravilhoso”, acrescenta Finco, que acredita que seria “salutar” a diminuição do número de dias de evento — atualmente, são nove.

O secretário da Agricultura, Ernani Polo, diz que não se cogita a redução no número de dias. Lembra, inclusive, que neste ano haverá uma programação especial, já que a Expointer chegará à 40ª edição. O secretário destaca que, recentemente, o governo conseguiu obter o alvará do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI) do parque até 2021. “É uma preocupação a menos. Agora, cada expositor precisa providenciar o seu PPCI.”

19/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 17

Ribeirinhos voltam para as casas

O sábado de sol foi de retorno para os moradores das ilhas Grande dos Marinheiros, da Pintada, das Flores e do Pavão. Muita gente aproveitou para limpar a casa e lavar a roupa. Na rua Nossa Senhora Aparecida, na Ilha Grande dos Marinheiros, o pescador Marco Antônio Ramos da Silva aproveitou o dia ensolarado para realizar a manutenção do barco. O marceneiro Alex Flores da Rocha disse que a família já se acostumou com a elevação do nível do Guaíba. “Vamos aproveitar o tempo bom para organizar a casa”, explicou.

Já Renata da Silva Casagrande, moradora da rua Nossa Senhora Aparecida há 15 anos, afirmou que a família pensa em se mudar da Ilha Grande dos Marinheiros. “Todo ano com a elevação do Guaíba é um sofrimento”, acrescentou. A Defesa Civil do Rio Grande do Sul informou que pelo menos 9,9 mil pessoas estavam em abrigos ou na casa de parentes. Entre a quinta e a sexta-feira, cerca de 2,3 mil pessoas retornaram para casa. Ontem voltou a chover, deixando em alerta os moradores de áreas ribeirinhas.

19/06/2017 | Correio do Povo | Polícia | 22

Rebelião deixa dois feridos no Case

Dois menores infratores, internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Caxias do Sul, ficaram feridos na noite de sábado após uma rebelião na instituição. Segundo a Brigada Militar local, o tumulto começou por volta das 21h e envolveu todos os menores da Case. O Batalhão de Operações Especiais (BOE) foi acionado e interveio para controlar os adolescentes, que ameaçavam quebrar tudo. De acordo com o Case, a causa da rebelião ainda não foi esclarecida. Os dois jovens foram socorridos por ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Um deles está internado em estado grave no Hospital Nossa Senhora da Pompeia. O outro rapaz foi medicado e liberado. O Case de Caxias do Sul possui capacidade para receber 40 menores infratores mas, conforme a última atualização da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase), 78 adolescentes estavam internados no Centro, quase o dobro da capacidade do local.

19/06/2017 | Diário de Cachoeirinha | Capa | 1

Tem 600 vagas de empregos na região

Página 7

19/06/2017 | Diário de Cachoeirinha | Geral | 7

Região metropolitana tem 600 vagas

Na região metropolitana há 592 vagas abertas nas Agências FGTAS/Sine. Desse total, 65,7% das vagas não exigem experiência; 30,2% são do comércio; 29,4%, do setor de serviços industriais; 22,5%, dos serviços; e 16,5%, da indústria. As ocupações com o maior número de vagas são varredor de rua (54), coletor de lixo domiciliar (53), operador de caixa (32), embalador a mão (25) e motorista de caminhão (18). Em Porto Alegre, há 250 vagas abertas e 74,8% não exigem experiência. Com relação à escolaridade, 54,69% exigem Ensino Fundamental completo e 28,13%, Ensino Médio completo. As funções com os maiores números de vagas são varredor de rua (54), operador de caixa (27), embalador a mão (20), atendente de lojas e mercados (17) e açougueiro (12).

REGIÃO

Em Cachoeirinha, o coordenador do Sine, Sérgio Soares, afirma que a realidade do mercado é dura com relação a oportunidades de emprego. "Pra se ter uma ideia, temos uma agenda de encaminhamento de seguro desemprego com 50 fichas diariamente. Com isso, temos cerca de 700 pessoas que já agendaram o pedido do benefício." Ele comenta que antes, vagas de profissionais autônomos e de auxiliar de produção, por exemplo, apareciam em grande quantidade. "Agora, o que mais temos é para uma rede de supermercados", comenta. Soares ainda dá uma dica a quem procura uma colocação, com relação a pequenos e médios negócios. "O microempresário que tem dois, três funcionários, quando precisa de mais alguém, pede indicação para quem já está com ele. Quer alguém de confiança. Por isso, é muito importante ter uma rede de contatos, sem esquecer da qualificação." Em Gravataí a coordenadora do Sine da cidade, Lucienne Reis, destaca que 90% das vagas disponíveis pedem experiência. "Com a crise, as indústrias estão cada vez mais exigentes e buscando profissionais cada vez mais qualificados", diz.

MAIS CHANCE NO INTERIOR

As Agências FGTAS/Sine dispõem de 2.318 vagas de trabalho abertas no Estado. Desse total, 71,78% das oportunidades de emprego não exigem experiência. As ocupações com o maior número de vagas são alimentadas de linha de produção (418), vendedor de comércio varejista (85), operador de caixa (63), trabalhador no cultivo de árvores frutíferas (60) e eletricitista de manutenção elétrica/eletrônica (57). Entre as ocupações exclusivas para pessoas com deficiência estão alimentador de linha de produção (35), auxiliar de escritório em geral (14) e faxineiro (14).

Do total de vagas, 32,4% são da indústria, 20,6% do comércio, 17,3% da construção civil e 16,2% do setor de serviços. O salário da maioria das oportunidades varia de R\$ 937 a R\$ 1.874. Com relação à escolaridade, 23% das vagas aceitam Ensino Fundamental incompleto; 19%, Ensino Fundamental completo e 17,4%, Ensino Médio completo. As Agências FGTAS/Sine com o maior número de vagas no Estado são Santa Cruz do Sul (318), Candidata (238) e Porto Alegre Centro (170). Trabalhadores interessados em se candidatar às vagas devem comparecer à Agência FGTAS/Sine mais próxima com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Os endereços e horários de funcionamento das unidades estão disponíveis no site: www.fgtas.rs.gov.br

19/06/2017 | Diário de Canoas | País | 19

RS divulga hoje índice de rateio provisório do ICMS em 2018

Porto Alegre - Os índices provisórios de participação de cada município no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria Estadual da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o índice de Participação dos Municípios (IPM) provisório indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira.

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar 63/90. A partir da publicação do IPM provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais is definitivos .

SAIBA MAIS

As dez cidades gaúchas com maiores percentuais de Índice de IPM são Porto Alegre (8,55%), Canoas (7,09%), Caxias do Sul (4,29%), Gravata(2,34%), Rio Grande (1,97%), Triunfo (1,82%), Santa Cruz do Sul (1,54%), Novo Hamburgo (1,45%), Passo Fundo (1,45%) e Pelotas (1,30%).

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

19/06/2017 | Diário de Canoas | Polícia | 20

Suspeito de roubo a depósito é preso

Homem teria participado de ataque no início do mês Uma denúncia anônima levou a Polícia Civil até um estabelecimento comercial onde foi achado mais um suspeito de roubo do depósito da Latam, em Porto Alegre, ocorrido no início do mês.

Conforme informações da Delegacia de Repressão ao Roubo e Furto de Cargas (DRFC), o criminoso portava um revólver calibre 38 e um aparelho celular que foi identificado como sendo objeto de roubo.

A prisão aconteceu na área central de Canoas, na tarde de sexta-feira, mas só foi divulgada no sábado. Até agora, segundo o delegado Gustavo Bermudes, que também coordenou a prisão, pelo menos oito suspeitos de envolvimento com o roubo de carga no depósito da capital foram presos.

Vale lembrar que 2,7 mil celulares foram roubados por 12 pessoas que invadiram o depósito durante a noite do último dia 5. Ao menos 70 celulares foram recuperados pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) desde o crime.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Saúde | 19

Rosário do Sul tem morte por gripe A

O município de Rosário do Sul registrou, na última quarta-feira, a primeira morte por H3N2, um dos subtipos da gripe A. A vítima, uma mulher de 46 anos, estava internada no Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora e foi a óbito na quarta-feira. Com isso, o número de mortes por gripe no Estado sobe para 15. As informações são da Gazeta de Rosário. O caso foi confirmado na sexta-feira, pelo secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis.

A Secretaria de Saúde de Rosário do Sul informou que a mulher não teria se imunizado contra gripe A. Fia teve o quadro clínico agravado pelo fato de ser diabética e hipertensa. Segundo o titular da pasta, Márcio Valles, foram cerca de quatro dias desde os primeiros sintomas até o óbito. A coordenadora de Enfermagem da Casa de Saúde, Angela Dalmolin, explicou que houve outros casos de suspeita da doença neste ano, mas nenhum havia recebido o resultado positivo.

Após a morte, o hospital estabeleceu medidas de segurança aos pacientes. As visitas foram proibidas por tempo indeterminado. Até o momento, apenas a troca de acompanhantes dos pacientes é permitida.

Das 15 pessoas que morreram neste ano no Estado devido à gripe A, 10 haviam sido diagnosticadas com gripe A, do subtipo H3N2. Outras duas pessoas foram diagnosticadas com gripe A, mas sem subtipo especificado. Duas das mortes ocorreram por conta da Influenza B, e uma com coinfeção de Influenza A e B. Até o momento, não há casos registrados de gripe A, do subtipo H1N1.

IMUNIZAÇÃO

Em Santa Maria, as unidades básicas de saúde seguem com doses disponíveis da vacina contra a gripe. De acordo com a enfermeira Ana Motta, responsável pelo setor de Imunizações da prefeitura, o cronograma de vacinação segue sendo o mesmo. Fia reforça que a população ainda pode procurar os postos para receber a imunização e que a vacinação seguirá sendo feita na cidade até que se esgotem as doses da vacina, que protege contra a Influenza A (H1N1 e H3N2) e a Influenza B (Subtipo Brisbane).

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Segurança | 20

Motos são a resposta rápida da BM no combate ao crime

Nem é preciso estar em um dos horários de pico — início da manhã ou final da tarde — para ficar trancado no trânsito de Santa Maria, principalmente, na área central. Todas as características que fazem do Centro o lugar de maior movimento da cidade — concentração de estabelecimentos comerciais, grande circulação de pedestres e fluxo intenso de veículos em busca de prestadores de serviços — também são fatores que chamam a atenção dos criminosos para o cometimento de furtos e roubos. É para atender a esse contexto, prevenir crimes e empreender agilidade no atendimento de ocorrências que a Briga - da Militar (BM) tem uma equipe especializada: a Ronda Ostensiva Com Apoio de Motos (Rocam). As motos têm uma vantagem evidente sobre os outros veículos da BM: a possibilidade de circular por locais onde os carros e caminhonetes não passam. Conseguir sair em urna perseguição sem ficar parado em um congestionamento é essencial no perímetro central.

— Alguns fatores nos levam a empregar um efetivo como a Rocam, como a mobilidade. Isso permite uma pronta resposta e uma redução no tempo de chegada ao local da ocorrência — diz o capitão Edmilso Pereira, que responde pelo 1º Esquadrão da BM, responsável pelo policiamento no Centro. Além disso, a presença dos policiais e das motos, frequentemente vistos no Calçadão Salvador Isaia, também ajuda na prevenção de crimes e serve para aumentar a sensação de segurança da população que trabalha ou transita pelo local. O posicionamento no Calçadão é estratégico para o deslocamento das viaturas para qualquer um dos lados da cidade. Conforme o sargento Damião Rodrigues Borba, da Rocam, a legislação permite à BM, quando em serviço, passar sobre calçadas e transpor garagens de edifícios, por exemplo, cortando caminho na busca por suspeitos.

Atualmente, 11 policiais são habilitados para atuarem com as 10 motocicletas da Rocam. As equipes, em geral, andam em grupos de três motos. A atividade é considerada de alto risco pela BM, já que, além de pilotar a moto, o policial utiliza armamento e desloca-se para locais de busca e enfrentamento, ficando exposto no veículo. - Tivemos uma reestruturação em fevereiro, quando passamos a ter um grupo especializado em motocicletas. Mas é preciso gostar de moto, porque as condições são adversas: frio e calor. Nos expomos muito mais do que dentro de viaturas - declarou o sargento sobre o perfil dos policiais. A BM credita à Rocam a diminuição dos índices de furtos e roubos na área central de Santa Maria.

A ROCAM

- A Ronda Ostensiva

Com Apoio de Motos (Rocam) tem 11 policiais habilitados para atuarem em 10 motos

- Para fazer parte do grupo, é preciso ter treinamento específico para atuação com motocicletas
- Além de policiamento, os policiais da Rocam fazem trabalho de batedores e escota a autoridades
- Em função das características da cidade, são usadas motos Lander e XRE 300. de fácil pilotagem e resposta rápida
- A atividade é considerada de alto risco pela 8M. já que. além de pilotar a moto. o policial utiliza armamento, desloca-se para locais de busca e enfrentamento e está exposto no veículo
- As principais vantagens são a mobilidade. a rápida resposta e a agilidade no deslocamento aos locais de ocorrências

Polícia apreende 280kg de maconha a caminho do Uruguai

Droga foi encontrada em um veículo próximo à cidade de Rio Grande e, segundo a polícia, seria trocada por armas no país vizinho. A Polícia Civil, através da 38 Delegacia de Polícia de Rio Grande, apreendeu neste sábado 280kg de maconha, na Estrada da Palma, Rio Grande, no caminho para o Chuí. Os policiais foram informados que a droga estava sendo levada para o Uruguai e deveria ser trocada por armas. A ação contou com o apoio da 28 DP e da Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (Defrec) de Rio Grande. Conforme a delegada Lígia Furlanetto, da 38 DP de Rio Grande, a investigação, que teve início em março deste ano, indicou um novo esquema: o de troca de droga por armas no Uruguai.

Um veículo SpaceFox, carregado com a droga, foi interceptado em uma estrada de chão e o motorista, já identificado, conseguiu fugir. O outro carro que acompanhava o deslocamento do entorpecente, um Vectra, teria seguido pela BR-471 em direção à Santa Vitória do Palmar, relatou a delegada. — Estava muito escuro, por volta das 5h. Perseguimos os dois e não conseguimos localizá-los, em meio a plantações de eucaliptos. Mas a droga foi apreendida. Lígia diz que o coordenador do esquema de tráfico é um foragido da Justiça. Ele tem comprado pistolas no Uruguai, que troca por droga vinda do Paraguai e entregue no Brasil a ele.

Pede-se Providência I

Moradora de Cachoeirinha reclama que a empresa de ônibus Transcal mudou os horários da linha Fátima via Anchieta e não avisou os passageiros. Antes, a tabela centro-bairro era 18h15min e 19h. Agora, o serviço oferecido tem os horários das 18h5min e, depois, somente as 19h30min. Ela registrou reclamação na empresa e na Metroplan e segue aguardando retorno.

Realidade

Diretores da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande, liderados pelo presidente, Bispo Católico Dom José Mário Stroher, tem reunião amanhã, na Secretaria Estadual de Saúde, em Porto Alegre. Chefe da Casa Civil do Palácio Piratini, deputado Fábio Branco (PMDB) faz a intermediação dos contatos.

Sine oferece mais de 2,3 mil vagas de trabalho no estado

As Agências do Sine dispõem de 2.318 vagas de trabalho abertas no Estado. Desse total, 71,78% das oportunidades não exigem experiência. Trabalhadores interessados em se candidatar às vagas devem comparecer ao Sine mais próxima com Carteira de Trabalho. Os endereços e horários de funcionamento das unidades estão disponíveis no site fgtas.rs.gov.br. Na Região Metropolitana, há 592 vagas abertas nas Agências FGTAS/Sine.

Desse total, 65,7% das vagas não exigem experiência; 30,2% são do comércio; 29,4%, do setor de serviços industriais; 22,5%, dos serviços; e 16,5%, da indústria. As ocupações com o maior número de vagas são varredor de rua (54), coletor de lixo domiciliar (53), operador de caixa (32), embalador a mão (25) e motorista de caminhão (18). Em Porto Alegre, há 250 vagas abertas e 74,8% não exigem experiência. Com relação à escolaridade, 54,69% exigem Ensino Fundamental completo e 28,13%, Ensino Médio completo. As funções com os maiores números de vagas são varredor de rua (54), operador de caixa (27), embalador a mão (20), atendente de lojas e mercados (17) e açougueiro (12).

Força Tarefa de Combate aos Desmanches prende duas pessoas na região

Na quarta-feira (14), a Polícia Civil, através das Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio das Concessionárias e os Serviços Delegados (DRCP/ Deic) e Delegacia do Meio Ambiente (Denta/ Deic), participaram da Força Tarefa de Combate aos Desmanches da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e prenderam em flagrante dois indivíduos, um por furto qualificado e outro por uso e armazenamento irregular de resíduo tóxico ou perigoso, no bairro Bom Sucesso, em Gravataí.

Segundo a delegada Marina Goltz, durante participação da Dema na Operação Desmanche da SSP, foi constatada a utilização e o armazenamento de resíduos potencialmente tóxicos ou perigosos armazenados em desconformidade com as exigências legais em um dos estabelecimentos vistoriados. O responsável pelo estabelecimento foi autuado em flagrante por crimes ambientais, com penas previstas de um a quatro anos. Durante a participação da DRCP, os policiais civis, acompanhados de técnicos de concessionária de serviço público, diligenciaram em um mecânica e comércio de venda de peças usadas, em Gravataí.

No local, descobriam a existência de uma ligação elétrica irregular, com ramal de ligação aéreo instalado diretamente na rede da concessionária, com ausência de relógio medidor. Além disso, foi constatado que havia uma ligação clandestina que já havia sido cancelada e foi novamente ligada diretamente do poste para o comércio e, também, para a residência localizada no segundo andar do estabelecimento. Diante dos fatos, foi dada voz de prisão em flagrante ao proprietário do local por furto qualificado, com penas de dois a oito anos.

O delegado Luciano Peringer ressaltou que o furto de energia por estabelecimentos comerciais está no foco de combate da DRCP, pois, além de gerar grandes perdas na rede de energia, com prejuízos arcados por toda a população, e conseqüente diminuição de arrecadação de impostos, a conduta gera perigo e instabilidade na rede energética, além de promover concorrência desleal. "Aquele que mantém comércio regularmente não consegue competir de forma igualitária com aquele que se vê livre do custo de energia intrínseco atividade econômica", ressaltou o delegado.

19/06/2017 | Jornal Agora | Geral | 3

Aeroporto Gustavo Cramer ainda não tem licença de instalação para ampliação

Empreendimento teve projeto aprovado e orçamento garantido pelo Governo Federal em 2014, mas NÃO HÁ PREVISÃO de execução

A comunidade rio-grandina aguarda, desde 2015, o início das obras de ampliação do aeroporto Gustavo Cramer, situado no bairro Humaitá, que há cerca de seis anos não recebe nenhuma aeronave comercial. Com as demandas do Porto e outras peculiaridades da cidade, a promessa era de que a obra, com orçamento garantido pelo governo federal, desde 2014, fosse tratada como prioridade. Entretanto, infelizmente, o empreendimento ainda não tem data para sair do papel.

Segundo informações da Secretaria de Transportes do RS (ST), o aeroporto do Rio Grande foi contemplado no Programa de Investimento e Logística PII Aeroportos do Governo Federal, através da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC-PR, sendo um dos 15 aeroportos do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a informação, os estudos de viabilidade técnica, o anteprojeto e os estudos ambientais foram elaborados, e o Departamento Aeroportuário da Secretaria dos Transportes protocolou, na Fepam, a solicitação de Licença de Operação de Regularização do aeroporto existente e a Licença de Instalação para as obras de ampliação pretendidas, ainda em abril de 2015.

Sobre o assunto, o secretário de Município do Meio Ambiente, Eduardo Morrone, informou que havia uma demanda da Fepam relacionada à estação de transbordo de lixo dos Carreiros, que por atrair aves migratórias em local muito próximo ao aeroporto, atrapalharia a atividade aeroportuária, além de causar danos ambientais. Ele informou que a estação de transbordo foi fechada e que está em andamento a remediação do lixão. De acordo com ele, o empreendimento já tem licença ambiental para a execução, mas a administração do aeroporto precisa ainda atender algumas condicionantes da Fepam.

A analista ambiental, bióloga da Divisão de Saneamento da Fepam, Viviane Bertola, por sua vez, informou que o aeroporto do Rio

Grande já possui a Licença de Operação de Regularização, entretanto, disse que o processo de Licença de Instalação para Ampliação encontra-se em andamento, aguardando os seguintes documentos: Anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Documento da Corsan quanto à viabilidade de ligação do esgoto sanitário do empreendimento à ETE municipal; e Parecer do Comar, relativo ao Plano de Prevenção de Acidentes Aéreos, com o objetivo de prevenir acidentes aeronáuticos por colisão com a fauna devido a empreendimentos ou atividades atrativas de avifauna, localizados no raio de 20 km da Área de Segurança Aeroportuária (ASA). A reportagem não conseguiu contato com a administração do aeroporto.

RELEMBRE

No final do ano de 2014, o prefeito, Alexandre Lindenmeyer, anunciou que a ampliação do aeroporto Gustavo Cramer possuía projeto aprovado e orçamento garantido pelo governo federal. Segundo a informação, a licitação para as obras de ampliação seria lançada, ainda, no início do ano de 2015. Uma grande notícia para a comunidade na época. Mais de dois anos se passaram, e o projeto ainda não saiu do papel.

Orçado em R\$ 48 milhões, na época, o novo empreendimento contemplava oito estacionamentos para aeronaves de grande porte, um novo terminal para passageiros, cinco ou seis vezes maior do que o atual, e estacionamento para 206 carros. A pista de pouso, com 1,9 mil metros, seria reforçada, e também estava prevista instalação de seção contra incêndio padrão com porte instrumental, para funcionar 24 horas por dia no terminal.

19/06/2017 | Jornal Agora | Geral | 4

Direção da Santa Casa será recebida na Secretaria Estadual de Saúde

Uma reunião entre a direção da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande e a Secretaria Estadual de Saúde será realizada na próxima terça-feira (20), em Porto Alegre. A confirmação do encontro aconteceu em visita do secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Branco, aos novos gestores da instituição, na última sexta-feira (16), no próprio hospital.

Fábio Branco foi recepcionado pelo presidente dom José Mário Stroehner e pelos vice-presidentes, Ruben Adelar Bonato e Rafael Romeu Padilha. Na oportunidade, o secretário teve acesso a números que retratam a dura realidade em que vive a instituição, ouviu as necessidades e intermediou o agendamento de audiência entre a direção do hospital e o secretário Estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis. A reunião acontecerá na terça-feira (20), às 11h, na Secretaria Estadual da Saúde, em Porto Alegre.

"Me coloquei à disposição para auxiliar na busca de alternativas que possam ajudar na difícil situação em que se encontra o hospital. A Santa Casa é muito importante para Rio Grande e região e por isso seguimos lutando pela recuperação da instituição", afirmou Branco.

19/06/2017 | Jornal Agora | Geral | 10

Rio Grande é um dos três municípios a apresentar crescimento entre os 10 maiores do RS

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição desta segunda-feira (19) do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM Provisório (Índice de Participação dos Municípios) indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira (16).

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos

determinados pela lei complementar nº 63/90. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

CRESCIMENTO

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

Por este critério, a Receita Estadual apurou, por exemplo, que o melhor desempenho proporcional ocorreu nas regiões Celeiro (variação de 19,6%), Sul (15,6%) e Médio Alto Uruguai (14,3%). As maiores economias continuam concentradas nas regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Serra, porém com variação do VAF baixa nos anos de 2015 e 2016, por conta dos reflexos da recessão econômica do país.

Nas dez maiores economias do Rio Grande do Sul, o IPM Provisório para 2018 mostra igualmente os reflexos da crise. Apenas três municípios têm crescimento previsto para o próximo ano: Canoas (passa de 6,69% para 7,09%), Rio Grande (de 1,17% para 1,97%) e Santa Cruz do Sul (1,45% para 1,54%). As demais têm ligeiras quedas.

Para as empresas do Simples Nacional é feito um cálculo simplificado, que considera como valor adicionado 32% sobre a receita bruta da empresa. Outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população, 7%; área, 7%; número de propriedades rurais, 5%; produtividade primária, 3,5%; inverso do valor adicionado per capita, 2%; e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), 0,5%.

Em 2016, o repasse de ICMS aos municípios foi de R\$ 6,03 bilhões. Em 2017, até o mês de abril, as transferências de ICMS já alcançaram R\$ 1,96 bilhão.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Empresas & Negócios** | 4

I Congresso Estadual de Acessibilidade e Inclusão

Ver imagem

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Empresas & Negócios** | 5

A assistência pede socorro

No início do mês, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) de Porto Alegre surpreendeu com o anúncio de que passaria a oferecer 1,5 mil atendimentos particulares por mês, como alternativa para levantar recursos e manter o número de consultas gratuitas na unidade. O motivo é o déficit estimado em R\$ 800 mil para o ano, por conta da menor captação em doações de empresas e pessoas físicas observada nos últimos meses, que muito tem a ver com o cenário de recessão econômica que o País ainda enfrenta. A menor captação de recursos em doações não é caso particular da AACD. O JC Empresas & Negócios entrou em contato com outras três instituições que prestam assistência em Porto Alegre e recebeu a mesma resposta: o caixa mingou durante a crise.

A Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia, por exemplo, que acolhe permanentemente 34 crianças com lesões cerebrais, diz que o apoio de empresas e doações em geral teve corte de 70% em janeiro deste ano - o que representa cerca de R\$ 38 mil a menos por mês em receita. O principal apoiador, a Gerdau, teria reduzido de forma significativa o aporte financeiro, e outras três companhias deixaram de doar no período. “Há dois meses, estamos correndo atrás para pagar funcionários (são ao todo 36), fazendo chás, rifas”, conta o coordenador-geral da instituição, André Xavier. A situação obrigou a Organização Não Governamental (ONG) a recorrer à poupança, que está no fim. Xavier afirma que há falta hoje de complemento alimentar e espessante, e que são bem-vindas doações de alimentos, roupas e apoio financeiro, de qualquer valor. Elas podem ser entregues na estrada Martim Félix Berta, 1.423, no bairro Rubem Berta, Porto Alegre. O telefone é (51) 3387-6175. A Fundação Pão dos Pobres, da mesma forma, observa uma retração de

30% na captação de recursos desde 2015 - e isso trouxe impacto direto no atendimento à comunidade: a fundação atende hoje a 1,4 mil crianças e adolescentes por ano, 300 mil a menos do que o registrado há dois anos.

“Não temos um produto, diferentemente do segundo setor, então trabalhamos muito com o capital social”, conta o gerente socioeducativo da Fundação Pão dos Pobres, João Rocha. As destinações respondem por 63% dos recursos da instituição, segundo Rocha, sendo outros 25% oriundos de convênios e editais públicos e 12% de fontes próprias, como locação de espaços. A redução no atendimento teria acontecido, principalmente, nos cursos de aprendizagem e inserção no mercado de trabalho e aos egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado (Fase). É possível doar alimentos, roupas e material escolar na sede da Pão dos Pobres (Rua da República, 801, bairro Cidade Baixa, Porto Alegre) e também pelo Funcriança. Mais informações no número (51) 3433-6951. O Lar Santo Antônio dos Excepcionais, que presta acolhimento a 52 pessoas atualmente, vem alternando meses no azul e no vermelho. Em maio, por exemplo, houve déficit de R\$ 32 mil, também atribuído ao recuo de doações por conta da crise econômica, de acordo com o presidente da entidade, Edison Magalhães.

“As doações estão em marcha à ré, mas a gente tem que compreender, porque é uma reação natural. As pessoas nos dizem que não estão mais conseguindo suprir”, afirma ele. O mais difícil para o Lar Santo Antônio seria manter o quadro de funcionários, hoje 46 pessoas, e a compra de medicamentos, todos tarja preta. “Agora, estamos entrando na época de Santo Antônio, em que sempre entra mais recursos. Vamos segurando para outros meses, até chegar no Dia da Criança, outra data boa para nós”, conta Magalhães. A entidade aceita doações pelo Funcriança e também na sede (avenida Antônio de Carvalho, 105, Bairro Agronomia, Porto Alegre). O telefone é (51) 3336-2422. Renato Paixão, diretor da VR Projetos Culturais, que auxilia organizações a montarem planos para obtenção de apoio via leis de incentivo, afirma que a relação entre a crise econômica e a redução no caixa de entidades assistenciais é direta. “Só paga Imposto de Renda (IR) quem tem lucro”, diz ele, lembrando que as leis de incentivo possibilitam que empresas destinem até 8% do IR a iniciativas culturais, sociais, esportivas e na área da saúde, o que acaba sendo um grande atrativo às companhias.

O percentual para pessoas físicas é de 6%. No entanto Paixão acredita que ainda exista uma parcela importante de empresas e pessoas físicas que poderiam contribuir para instituições sociais em que confiam destinando pelo Imposto de Renda, mas ainda não o fazem. “Temos 60 mil empresas no Brasil tributadas pelo lucro real e, seguramente, 40% delas não incentivam”, calcula. Entre os gaúchos que declaram pelo formulário completo, 90% não teriam conhecimento de como destinar o imposto, o que representa potencial de R\$ 360 milhões ao ano, ainda segundo Paixão.

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 6

Secretaria Estadual da Fazenda divulga prévia do rateio do ICMS para 2018

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM (Índice de Participação dos Municípios) Provisório indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas. O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões em 2018, conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A portaria com o IPM Provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira. Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela Lei Complementar nº 63/90. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia-se o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos. O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei.

O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município. Por este critério, a Receita Estadual apurou, por exemplo, que o melhor desempenho proporcional ocorreu

nas regiões Celeiro (variação de 19,6%), Sul (15,6%) e Médio Alto Uruguai (14,3%). As maiores economias continuam concentradas nas regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Serra, porém com variação do VAF baixa nos anos de 2015 e 2016, por conta dos reflexos da recessão econômica do País. Nas 10 maiores economias do Rio Grande do Sul, o IPM Provisório para 2018 mostra igualmente os reflexos da crise.

Apenas três municípios têm crescimento previsto para o próximo ano: Canoas (passa de 6,69% para 7,09%), Rio Grande (de 1,17% para 1,97%) e Santa Cruz do Sul (1,45% para 1,54%). Os demais têm ligeiras quedas. Para as empresas do Simples Nacional é feito um cálculo simplificado, que considera como valor adicionado 32% sobre a receita bruta da empresa. Outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população, 7%; área, 7%; número de propriedades rurais, 5%; produtividade primária, 3,5%; inverso do valor adicionado per capita, 2%; e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), 0,5%. Em 2016, o repasse de ICMS aos municípios foi de R\$ 6,03 bilhões. Em 2017, até o mês de abril, as transferências de ICMS já alcançaram R\$ 1,96 bilhão.

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 12

Taxas na venda de ingressos geram discussão

De acordo com entendimento do Procon, cobranças do tipo são válidas quando oferecem vantagens reais ao consumidor

Foco, muitas vezes, de queixas por parte dos consumidores, a cobrança de taxas sobre a venda de ingressos ainda não é pacífica. Há concordância entre órgãos de defesa e promotoras de eventos no sentido de que os valores são válidos em situações em que realmente trazem vantagens ao comprador. Sem legislação específica, porém, as regras para as tarifas, das quais a taxa de conveniência talvez seja a mais bem definida e até aceita, continuam sendo objeto de discussões. “Como o nome já diz, é uma conveniência, pois, ao comprar pela internet, evita-se uma série de transtornos. Mas, se cobrada na loja física, é considerada abuso. Tem que ser ofertada a opção”, argumenta a diretora executiva do Procon estadual, Maria Elizabeth Pereira.

Nesse sentido, portanto, a cobrança é considerada válida quando se refere à venda on-line. É o preço pago pelo cliente para não depender mais do modelo “analogico” de compra de entradas, sujeito a deslocamentos, filas, menos opções de pagamentos e até risco de assaltos, por exemplo. Além disso, segundo as produtoras, a taxa de conveniência corresponde integralmente à remuneração das chamadas tiqueteiras, que são as empresas responsáveis pela venda das entradas. Foi a forma encontrada de remunerar um serviço que, até então, não existia. “A venda automatizada trouxe, também, muito mais controle e segurança”, argumenta o proprietário da Abstratti Produtora, Ricardo Finocchiaro. O empresário exemplifica com casos de shows cancelados por baixa procura em que, com o sistema, é possível determinar quem são os compradores e em que pontos os ingressos foram vendidos, facilitando o ressarcimento.

O custo com essa estrutura, que envolve também o combate à falsificação, seria elevado demais para que as próprias produtoras assumissem o serviço, acrescenta o presidente da Opus Promoções, Carlos Konrath, já que dependeria de um número muito grande de eventos para se tornar viável. “É um serviço pelo qual a tiqueteira precisa ser remunerada”, argumenta Konrath. A divergência, porém, mora nos detalhes. A principal discussão jurídica, argumenta o advogado especialista em direito do consumidor Cauê Vieira, se refere ao tipo da cobrança, se em valor fixo ou em um percentual do valor de face do ingresso. “Na minha visão, a cobrança por percentual é abusiva. O site é o mesmo, a segurança é a mesma, a entrega do serviço é a mesma, mas o valor cobrado é diferenciado”, contesta Vieira.

Por outro lado, Konrath defende que, se feita por um valor fixo, em casos de shows mais baratos, a taxa poderia acabar saindo mais cara do que a própria entrada. As tarifas praticadas pelo mercado variam entre 10% e 20%. Como não possui uma regulamentação própria ao serviço, Vieira lembra que a legislação que rege a relação de consumo acaba sendo o próprio Código de Defesa do Consumidor. Dentro do direito do consumidor, acrescenta o advogado, os principais parâmetros são a transparência e o direito à informação. “Tendo informação clara ao cliente sobre o que está efetivamente comprando e quais os encargos, a situação tende a ser regular”, comenta Vieira. Quando não é dada uma alternativa ou é embutida uma cobrança não justificada de surpresa no fim do processo de aquisição, por exemplo, a situação passa a ser de abuso.

Na dúvida, continua Vieira, é recomendado ao cliente fazer uma reclamação no Procon ou até mesmo ingressar na Justiça, como forma de, no mínimo, alertar os órgãos públicos sobre possíveis problemas. Mesmo ainda sem consenso sobre as cobranças, porém, há a percepção de que a taxa de conveniência já está sendo mais bem compreendida pela população. A evidência estaria no aumento

da participação da venda on-line. “Quando começou, há 8 anos, a compra pela internet representava em torno de 10%. Hoje, o on-line já representa 50%”, conta Lucas Giacomolli, sócio da Hits Entretenimento. O índice de reclamações em relação à existência da taxa, argumenta Giacomolli, também seria bastante baixo.

Novas tarifas, como a de impressão, são consideradas abusivas, apontam especialistas

Se quanto à taxa de conveniência nas vendas pela internet já há uma relativa concordância, a situação é bem distinta em relação a outras cobranças praticadas pelas tiqueteiras. A mais criticada pelos órgãos de defesa do consumidor é a tarifa exigida em alguns casos para a impressão do bilhete feita em casa pelo próprio comprador. “Parece uma coisa inacreditável, mas acontece”, afirma a diretora executiva do Procon-RS, Maria Elizabeth Pereira, que vê a prática, muitas vezes embutida na categoria “taxa de entrega”, como abusiva. “Este é o maior absurdo hoje em dia. O cidadão precisa usar os seus próprios recursos, papel, tinta, energia, qual o serviço que existe nisso?”, concorda o advogado especialista em direitos do consumidor Cauê Vieira.

Além disso, seria necessária a opção de um ponto fixo para a entrega do ingresso sem cobrança, dando alternativas ao consumidor. Nem sempre a taxa de entrega é abusiva, porém. Ela seria válida em casos em que há realmente a prestação de um serviço de entrega, como o envio pelos Correios, por exemplo, por escolha do comprador. A cobrança de taxa em lojas físicas também é objeto de debate. Na visão das produtoras, é obrigatório ter um ponto bem localizado que não cobre taxas, justamente para dar opção aos clientes. “Poderíamos abrir uma loja em qualquer lugar, mas buscamos um grande shopping para criar um ambiente legal e satisfazer o cliente”, comenta o sócio da Hits Entretenimento, Lucas Giacomolli, que abriu um ponto de venda sem taxas no Iguatemi, na Capital.

“É imprescindível que se ofereça um ponto sem custo, que não pode ser no meio do deserto do Saara”, concorda o presidente da Opus Promoções, Carlos Konrath, que mantém pontos de venda sem taxas nas casas de espetáculo que administra (como o Araújo Vianna e o Teatro do Bourbon Country). Os produtores argumentam, entretanto, que, existindo esse ponto central, seria válida a cobrança em locais adicionais, facilitando que se leve a venda a outras regiões. Tanto Vieira quanto Maria Elizabeth, porém, discordam. “Se a loja é física, o cliente tem de se deslocar, e se torna abusiva a cobrança”, analisa a diretora do Procon. Já o advogado argumenta que a prática configura cobrança duplicada, pois os custos administrativos das empresas já estão embutidos no valor do ingresso. “Se a produtora paga um determinado valor para uma loja de roupa, essa é uma relação privada entre elas, o consumidor não tem nada a ver com isso”, defende Vieira.

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Geral | 22

Retratos de uma Porto Alegre esburacada

Acúmulo de água, falhas na drenagem e trânsito intenso são causas da buraqueira

Depois de três semanas de chuva incessante, os buracos nas ruas e avenidas da Capital ficam mais evidentes. Mas quem dirige, anda de ônibus e até mesmo a pé em Porto Alegre sabe que, mesmo em períodos secos, os buracos são constantes. Promovidas pela prefeitura, as operações tapa-buraco, consideradas paliativas, são reparos pontuais, que não dão conta das demandas. O supervisor da Divisão de Conservação de Vias Urbanas (DCVU) da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim), Carlos dos Santos Matos, explica que um dos grandes inimigos do asfalto é a água. Falhas de drenagem na via, que causam acúmulos, e o fluxo intenso de veículos são ingredientes certos para a formação de uma depressão ou de uma cratera.

Em geral, a pavimentação de uma via é projetada com durabilidade de sete a dez anos. Desde 2016, a prefeitura tem aperfeiçoado a mistura asfáltica aplicada nas vias, utilizando os mesmos parâmetros definidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer). Vias de fluxo intenso, como as avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves, cujo pavimento vem sendo renovado desde fevereiro deste ano, estão recebendo um tipo de asfalto de melhor qualidade, modificado com polímeros.

Esse tipo de material é 28% mais caro que a mistura tradicional e, por isso, não é aplicado em todas as ruas e avenidas. A pavimentação dessas vias só é possível porque os recursos, financiados pela Corporação Andina de Fomento (CAF), já foram garantidos durante o governo de José Fortunati. A verba também garantirá a reestruturação de 78 quilômetros de vias, cujos projetos de estruturação ainda estão sendo avaliados por uma equipe técnica. Uma vez que toda a pavimentação tem um prazo limite de

duração, Matos considera que não vale a pena investir mais no material asfáltico, pois, de qualquer modo, será necessário aplicar recursos em operações de reparo.

“Mesmo com melhor qualidade, é esperado que problemas surjam em alguns pontos. Outro problema são as intervenções nas vias, ligações de esgoto e de água, por exemplo, que acabam danificando o pavimento, e não se consegue recuperá-lo da mesma maneira”, explica. O supervisor se refere a intervenções realizadas, às vezes, sem autorização adequada, para lançamento de canos ou tubos, por exemplo.

“Uma reforma nunca é um serviço novo. Sempre vai ter uma diferença entre o asfalto antigo e aquele recentemente colocado, o antigo vai ter um aspecto melhor”, argumenta. Quando uma intervenção ocorre sem autorização, a prefeitura notifica a empresa e, em casos extremos, proíbe a liberação de licenças. Para Matos, “não tem como fazer pavimentação sem drenagem adequada”, uma vez que é necessário evitar o acúmulo de água na pista. No entanto essa questão esbarra em dificuldades financeiras, uma vez que serviços de drenagem geralmente são caros. A Secretaria de Serviços Urbanos, por meio do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), explicou, em nota, que as intervenções realizadas nas ruas da Capital devem ser analisadas caso a caso.

Prefeitura não tem previsão de orçamento para pavimentação

O Jornal do Comércio percorreu ruas das zonas Sul, Leste e Norte da Capital e encontrou buracos em todas elas, mesmo em zonas consideradas nobres. As avenidas principais, mais movimentadas, estão em melhor estado, devido a operações pontuais de reparos. No entanto as ruas de menor fluxo, sem tanta visibilidade, ficam meses com buracos abertos, atrapalhando a vida dos moradores da região. “Temos programas de recapeamento dentro da prefeitura. Escolhemos, dentro das vias elencadas, aquelas por onde passam lotação, ônibus, para melhorar a questão do conforto e da segurança para o usuário”, explica Matos.

No entanto o supervisor admite que a melhoria da pavimentação não é vista como prioritária. “Dentro do custo financeiro da prefeitura, a educação e a saúde acabam ocupando lugar prioritário. A questão financeira acaba afetando, ficamos em último plano”, justifica. Além do que já está empenhando - melhorias já financiadas pela CAF -, não há previsão orçamentária para investimentos em renovação de pavimento em 2017.

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Cursos & Concursos | 24

Fgtas

– A ONG Associação Filhos Nascidos do Coração está com inscrições abertas para 12 cursos gratuitos. As capacitações têm 22 vagas e ocorrerão até 27/8, das 14h às 17h, na área 8, sala 820 do Vida Centro Humanístico, na avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2.132. Site: www.fgtas.rs.gov.br.

19/06/2017 | Jornal NH | Sabe-tudo | 2

Foi mal

Treze motoristas foram autuados em blitz da Balada Segura em Novo Hamburgo. A Guarda fez as abordagens na noite de sexta, na Avenida Primeiro de Março.

INFRAÇÕES

Dirigir sem ou com a CNH cassada, licenciamento do veículo vencido e recusa ao teste de etilômetro foram as principais ocorrências.

19/06/2017 | Jornal NH | Opinião | 12

Reforço na segurança

Convidados debatem sobre pedido que a prefeita Fatima Daudt fez semana passada ao secretário de Estado Cezar Schirmer

AURÉLIO DECKER Jornalista

"Há 40 anos ouço a mesma conversa. E o governo diz que vai analisar o pedido. Eles não vão considerar. Eles acham Novo Hamburgo uma cidade rica que não precisa de ajuda."

JESUS MARTINS Empresário

"O que me deixa intrigado é ver uma viatura chegar novinha na Brigada e, em pouco tempo, estar destruída. A Brigada tem que cuidar melhor da manutenção dos veículos."

CELSO TRES Procurador da República

"Tem que buscar solução local, pois o governo estadual acredita que Novo Hamburgo tem condições financeiras para criar mecanismos de segurança."

DANIEL SCHOKAL Consultor de negócios

"Eu duvido que a prefeita Fatima foi para Porto Alegre já sabendo que não ia ganhar. Eu duvido que ela estava no carro pensando que voltaria com cem policiais para Novo Hamburgo."

19/06/2017 | Jornal NH | País & Mundo | 26

RS divulga hoje índice de rateio provisório do ICMS em 2018

Porto Alegre - Os índices provisórios de participação de cada município no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria Estadual da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o índice de Participação dos Municípios (IPM) provisório indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira.

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar 63/90. A partir da publicação do IPM provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais is definitivos .

SAIBA MAIS

As dez cidades gaúchas com maiores percentuais de Índice de IPM são Porto Alegre (8,55%), Canoas (7,09%), Caxias do Sul (4,29%), Gravata (2,34%), Rio Grande (1,97%), Triunfo (1,82%), Santa Cruz do Sul (1,54%), Novo Hamburgo (1,45%), Passo Fundo (1,45%) e Pelotas (1,30%).

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

19/06/2017 | Jornal NH | Polícia | 27

Preso com mochila cheia de droga na rodoviária

Transporte seria de Novo Hamburgo ao Noroeste do RS

Um jovem de 18 anos foi surpreendido pela Brigada Militar com uma mochila cheia de droga na Estação Rodoviária Normélio Stabel, em Novo Hamburgo, na noite de sábado. Eram seis quilos de maconha, 950 gramas de cocaína e 65 comprimidos de ecstasy, que seriam levados para Palmeira das Missões, no Noroeste do Estado. O morador do bairro Roselândia Guilherme Jardel Prestes foi autuado em flagrante por tráfico de entorpecentes. Ele estava há 43 dias em liberdade provisória pelo mesmo crime.

Os policiais tiveram que correr atrás do suspeito, por volta das 22 horas. Tentaram abordá-lo quando entrava no ônibus, mas ele saiu correndo na direção da Rua 3 de Outubro. "Consegui alcançá-lo. Ele resistiu. Tivemos que fazer uso da força para algemá-lo", relata um soldado do Setor de Inteligência da BM. Além da droga, ele tinha uma balança de precisão.

INFORMAÇÃO

O soldado conta que, na tarde de sábado, a corporação recebeu informação anônima sobre um jovem que embarcaria para Palmeira das Missões com uma mala cheia de drogas. "Fomos verificar os horários e constatamos que havia uma partida às 21h55 e outra às 22h10 para lá."

Área foi monitorada pela Brigada

Guilherme Jardel Prestes chegou em cima da hora na rodoviária. "Ficamos monitorando a área. O avistamos com uma mochila e logo suspeitamos dele, pois já era conhecido nosso da Roselândia. Daí acionamos o policiamento ostensivo para a abordagem", relata o soldado, que vigiava a área sem farda, junto com uma colega.

Em liberdade provisória, indiciado não falou de quem era a encomenda

Na delegacia, o indiciado disse que a droga era dele e não informou para quem levaria. Prestes é acusado do serviço de "mula", atribuído a quem faz o transporte de tóxicos. Perto de completar 19 anos, no próximo dia 1º, é a segunda vez que é preso em flagrante por tráfico. Em 17 de agosto do ano passado, em São Leopoldo, estava na carona de um Mégane abordado pela Brigada com dois quilos de crack. O motorista, Jurandir Luiz de Lima, também foi preso. O veículo seria da esposa de um traficante preso.

No dia 5 do mês passado, o juiz da 1ª Vara Criminal leopoldense, José Piccoli, determinou a soltura da dupla. 'Ainda que considerando, em tese, o delito cometido, tráfico de entorpecentes, mas verificando o tempo transcorrido, mais de 240 dias, não havendo perspectiva de próximo encerramento da instrução, defiro aos réus o benefício da liberdade provisória, mediante termo de compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, pena de revogação do benefício", despachou o magistrado.

TRADICIONAL CENTRO DISTRIBUIDOR NO ESTADO

Novo Hamburgo é tradicional centro distribuidor de drogas para o Estado. De todas as formas. Uma delas é por meio de linhas de ônibus intermunicipais. Pelo menos outras duas prisões foram feitas nos últimos dois anos na rodoviária da cidade. No dia 25 de fevereiro deste ano, policiais civis prenderam um casal que embarcaria para Capão da Canoa com 20 quilos de maconha e, na noite de 27 de setembro de 2015, um homem foi flagrado com dez quilos de maconha ao entrar em ônibus para Carazinho.

19/06/2017 | Jornal VS | País | 19

RS divulga hoje índice de rateio provisório do ICMS em 2018

Porto Alegre - Os índices provisórios de participação de cada município no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria Estadual da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o índice de Participação dos Municípios (IPM) provisório indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018, conforme previsto no projeto da (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo

secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira.

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar 63/90. A partir da publicação do IPM provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

SAIBA MAIS

As dez cidades gaúchas com maiores percentuais de Índice de IPM são Porto Alegre (8,55%), Canoas (7,09%), Caxias do Sul (4,29%), Gravata (2,34%), Rio Grande (1,97%), Triunfo (1,82%), Santa Cruz do Sul (1,54%), Novo Hamburgo (1,45%), Passo Fundo (1,45%) e Pelotas (1,30%).

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

19/06/2017 | Minuano | Opinião | 2

Alguns esclarecimentos sobre o lixo em Bagé

Divaldo Lara - Prefeito de Bagé

Ninguém mais que eu, como prefeito, tem interesse na normalização da coleta do lixo em nossa cidade. Mantenho contato direto e cobro resultados imediatos da Secretaria do Meio Ambiente e Proteção ao Bioma Pampa e da empresa responsável pelo serviço para que tomem todas as providências possíveis e necessárias. E é isso que estão fazendo.

Acredito que em menos tempo que as duas semanas previstas, teremos containers, coleta e transporte eficientes. Ou, ainda, melhor que antes.

No entanto, é preciso que a população saiba que a situação do lixo em Bagé estava à beira da tragédia.

Nos oito anos em que estive na Câmara Municipal de Vereadores acompanhei o tema e vi os absurdos cometidos, principalmente por descaso e desinteresse. Fui parceiro do vereador Carlinhos do Papelão nos alertas referentes à falta de responsabilidade com o lixo da cidade.

O problema se tornou tão grave que uma estranha medida foi tomada: ao invés de encontrar uma solução eficaz e prática no próprio aterro do município, o lixo de Bagé passou a ser transportado para Candiota por R\$ 400 mil ao mês. Armazenamento, transbordo, triagem, transporte, enfim, tudo irregular. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e o Ministério Público (MP) tiveram de intervir. A determinação: selar a célula 5 e construir a célula 6. Nada foi feito.

Ou seja, quando assumimos a prefeitura, em janeiro, tudo que se relacionava ao aterro sanitário estava fora da lei. E o lixo passou a ser preocupação constante do nosso governo.

Assinei a autorização para o início da obra de recuperação do aterro. E o serviço foi feito de forma exemplar. A quinta célula foi selada. O que era um lixão a céu aberto se tornou um lugar que comprova nosso respeito ao meio ambiente. O próximo passo é abrir a sexta célula e acabar com essa história de mandar os resíduos sólidos de Bagé para outro município. O que ocorrerá em breve. Agora, a urgência e regularizar o dia a dia da coleta na cidade.

A população sabe que pode contar com o meu empenho e de minha equipe. Quero e vou fazer um governo que orgulhe os bajeenses. No entanto, é preciso deixar bem claro que os males da herança petista não se resolve da noite para o dia.

Lembro, ainda, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), em setembro do ano passado, acatou representação do Ministério Público de Contas (MPC), e suspendeu a licitação da administração passada, cujo objeto era a contratação de empresa para a prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final do lixo produzido no município.

Estamos trabalhando limpar pendências como esta.

Campanha do Agasalho

A Campanha do Agasalho está em andamento. À frente desse trabalho estão integrados o secretário de Assistência Social, Habitação e Direitos do Idoso, Carlos Adriano Carneiro, e a Primeira Dama, Priscila Fischer Lara. O processo de triagem ocorre no Ginásio Militar. Mais de 100 voluntários participam da separação.

Neste ano, não esperaremos o fim da campanha para entregar as roupas arrecadadas e nem permitiremos que mofo guardadas em compartimentos para que nunca sejam doadas.

Equipes da assistência social, agentes comunitários de saúde e do Primeira Infância Melhor estão verificando os cadastros das famílias necessitadas para começar a distribuição. O ônibus da Smasi irá aos bairros fazer a entrega. Não vamos deixar ninguém passar frio em Bagé.

Contato para a telecoleta é: 3247 1763 e 3240 4300 (Defesa Civil). E tem ponto para deixar sua doação por toda a cidade.

19/06/2017 | Minuano | Geral | 4

Projeto pretende resgatar cultura negra da região

O Projeto Xirê-Dun “A Dança Celebra a História dos Negros no Pampa”, coordenado pela produtora cultural Isadora Bispo, será lançado no salão nobre da Prefeitura de Bagé, no sábado, 24. A proposta, viabilizada através de edital da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, visa a formação de grupos de artistas da região do Pampa gaúcho, com foco na pesquisa e difusão da cultura negra.

Isadora explica que podem participar da iniciativa grupos de capoeira, dança de rua, escolas de samba, jazz, rap, tribais e de matriz africana. A coordenadora informa que o projeto irá oferecer, ao longo de nove meses, atividades como oficinas, workshops e seminários com a temática da dança negra no contexto tradicional e contemporâneo. “No final, será realizado um festival com a produção e apresentação dos participantes dos municípios envolvidos”, ressalta.

Conforme Isadora, “Xirê-Dun”, no vocabulário Yorubá, significa festa negra. Ela informa que o cronograma da proposta prevê um encontro com artistas do Uruguai, com foco no intercâmbio de informações. A produtora destaca que, neste projeto, serão trabalhadas a dança, alegria, popularidade, identidade e resgate da história dos negros do Estado. As inscrições serão abertas no dia 23 de junho. As atividades estão previstas para o início de julho.

19/06/2017 | Minuano | Fogo Cruzado | 5

Lara assume relatoria de projeto que cria serviço de castração de cães e gatos

O deputado bajeense Luís Augusto Lara, do PTB, será o relator, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, da matéria que dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos, no Estado do Rio Grande do Sul, através de unidades móveis de esterilização, proposta pelo pedetista Gilmar Sossella, do PDT. O texto de autoria do parlamentar pedetista institui o serviço público de controle reprodutivo por meio de veículos itinerantes, adaptados para a realização do serviço, denominados como 'Castramóvel'.

As unidades contarão com mesa de cirurgia, aparelho de anestesia inalatória, balança para pesagem dos animais e demais materiais cirúrgicos e equipamentos que se fizerem indispensáveis à viabilidade do projeto. A proposta de Sossella estabelece que os serviços prestados nas unidades móveis deverão observar as normas dos Conselhos Federais e Estaduais de Medicina Veterinária. Serão contemplados neste projeto os municípios que se cadastrarem junto à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

O Executivo também fica autorizado a celebrar convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais. O proponente destaca que a iniciativa partiu da vereadora de Pelotas, Cristina Oliveira, do PDT. A intenção é facilitar o controle populacional dos animais de pequeno porte, viabilizando a conscientização em relação à importância da castração. “Trata-se de medida efetiva no auxílio à saúde pública”, argumenta Sossella. A Assembleia não tem prazo para votar a matéria, em caráter conclusivo.

19/06/2017 | Minuano | Geral | 8

Obra do ginásio da escola Silveira Martins depende de novo contrato

A comunidade da Escola Estadual de Ensino Médio Silveira Martins, de Bagé, aguarda a finalização do ginásio desde 2015. A reforma da estrutura foi feita com recurso destinado pela Consulta Popular. Em 2014, a obra teve início com custo total de R\$ 750 mil. A conclusão, entretanto, depende de uma rescisão de contrato.

A empresa responsável pela obra abandonou o canteiro antes da conclusão total do prédio, deixando a estrutura sem acabamento, sem acessibilidade e sem plano de prevenção contra incêndios, já que estas duas últimas questões não haviam sido previstas no projeto arquitetônico, elaborado em 1997.

O coordenador de Obras Públicas, José Cíprano Borba Ribeiro, adianta que o projeto já está em fase de rescisão de contrato. “Somente após essa fase poderemos fazer nova licitação”, disse. Ribeiro ressalta que o piso, mesmo sem uso, já está se deteriorando. O laudo que aponta tudo que deve ser reparado no ginásio foi encaminhado para a Secretaria de Educação do Estado.

19/06/2017 | O Diário | Geral | 6

Entrevista de emprego é tema de oficina

Estância Velha — Uma boa apresentação na entrevista de emprego pode ser um diferencial na busca por uma vaga no mercado de trabalho. O tema será abordado na oficina "Apresentação em Entrevistas de Emprego". A ação ocorrerá entre o Sistema Nacional de Empregos (Sine) de Estância Velha e a Universidade Feevale. A atividade ocorrerá hoje (19), a partir das 14 horas, no Pavilhão de Atividades Múltiplas (PAM) e será aberta à comunidade.

Para o coordenador da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) do município, Douglas Bittencourt, esta é uma iniciativa nova e visa proporcionar uma qualificação para a população que busca por emprego, especialmente em períodos de crise e alto desemprego. "Esperamos que os interessados compareçam, pois é uma atividade importante para que as pessoas que estão desempregadas possam se qualificar para enfrentar uma entrevista de emprego", explicou Bittencourt. Além disso, a expectativa do Sine estancieense é organizar mais oficinas durante os próximos meses, focando em temáticas relacionadas ao mercado de trabalho.

19/06/2017 | O Diário | Geral | 19

Procon-RS disponibiliza site para bloquear ligações

Usuários que recebem ligações telefônicas das empresas de telemarketing poderão bloquear as chamadas utilizando o site criado pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-RS). O serviço é gratuito e até três números diferentes podem ser cadastrados por pessoa, através do portal (www.proconbloqueio.rs.gov.br).

Os consumidores interessados devem se cadastrar no site. Após isso, receberão um e-mail contendo uma senha para dar acesso ao sistema. Após completar as informações e inserir os dados, o número do cliente integrará a lista de contatos de bloqueados para receber ligações oriundas de telemarketing. O prazo máximo para que a medida seja cumprida é de 30 dias.

O Procon-RS estabelece algumas sanções caso as empresas não cumpram a determinação ou cometam algum tipo de violação às

regras. Entretanto, não há nenhum tipo de indenização ou reparação para eventuais danos individuais.

COMO FAZER O CADASTRO

Na primeira etapa, o consumidor deve acessar o site www.proconbloqueio.rs.gov.br e clicar em 'Cadastro de Bloqueio', no lado esquerdo da tela. Após isso, deverá preencher os campos de identificação e enviar o formulário. Caso os dados estejam corretos, o usuário receberá uma senha para acesso ao portal, no contato de email fornecido. Na sequência, o consumidor retornará ao site e clicar no campo 'Login', utilizando o CPF e senha enviada pelo Procon-RS. Por fim, o usuário insere os números desejados para que possam integrar a lista de números bloqueados.

19/06/2017 | O Nacional | Capa | 1

Passo Fundo perde posição, mas se mantém entre as 10 maiores economias do Estado

A Secretaria da Fazenda publica hoje no Diário Oficial do Estado a prévia da distribuição do ICMS entre os 497 municípios, para 2018. Passo Fundo que está na 7ª posição neste ano, deve baixar para a 9ª, no próximo ano.

Página 6

19/06/2017 | O Nacional | Fontes em Off | 3

Recomendação do MPF I

O Ministério Público Federal (MPF) em Passo Fundo expediu recomendação para a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e para as 7ª e 39ª Coordenadorias Regionais de Educação para que estas, quando constatada ausência de professores em escola indígena, em vez da ampliação da carga horária de professores não índios, priorizem a ampliação da carga horária dos professores indígenas já existentes e/ou viabilizem a contratação de candidatos indígenas classificados e cadastrados em concurso público ou processo seletivo de contratação emergência

Recomendação do MPF II

Além disso, recomendou o MPF que a Secretaria de Educação oriente as demais coordenadorias regionais de educação que tenham escola indígena sob sua supervisão a adotar as mesmas providências.

O MPF entendeu necessária a expedição da recomendação porquanto, nos autos do inquérito civil nº 1.29.004.000338/2016-32, apurou-se que, diante da ausência de professores na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio (EEIEM) Fág Kavá, localizada na Linha Alto Recreio, interior da Terra Indígena Serrinha, os responsáveis aumentaram a carga horária de professores não-indígenas, em detrimento de professores indígenas que já ministravam aulas no local ou que poderiam ser contratados.

19/06/2017 | O Nacional | Geral | 6

Passo Fundo perde posição, mas se mantém entre os 10 maiores

O município de Passo Fundo perdeu duas posições no ranking dos maiores índices de participação do ICMS para 2018. Os índices provisórios de cada município podem ser conferidos na edição desta segunda-feira (19) do Diário Oficial do Estado (DOE). Apuradº pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM Provisório (Índice de Participação dos Municípios) indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas. Passo Fundo, que, em 2017 estava na 7ª posição, passou para a 9ª. O município, porém, se mantém entre as dez maiores economias do Estado.

O volume corresponde a 2596 sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões, em 2018,

conforme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira (16).

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela lei complementar n 63/90. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia o prazo para eventuais questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

• CRESCIMENTO

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

Por este critério, a Receita Estadual apurou, por exemplo, que o melhor desempenho proporcional ocorreu nas regiões Celeiro (variação de 19,6%), Sul (15,6%) e Médio Alto Uruguai (14,3%). As maiores economias continuam concentradas nas regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Serra, porém com variação do VAF baixa nos anos de 2015 e 2016, por conta dos reflexos da recessão econômica do país.

Nas dez maiores economias do Rio Grande do Sul, o IPM Provisório para 2018 mostra igualmente os reflexos da crise. Apenas três municípios têm crescimento previsto para o próximo ano: Canoas (passa de 6,69% para 7,09%), Rio Grande (de 1,17% para 1,97%) e Santa Cruz do Sul (1,45% para 1,54%). As demais têm ligeiras quedas.

Para as empresas do Simples Nacional é feito um cálculo simplificado, que considera como valor adicionado 32% sobre a receita bruta da empresa. Outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população, 7%; área, 7%; número de propriedades rurais, 5%; produtividade primária, 3,596; inverso do valor adicionado per capita, 2%; e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), 0,5%.

Em 2016, o repasse de ICMS aos municípios foi de R\$ 6,03 bilhões. Em 2017, até o mês de abril, as transferências de ICMS já alcançaram R\$ 1,96 bilhão.

19/06/2017 | Pioneiro | Capa | 1

Adolescente sofre traumatismo após rebelião no Case

Página 14

19/06/2017 | Pioneiro | Polícia | 14

Feridos em rebelião

Adolescente foi hospitalizado após ser espancado por internos

Uma rebelião na noite de sábado no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) do bairro Reolon, em Caxias do Sul, deixou pelo menos seis adolescentes feridos, um com gravidade. A confusão teve início por volta das 21h, e o Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Brigada Militar foi acionado. A rebelião teria sido causada por uma desavença entre dois internos. O tumulto começou quando um grupo de adolescentes arrancou as chaves de um sócio-educador para entrar em outro setor do Case.

No caminho, eles agrediram dois funcionários a socos e chutes. Um adolescente foi retirado do dormitório onde estava e levado até a quadra de esportes pelos agressores. Ali, ele levou diversos golpes, inclusive de barra de ferro, e ficou desacordado no corredor da instituição. Com traumatismo craniano, o rapaz precisou ser internado no Hospital Pompéia. Até o fechamento desta edição, o estado de saúde dele era considerado grave. As outras vítimas tiveram lesões leves.

Conforme a Polícia Civil, a rebelião começou por desavenças ocorridas na visita de familiares, na tarde de sábado. — Existe uma suspeita, que precisa ser melhor trabalhada, de que a vítima teria praticado algum ato que os demais interpretaram como atitude desrespeitosa — relata o delegado plantonista Caio Márcio Fernandes.

A confusão só terminou de pois das 22h30min, quando a BM utilizou bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha. Cinco internos, todos maiores de idade, foram autuados em flagrante e encaminhados ao presídio do Apanhador. Eles responderão por tentativa de homicídio qualificado, corrupção de menores e dano qualificado, porque quebraram diversos objetos e danificaram a estrutura do edifício. Em frente ao Case, uma mulher de 42 anos acabou ferida, sem gravidade, por um disparo com bala de borracha. Em nota, a Fase, que administra o Case, anunciou a abertura de um processo administrativo para apurar as circunstâncias do fato.

19/06/2017 | Pioneiro | Polícia | 15

Dupla invade delegacia para furtar armamento

Pelo menos três pessoas participaram do arrombamento na Delegacia de Polícia (DP) de Nova Prata, na madrugada de ontem. Os criminosos furtaram armas, drogas, munição e dinheiro que estavam num cofre. É o que indicam as primeiras informações sobre o caso.

O crime ocorreu pouco antes da 1h, mas só foi percebido por volta das 7h30min, quando um policial se dirigiu ao prédio para registrar uma ocorrência. Conforme o delegado plantonista Marcelo Ferrugem, ainda não há um levantamento sobre o que foi levado pelos ladrões, mas boa parte do material é prova apreendida em inquéritos e flagrantes. Entre o armamento furtado, estariam uma espingarda, revólveres e pistolas.

A investigação já descobriu que os ladrões rondavam o prédio, no bairro São Cristóvão, ainda na noite de sábado. Um carro branco foi visto passar duas vezes na frente da delegacia. No início da madrugada, dois homens desembarcaram do veículo e entraram no prédio. O condutor do carro, por sua vez, deixou o local e ficou circulando em ruas próximas.

Imagens de câmeras de segurança mostram que a dupla permaneceu de quatro a cinco minutos no prédio. Em seguida, os arrombadores saíram do local e embarcaram novamente no veículo branco, que havia retornado para buscá-los.

Outro detalhe que chama a atenção é que os criminosos teriam usado uma chave para abrir o equipamento. Para entrar na delegacia, há uma grade pantográfica. Essa grade não teve danos, apenas a porta do prédio foi arrombada, diz o delegado. Conforme Ferrugem, o alarme da DP estava desativado em função de uma reforma.

19/06/2017 | Zero Hora | Capa | 1

BM resgata empresário sequestrado

Dono de quadra de futsal de Alvorada ficou seis horas em poder de criminosos.

Notícias 20

19/06/2017 | Zero Hora | Notícias | 12

Promotor fala em “mutreta” na prefeitura de Santa Maria

FANTÁSTICO REVELOU GRAVAÇÃO na qual Joel Dutra admite saber de falhas na fiscalização da boate. Nenhum agente público foi denunciado

Reportagem do Fantástico, da TV Globo, divulgou ontem gravação na qual o promotor Joel Dutra, um dos responsáveis pelo início da investigação do incêndio da boate Kiss – ocorrido em 27 de janeiro de 2013 e que matou 242 pessoas –, fala sobre supostas falhas

na fiscalização dos bombeiros e que tinha “certeza” de ter havido “mutreta” na prefeitura de Santa Maria.

Segundo o Fantástico, as falas de Dutra foram registradas durante reunião entre promotores e familiares de vítimas do incêndio, em junho de 2013, cinco meses depois da tragédia, na sede do Ministério Público Estadual (MP) em Santa Maria. O autor da gravação foi o vice-presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Flávio Silva. Pai da jovem Andrielle, morta aos 22 anos no incêndio, Flávio disse que começou a gravar as reuniões depois que o MP decidiu denunciar, em abril daquele ano, só oito dos 28 apontados pelo inquérito policial como responsáveis pela tragédia.

Em um dos trechos da gravação, o promotor afirmou que suspeitava da influência de Mauro Hoffmann, um dos sócios da boate, na fiscalização municipal: “Eu tenho esse sentimento que o senhor tem. O Mauro, o Kiko (Elissandro Spohr, o outro dono da Kiss) até não sei, mas o Mauro, que é um cara mais antigo na noite, tem influência e tal. Que ele tem conhecido lá (na prefeitura) e que fez mutreta lá dentro, isso tenho certeza que aconteceu. Mas como é que vou provar isso?”.

Ao Fantástico, Dutra confirmou:

– A certeza que tinha dessa mutreta, continuo (tendo), acho que ainda tem algumas mutretas.

Questionado do porquê de não ter investigado as suspeitas, Dutra afirmou que já havia apuração conduzida pela Polícia Civil e que está à disposição de servidores da prefeitura para eventual delação.

Na época, a Polícia Civil apontou “indícios da prática de improbidade administrativa por parte de servidores públicos”. Apesar disso, em março de 2016, a promotoria de Santa Maria recomendou arquivamento do inquérito que apurava responsabilidades do então prefeito da cidade, Cezar Schirmer – atual secretário Estadual da Segurança Pública –, de dois secretários e dois funcionários municipais.

Schirmer disse ao Fantástico que nunca teve conhecimento da declaração de Dutra e que nada de errado foi achado em sua gestão. A atual administração municipal afirmou, em nota, que nunca foi consultada por Dutra e que se “um promotor público tem convicção de que existem ‘mutretas’ no serviço público, e não faz nada a respeito, está, de certa forma, corroborando para que a impunidade se perpetue”. Também em nota, o MP afirmou que a gravação não traz “qualquer elemento que aponte irregularidade”.

19/06/2017 | Zero Hora | Notícias | 19

Droga apreendida a caminho do Uruguai

Policiais civis da 3ª Delegacia de Polícia (DP) de Rio Grande apreenderam no sábado 280 quilos de maconha, na Estrada da Palma, Rio Grande, no caminho para o Chuí. Os agentes foram informados de que a droga estava sendo levada para o Uruguai e deveria ser trocada por armas.

A ação contou com o apoio de policiais da 2ª DP e da Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (Defrec) de Rio Grande. Conforme a delegada Lígia Furlanetto, que comandou a operação, a investigação teve início em março deste ano e indicou um novo esquema criminoso, o de troca de droga por armas no Uruguai.

Um veículo SpaceFox carregado com a droga foi interceptado em uma estrada de chão batido. O motorista, já identificado, conseguiu fugir. O outro carro que acompanhava o deslocamento do carregamento, um Vectra, teria seguido pela BR-471 em direção à Santa Vitória do Palmar. Os agentes continuavam ontem as buscas aos dois motoristas foragidos.

– Estava muito escuro, por volta das 5h. Perseguimos os dois e não conseguimos localizá-los, em meio a plantações de eucaliptos. Mas a droga foi apreendida – relatou a delegada.

Lígia disse que o coordenador do esquema de tráfico é um foragido da Justiça. Ele tem comprado pistolas no Uruguai, que troca por droga vinda do Paraguai e entregue no Brasil a ele.

Empresário fica seis horas em poder de sequestradores

BRIGADA MILITAR descobriu cativo e resgatou refém de 29 anos em Alvorada

O dono de uma quadra de futsal foi sequestrado por criminosos, em Alvorada, na noite de sábado, e libertado em uma ação da Brigada Militar (BM), que descobriu a localização do cativo seis horas depois. Os bandidos exigiam R\$ 150 mil pela libertação.

A ofensiva dos sequestradores começou às 21h30min, quando cinco bandidos armados, fardados com camisetas da Polícia Civil e com toucas ninjas, invadiram uma quadra no bairro São Caetano. O grupo foi direto até a copa, onde estava o empresário de 29 anos. A vítima foi algemada e, com os olhos encobertos pela própria camiseta, foi levada pelos criminosos em um Peugeot 207 branco. Em 20 minutos, a mãe do empresário recebeu a primeira ligação.

– Disseram que estavam com meu filho e que iriam matá-lo se eu não conseguisse R\$ 150 mil. Eu disse que não tinha de onde tirar esse dinheiro – contou a comerciante, de 57 anos.

Diante da negativa, o bandido disse que ligaria em duas horas. À 1h30min de ontem, o telefone voltou a tocar e a mesma voz perguntou sobre os R\$ 150 mil. A mãe voltou a dizer que não tinha o dinheiro. Como resposta, veio uma ameaça:

– Se tu não conseguir esse dinheiro, eu vou te mandar a perna e a orelha do teu filho. Dá um jeito nisso até segunda.

Enquanto isso, policiais militares da seção de inteligência já monitoravam uma quadrilha de roubo de carros, que estava pedindo dinheiro em troca da entrega dos veículos, e desconfiaram que o mesmo grupo havia feito o sequestro. Os PMs conseguiram a informação sobre a localização do bando e foram até a região por volta das 3h30min, antes que a família entregasse o dinheiro aos bandidos. Ao chegarem à Rua 47 do bairro Umbu, os policiais perceberam que quatro homens passaram a pular pátios de casas para fugir. Três deles conseguiram escapar, mas um foi apreendido. Era um adolescente, de 17 anos, que estava com uma pistola 9mm.

Depois disso, os policiais arrombaram a casa de onde os suspeitos saíram. Na residência havia um monitor, com imagens de câmeras da rua em frente, uma cadeira e um colchão em um quarto. Foi nessa peça que foi encontrado o empresário, que estava com as mãos amarradas, amordaçado e vendado. Ele não estava ferido. O carro usado no sequestro era roubado e foi encontrado estacionado na casa.

O adolescente levado à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Alvorada, que o apreendeu pelos crimes de extorsão mediante sequestro, roubo e porte ilegal de arma. A BM fez buscas durante a madrugada pelos demais envolvidos, mas ninguém foi encontrado.

“Pensei que iriam me matar”

O empresário sequestrado em Alvorada estava lavando os espetos de churrasco quando percebeu a presença de quatro pessoas vestindo toucas-ninjas e roupas da polícia. Eram os criminosos que acabavam de chegar a sua quadra de futebol.

– Vieram direto em mim, prenderam as minhas mãos, taparam meus olhos e foram me levando escada abaixo. Pensei que era um assalto e que iriam me deixar na escada e fugir, mas me colocaram no carro. Quando me levaram, pensei que iriam me matar – contou ontem o rapaz.

A bordo de um Peugeot 207 branco, mais um integrante do bando os esperava para dar seguimento ao sequestro que se estendeu até as 3h30min. A vítima foi levada espremida, no banco de trás, entre três criminosos com duas armas encostadas nas costelas e, outra, na cabeça. No trajeto até o cativo, ao mesmo tempo em que tentavam tranquilizá-lo, dizendo que se tratava “apenas de um sequestro” e que tudo iria ficar bem, alertavam que dar um tiro na cabeça “não custaria nada”, caso a polícia fosse acionada por seus familiares.

Já no cativo, ele foi colocado sentado em uma cadeira. A camiseta que cobria seus olhos foi retirada e trocada por uma fita enrolada mais de cinco vezes em sua cabeça. O passo seguinte foi deitá-lo em uma cama e amarrar seu braço esquerdo com uma corrente. Nessa posição, o empresário permaneceu até a chegada da Brigada Militar.

– Eu não vi nenhum deles. Não vi nada em momento algum. Só conseguia ver a luz amarela da lanterna deles.

De tempos em tempos, o grupo perguntava se estava tudo bem com a vítima e voltava a repetir que queria apenas o dinheiro. Mencionaram, inclusive, que pediriam R\$ 150 mil pelo resgate, para poder baixar a exigência para R\$ 100 mil. Quando a polícia chegou e se identificou, o empresário, ainda vendado, não acreditou:

– Pensei que os sequestradores estivessem me mentindo, embora a luz da lanterna não fosse da mesma cor. Essa era branca. Só quando vi os policiais que fiquei aliviado.

19/06/2017 | Zero Hora | Perimetral | 25

A cara da rua

Fui agente penitenciário em Charqueadas durante cinco anos. Era um lugar muito tenso. Preferi virar carteiro e ganhar um pouco menos, mas trabalhar com tranquilidade. Lá no presídio, não tinha como fazer amizade, aqui me dou bem com todo mundo. Conheço até os mendigos. E, pedalando todo dia, já faço exercício, né?

Marcos Antônio Ceroni, na Rua Sete de Setembro

19/06/2017 | Zero Hora | Sua vida | 27

Prêmio RBS de Educação abre inscrições para sua 5ª edição

A partir de hoje estão abertas as inscrições para o 5º Prêmio RBS de Educação – Para Entender o Mundo, uma iniciativa do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho que reconhece trabalhos desenvolvidos para aproximar os alunos da leitura em escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul.

O prêmio, que conta com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), expressa os compromissos da RBS com a melhoria da qualidade da educação básica no país. O objetivo é valorizar educadores que disseminam práticas educativas de estímulo às habilidades de leitura e escrita. Uma premiação especial será dedicada aos trabalhos que, por meio da leitura, tratem dos temas raça, gênero e inclusão.

A proposta desta edição é elaborar um vídeo para apresentar e explicar o projeto de mediação de leitura promovido na escola. As atividades podem ser desenvolvidas em quaisquer áreas do conhecimento.

O prêmio também tem um eixo de formação, por meio do curso online gratuito Encontros de Leituras para Boas Conversas 2017, construído pelo Cenpec e certificado pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Ele é destinado a qualquer pessoa que se interesse pelo tema e a profissionais que queiram aperfeiçoar suas práticas em sala de aula ou em demais instituições que promovam projetos na área de educação. A ferramenta traz informações sobre leitura e sobre o papel do mediador.

Para o vice-presidente editorial do Grupo RBS, Marcelo Rech, a iniciativa tem um duplo efeito na melhoria do ensino.

– De um lado, procuramos estimular, nas escolas, projetos que sejam transformadores na vida dos alunos por meio do incentivo à leitura. De outro, buscamos celebrar educadores que sirvam de inspiração e exemplo para os demais professores. Ao darmos ampla visibilidade a essas boas iniciativas, confiamos que elas se reproduzam e gerem uma onda positiva entre professores e alunos em favor da educação no Rio Grande do Sul – afirma.

**FIQUE ATENTO
INSCRIÇÕES**

-De hoje a 11 de agosto, pelo site premierbsdeeducacao.com.br

CATEGORIAS

-Educador de escola pública

-Educador de escola privada

-Premiação especial

PREMIAÇÃO TOTAL

-R\$ 21,5 mil

-1º lugar categoria Educador Escola Pública: R\$ 4 mil

-1º lugar categoria Educador Escola Privada: R\$ 4 mil

-1º lugar Destaque Gênero: R\$ 2 mil

-1º lugar Destaque Raça: R\$ 2 mil

-1º lugar Destaque Inclusão: R\$ 2 mil

-Finalistas: R\$ 500 (para cada um dos 15 finalistas)

Segmento: Vinculadas

19/06/2017 | Correio do Povo | Ensino | 10

Uergs

A Universidade Estadual do RS recebe inscrições para diversos cursos de especialização, que serão abertos no 2º semestre/2017. Na Capital, haverá nova turma em Teoria e Prática na Formação do Leitor. No Interior, há várias opções em Livramento, Frederico Westphalen, Cruz Alta, Novo Hamburgo, Sananduva, Alegrete e Montenegro. Mais informações: <https://goo.gl/xevwrt>.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Opinião | 4

Em tempos festivos, como se apresenta o "arraial" do PIB no RS?

Alexandre Reis, Consultor Econômico e Professor Universitário

Ainda que o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul passem por uma crise institucional e política, temos pelo menos uma notícia boa. É a retomada lenta e gradual do PIB do nosso Rio Grande do Sul. O que é o PIB então? E como foi o seu resultado? E os seus reflexos para a nossa cidade?

O PIB é um indicador que mede o que foi feito em termos de produtos e serviços em nossa economia. Ele pode ser mensurado em nível nacional, bem como regional e municipal. Pois bem, neste último mês, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul divulgou os dados para o nosso Estado. E as notícias, pelo mesmo, são mais animadoras. A principal delas é que "... depois de 11 trimestres de queda, o PIB do RS parou de decrescer...".

Ainda estamos com um PIB pífio, no entanto, este último dado já mostrou uma leve recuperação em nossa economia local. E isso que é relevante e importante, porque demonstra a recuperação e a melhora das expectativas no meio econômico.

O principal motivo de nossa lenta recuperação é o setor do agronegócio, que teve crescimento de 3,5%. Ufa, este se apresenta como um setor extremamente dinâmico e importante para a nossa economia local. Já a indústria ficou negativa, mas, em alguns subsetores, a melhora já se tornou evidente. A indústria de transformação cresceu 0,7%. Com destaques para bebidas, produtos químicos, metalurgia.

O que isso impacta na vida do cidadão santa-mariense? Com a economia crescendo, mesmo que gradualmente, aos poucos, os índices de emprego voltam a crescer. Mais renda entre os produtores e consumidores tende a elevar a produção e, logo, há uma tendência de pungência em nossa economia.

Enfim, um processo endógeno de estímulo e de novas oportunidades. A renda do agronegócio é importantíssima para a nossa cidade, para o comércio local, para os prestadores de serviços e demais setores. Parafraseando um dito popular, "...se a roda gigante da

riqueza está voltando a rodar mais rápido, logo, mais renda tende a circular na economia...'. Enfim, são boas notícias. E até poderiam ser melhores, se a instabilidade política e institucional não estivesse tão abalada. Falta ainda a nossa infra-estrutura melhorar.

Ainda temos muito a melhorar mas já podemos começar a festejar e, no mês de festas juninas, vamos curtir o forró da volta do crescimento econômico. A conjuntura local volta a ficar animada, e a esperança de novos tempos se vislumbra no período das noites longas!

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Região | 17

Toropi

A reunião do grupo de trabalho que irá propor a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Toropi (PMDR) ocorreu na semana passada. Estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Emater, Câmara de Vereadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro do Sul, Toropi e Quevedos, Associação Comercial e Industrial de Toropi (Acit), Sicredi e Coomat. Na ocasião, foi apresentado o histórico do município e dados de produção das principais culturas geradoras de renda nas propriedades locais.

A partir dessas informações, o grupo iniciou o processo de planejamento com base na discussão das cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas, consideradas suas dificuldades, potencialidades e ações que possam fortalecer a geração de renda do município, bem como a sustentabilidade das famílias no meio rural. Além de auxiliar a execução de atividades no meio rural com planejamento em longo prazo, o plano é indispensável para que os municípios possam encaminhar projetos para obter recursos de emendas parlamentares.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Comunidade | 39

Empregos

Quem está à procura de trabalho precisa ficar atento às oportunidades de emprego em Santa Maria. Para isso, o Diário traz as vagas disponíveis nas agências da cidade.

Confira:

SINE

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Sine) funciona das 8h às 17h, na Rua Silva Jardim, 1.994. As vagas abaixo estão disponíveis para hoje e exigem experiência comprovada. Outras informações pelo telefone (55) 3222-9005.

- Almozarife
- Atendente Júnior (promotor de vendas)
- Auxiliar de Montagem de Móveis
- Carpinteiro de Obras
- Coordenador de Restaurante
- Cozinheiro Geral
- Instalador Automotivo (vendedor)
- Montador de Móveis de Madeira
- Motorista de Caminhão
- Motorista Caminhão Munck/Guindauto
- Operador de Negócios
- Padeiro
- Pizzaiolo
- Recepcionista/Secretária
- Serralheiro

- Soldador
- Técnico de Edificações
- Vendedor interno

Vagas para pessoas com deficiência

- Auxiliar Administrativo
- Auxiliar de Loja
- Auxiliar de Linha de Produção

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Comunidade | 39

Cursos

Curso gratuito de Garçom — O Senac Santa Maria abre inscrições para o curso de Excelência no Atendimento para Garçom. Para participar, é necessário fazer a inscrição até o dia 26 de junho, pelo site senacrs.com.br/mastergarcom. Os interessados devem ter idade mínima de 16 anos, Ensino Fundamental completo e renda familiar mensal per capita que não ultrapasse 2 salários mínimos federais. O projeto é uma parceria com o governo do Estado, a Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS), o Sindicato Intermunicipal de Hotelaria do RS (Sindihotel), o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindha) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasei). Mais informações pelo telefone (55) 3225-2121.

Curso de Fotografia Digital — O Senac Santa Maria promoverá o curso de Fotografia Digital — Básico. As matrículas devem ser feitas no Senac Santa Maria (Rua Professor Braga, 60). Mais informações pelo telefone (55) 3225-2121 ou pelo site senacrs.com.br/santamaria. As aulas começam no dia 4 de julho e ocorrerão às terças e quintas-feiras, das 13h30min às 17h30min.

Curso de Costureiro — As matrículas para o curso de Costureiro do Senac Santa Maria podem ser feitas até 18 de julho pelo site senacrs.com.br/santamaria. Os interessados devem ter idade mínima de 16 anos e Ensino Fundamental 2 incompleto. A carga horária é de 212 horas. As aulas ocorrem às segundas, quartas e sextas-feiras, das 13h30min às 17h30min. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (55) 3225-2121.

19/06/2017 | Diário de Santa Maria | Contracapa | 40

Sobre duas rodas, um reforço para a segurança

POR MAIS AGILIDADE Brigada Militar agora conta com equipe de Ronda Ostensiva Com Apoio de Moto. Página 20

19/06/2017 | Folha de Caxias | Geral | 4

Coletará embalagens de agrotóxicos começa hoje

Atividade visa assegurar cumprimento da legislação sobre o descarte deste material

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com a Codeca, inicia nesta segunda-feira (19) a coleta de embalagens de agrotóxicos. A campanha objetiva auxiliar os agricultores a cumprir a legislação que determina regras específicas para o descarte destes volumes.

De 19 a 22 de junho serão atendidas comunidades como Santa Lúcia, São Gotardo, Vila Oliva, Fazenda Souza, Vila Cristina, São Pedro da 3ª Léguas, Ana Rech, Forqueta, Loreto, Sebastopol, São João da 4ª Léguas, São Luiz da 6ª Léguas e Nossa Senhora da Saúde. No ano passado foram recolhidas perto de 21 toneladas de galões, baldes, litros e outros recipientes. Os agricultores devem se organizar para levar as embalagens nos pontos de coleta no dia em que será feito o recolhimento, respeitando cronograma estabelecido.

Conforme o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, o Brasil é referência mundial na destinação ambientalmente correta do material, encaminhando 94% das embalagens plásticas primárias para reciclagem ou incineração. A coleta tem a parceria dos sindicatos Rural e dos Trabalhadores Rurais, da Emater, Ceasa Serra e de empresas que atuam na área.

Calendário

Quadro - ver imagem.

19/06/2017 | Folha do Sul | Geral | 5

Uergs ofertará 40 vagas em Bagé no próximo ano

A quantidade de oferta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e publicada no Diário Oficial do Estado de sexta-feira, definiu que 40 vagas serão destinadas para Bagé, na graduação de Pedagogia.

Ao todo, no RS, serão abertas 1 585 vagas nos cursos de graduação para ingresso via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Metade das vagas é reservada a pessoas economicamente hipossuficientes, negros e índios, e 10% para pessoas com deficiência.

19/06/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 2

Sine oferece mais de 2,3 mil vagas de trabalho no Estado

As Agências do Sine dispõem de 2,318 vagas de trabalho abertas no Estado. Desse total, 71,78% das oportunidades não exigem experiência. Trabalhadores interessados em se candidatar às vagas devem comparecer ao Sine mais próxima com Carteira de Trabalho. Os endereços e horários de funcionamento das unidades estão disponíveis no site fgtas.rs.gov.br.

Na Região Metropolitana, há 592 vagas abertas nas Agências FGTAS/Sine. Desse total, 65,7% das vagas não exigem experiência; 30,2% são do comércio; 29,4%, do setor de serviços industriais; 22,5%, dos serviços; e 16,5%, da indústria. As ocupações com o maior número de vagas são varredor de rua (54), coletor de lixo domiciliar (53), operador de caixa (32), embalador a mão (25) e motorista de caminhão (118). Em Porto Alegre, há 250 vagas abertas e 74,8% não exigem experiência. Com relação à escolaridade, 54,69% exigem Ensino Fundamental completo e 28,13%, Ensino Médio completo. As funções com os maiores números de vagas são varredor de rua (54), operador de caixa (27), embalador a mão (20), atendente de lojas e mercados (117) e açougueiro (12).

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 1

Oficina sobre pomar doméstico é oferecida no município

Com o objetivo de demonstrar na prática informações sobre plantio, adubação, poda, bem como tratamento alternativo para controle de pragas e doenças nos pomares domésticos, foi realizada, recentemente, uma oficina sobre pomar doméstico no município. A aula ocorreu na propriedade de Dejanira Oliveira do Carmo, na comunidade de Vargem Bonita, e contou com a participação de 10 famílias da comunidade. “A partir de demanda das famílias em realizar a poda em suas frutíferas, surgiu a necessidade de fazer essa demonstração”, explicou a extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) Giancarla Ottoni Passos.

Na propriedade, existem cerca de 15 pés de frutíferas de diversas variedades. Também foi realizado o plantio de citros. “A atividade simbolizou ainda troca de informações entre técnicos e agricultores”, avaliou Giancarla. Segundo o técnico em agropecuária da Emater Rafael Mignoni, a atividade foi bastante válida. “O público pôde praticar a poda nas árvores, tirar dúvidas, trocar informações e a técnica ainda possibilitará uma melhor produtividade e qualidade das frutas”, disse Mignoni. Para a anfitriã, a tarde foi produtiva. “Estou muito feliz em realizar esta atividade em minha propriedade, pois muita coisa aprendemos juntos e também conseguimos ter uma orientação na prática”, finalizou Dejanira.

Tribu di Arteiros é destaque na região

As atrizes Rosmeri Lorenzon e Thaís Backes, da Tribu di Arteiros, participaram do programa Fim de Tarde em Dois Irmãos, na última semana. Elas contaram um pouco da história do grupo de teatro que é destaque na região e falaram sobre a profissão, num bate-papo animado.

A Tribu di Arteiros existe desde 2010. “Surgiu com uma ideia de treinamento. Eu me formei em 2009, na UERGS (Montenegro), e quis passar meu conhecimento para uma galera que estava querendo fazer teatro profissional. A Thaís, inclusive, é uma das sobreviventes, está desde o início”, comentou Rosmeri. Em 2011, a Tribu di Arteiros estreou seu espetáculo Todos Por Uma Coisa Só, que dois anos depois ganhou um festival na cidade de Gravataí.

Thaís formou-se em 2015, também na UERGS, e se prepara para estrear o monólogo Deserto Desabitado, com direção de Rosmeri. O espetáculo fez parte do trabalho de conclusão de curso de Thaís, e a estreia será no dia 12 de agosto, no Teatro Adriano Schenkel. “O monólogo é um trabalho que me desafia muito como atriz. Quem me conhece, sabe que sou muito agitada e adoro falar. Neste espetáculo, fui buscar essa questão do vazio, do silêncio. Ele fala de saudade, sobre a espera da personagem por alguém”, adiantou a atriz.

Quem quiser saber mais sobre o bellissimo trabalho da Tribu di Arteiros, pode acessar a página do grupo no Facebook.

Prefeita Tânia tem reunião com diretor-presidente da Corsan

A prefeita Tânia da Silva esteve em Porto Alegre na sexta-feira (16), em reunião com a direção da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Em razão do constante problema de falta de água em vários pontos de Dois Irmãos, Tânia foi reivindicar investimentos para qualificar o abastecimento no município.

O diretor-presidente da Corsan, Flávio Ferreira Presser, recebeu a prefeita dois-irmonense ao lado do diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Jorge Luiz Costa Melo, do superintendente Adjunto Regional Sinos, Alexandre Calvetti, do superintendente de Relações Institucionais, André Finamor, e do assessor do deputado estadual Tiago Simon, Daniel Daudt Schaefer. “Dois Irmãos é uma cidade visada pela qualidade de vida. Por isso, precisamos pensar em investimentos, tendo em vista que muitos bairros são semanalmente prejudicados no atendimento. Além disso, queremos planejar investimentos a médio e longo prazo. A administração municipal é parceira da Corsan para que possamos juntos atender melhor os munícipes”, disse a prefeita, entregando uma lista de reivindicações.

Dentre as solicitações apresentadas, estão sinalização de obras da Corsan, mais agilidade no conserto das pavimentações em locais com serviços executados pela companhia e atendimento com maior presteza às solicitações de usuários quando existe vazamento, além de investimentos substanciais. “Precisamos aumentar a capacidade de fornecimento de água potável. A sugestão seria a instalação de mais reservatórios nos bairros para atingir as demandas, inclusive na Estação de Tratamento Central”, disse a prefeita.

O diretor-presidente da Corsan prometeu verificar a possibilidade de investimentos. “A partir desta segunda (19), uma equipe de pesquisa e setorização irá trabalhar na cidade, sendo responsável em detectar vazamentos, amenizando desta forma o desabastecimento de água. Também estamos trabalhando para aumentar a captação de água em dois poços nos próximos dois meses, um situado no bairro Portal da Serra e outro no bairro Navegantes”, afirmou Flávio.

CORSAN 24 HORAS

Em caso de desabastecimento, o morador deve contatar a Corsan 24 Horas, no telefone 0800.646.6444.

Para obter mais informações, também poderá acessar a seção “Situação do Abastecimento de Água” no site da companhia (www.corsan.com.br).

Tânia cobra da Corsan melhorias no serviço

Página 8

19/06/2017 | Jornal NH | Comunidade | 7

Moradores pedem passarela na RS-239

Sapiranga - Ontem, cerca de 50 moradores, alguns parentes de vítimas de atropelamento na RS-239, bloquearam parcialmente a rodovia entre 9 e 10 horas, uma pista em cada um dos dois sentidos, no quilômetro 26, em Sapiranga. O grupo, que exibiu cruzeiros ao longo do canteiro central da rodovia e segurou cartazes, exigia passarelas na estrada ou redutores de velocidade na área urbana. Segundo um dos organizadores da manifestação, o motoboy Francisco Alves de Souza, a intenção é chamar atenção da Empresa Gaúcha de Estradas (EGR), que tem concessão da rodovia.

Segundo ele, será montada uma comissão para levar o pedido até a EGR. Inicialmente, ainda na sexta-feira, a EGR respondeu que passarela é atribuição de prefeituras. Porém, em 16 de abril de 2014 a própria EGR divulgou em seu site que inaugurou uma passarela em Parobé, na mesma RS-239, e a divulgação permanece no site da EGR. O Jornal NH tentou novo contato com a EGR, ontem, mas o telefone da assessoria de imprensa estava desligado.

19/06/2017 | Jornal NH | Comunidade | 8

Tânia cobra melhorias nos serviços da Corsan

Prefeita de Dois Irmãos reclama de constantes faltas de água

Dois Irmãos - A prefeita de Dois Irmãos, Tânia Terezinha da Silva, foi até a direção da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), em Porto Alegre, na sexta-feira, para solicitar investimentos e qualificar o abastecimento de água em Dois Irmãos. No encontro, Tânia apresentou as reivindicações do município, que tem sofrido com o desabastecimento em alguns pontos da cidade, principalmente aos finais de semana.

"Dois Irmãos é uma cidade visada pela qualidade de vida. Por isso, precisamos pensar em investimentos, tendo em vista que muitos bairros são semanalmente prejudicados no atendimento. Além disso, queremos planejar investimentos para médio e longo prazo. A prefeitura é parceira da Corsan para que possamos juntos atender ainda melhor a comunidade", disse a prefeita, entregando uma lista de reivindicações e investimentos necessários ao diretor da companhia. "Precisamos de mais investimentos por parte da Corsan para aumentar a capacidade de fornecimento de água potável. A sugestão seria a instalação de mais reservatórios nos bairros para atingir as demandas, inclusive na Estação de Tratamento Central", disse a prefeita.

Companhia anuncia dois poços em dois meses

O diretor-presidente Flávio afirmou que já estão verificando a possibilidade de investimentos na cidade. "A partir de segunda-feira (hoje) uma equipe de pesquisa e setorização irá trabalhar na cidade, sendo responsável em detectar vazamentos, amenizando desta forma o desabastecimento. Também estamos trabalhando para aumentar a captação de água em dois poços nos próximos dois meses, um situado no bairro Portal da Serra e outro no Navegantes", disse Flávio. Em caso de vazamento ou falta de água, o morador deve contatar a Corsan 24 Horas, no telefone 0800.646.6444. Para obter mais informações, também poderá acessar a seção "Situação do Abastecimento de Água" no site da Corsan; www.corsan.com.br.

SAIBA MAIS

A prefeita Tânia Terezinha da Silva foi recebida em Porto Alegre pelo diretor-presidente da Corsan, Flávio Ferreira Presser; o diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Jorge Luiz Costa Melo; o superintendente Adjunto Regional Sinos, Alexandre Calvetti; o superintendente de Relações Institucionais da Corsan, André Finamor; e o assessor do deputado estadual Tiago Simon

Daniel Daudt Schaefer.

OS PEDIDOS

- Dentre as solicitações estão a sinalização das obras realizadas pela Corsan, mais agilidade no conserto das pavimentações nos locais das obras da Corsan.
- Um atendimento com maior presteza às solicitações dos usuários quando existe o vazamento de água. Há casos atendidos somente em duas semanas, havendo inclusive, desperdício de água potável.
- Além disso, foram solicitadas melhorias nas Estações de Tratamento de Esgoto, onde a estrutura não recebe investimentos há anos.
- Atendimento ao Contrato do Programa para Prestação de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário assumido com Dois Irmãos
- E o início da prestação de serviços nas Estações de Tratamento de Esgoto.

19/06/2017 | O Diário | Geral | 6

Estância Velha pode ficar sem água

A Corsan fará a limpeza dos 13 reservatórios de água do município, a higienização dos tanques poderá ocasionar falta de água em praticamente todos os bairros da cidade entre hoje (19) e quarta-feira (21), conforme transcorrer o andamento dos trabalhos. A empresa estatal atuará para que o menor número de ligações sejam afetadas simultaneamente. A partir das 8 horas, o primeiro reservatório a passar por limpeza será o maior da cidade, situado junto à Avenida Presidente Vargas.

Segundo o gerente da Corsan de Estância Velha, Marco Henrique Prade, o trabalho ocorrerá de forma escalonada e por regiões. "Trabalharemos para que os estancienses não fiquem sem água durante muitas horas e conforme for concluída a limpeza, as bombas serão religadas para que o funcionamento seja normalizado o mais breve possível nestas localidades", afirmou.

Durante a manhã de segunda-feira, os bairros Floresta, Centro, Rincão dos Ilhéus e Rincão Gaúcho poderão sofrer com a falta d'água. No período da tarde, localidades como Nova Estância, Encosta do Sol, União e Sol Nascente podem ficar sem abastecimento.

Amanhã (20), a limpeza poderá atingir os bairros Encosta do Sol e das Rosas. Ainda conforme Prade, algumas localidades nem deverão sentir a falta d'água. "Estamos comunicando os moradores para que possam se programar com antecedência, mas o serviço de limpeza dos reservatórios é extremamente necessário", concluiu o gerente.

19/06/2017 | O Diário | Geral | 6

Falta de água

Nesta semana, de hoje até quarta-feira, pode faltar água em diversos pontos de Estância Velha devido a um trabalho de manutenção que será realizado pela Corsan. A equipe da companhia de abastecimento fará a limpeza dos reservatórios distribuídos em alguns pontos do município para garantir a qualidade da água que chega às nossas torneiras. Portanto, fique esperto, economize água e programe-se. A tabela dos bairros que poderão ser afetados com a falta de água é possível encontrar nesta edição.

Reunião para debater a falta de água hoje

Dois Irmãos — Hoje à noite, a partir das 18 horas, ria Câmara de Vereadores, irá acontecer uma reunião para debater a falta de água. O encontro é uma iniciativa da presidente Flane Becker (PP) e contará com a presença do gerente local, Oneide Castro, e representantes da Corsan da região. Há duas semanas, vereadores trazem à tribuna reclamações dos moradores pela falta de água, principalmente rios últimos três finais de semana. Indignada, a vereadora chegou a pedir a demissão do gerente local, o que provocou mal estar com o PMDB, sendo que Sérgio Fink saiu em defesa do gerente e cobrou que a situação precisa ser resolvida com investimentos e isso não compete ao responsável em Dois Irmãos. Já foram realizadas reuniões na prefeitura e com a Corsan regional. Toda comunidade está convidada a participar do encontro hoje à noite.

19/06/2017 | Zero Hora | Capa | 1

Há 1 processo na justiça para cada 4 gaúchos

No final de 2016, 2,78 milhões de ações se acumulavam no RS.

Notícias 6 e 7

19/06/2017 | Zero Hora | Notícias | 6

Judiciário gaúcho abarrotado

2,78 MILHÕES DE PROCESSOS estavam acumulados na Justiça Estadual no encerramento do ano passado, médiade um caso para cada quatro habitantes, atrasando soluções e alimentando a má fama de lentidão do sistema

O Judiciário gaúcho encontra-se superlotado. Em 2016, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ- RS) terminou o ano com 2,78 milhões de processos em estoque. É como se a cada quatro habitantes do Estado, um estivesse envolvido em uma disputa judicial.

Diante de cenário que combina, segundo o próprio Judiciário, varas tomadas de casos e deficiência de servidores, a tramitação enfrenta uma histórica demora e alimenta a má fama de lentidão do sistema. Em média, um magistrado acumula 5.656 processos e, para escoar tantos procedimentos, teria de julgar mais de duas dezenas a cada dia útil.

Mesmo que se esforcem para dar vazão aos julgamentos, juízes e desembargadores enfrentam anualmente um volume de novos processos que entopem ainda mais o sistema. No ano passado, 1,57 milhão de novos casos chegaram à Justiça gaúcha.

O número, porém, vem caindo, mesmo que não o suficiente para desafogar o Judiciário. Em 2012, haviam ingressado 1,8 milhão de processos, o que representa uma redução de 12% em cinco anos.

Segundo o mais recente levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que compila dados de 2015, o Rio Grande do Sul aparece na segunda colocação no ranking de casos novos por 100 mil habitantes na comparação com todos os demais Estados. Entre 2009 e 2012, os gaúchos lideraram a lista, foram superados pela Justiça do Rio de Janeiro em 2013, mas retomaram a ponta no ano seguinte. Já em 2015, conforme levantamento mais recente do CNJ, com 13.545 casos, ficaram atrás somente dos fluminenses, que somam 14.363 procedimentos. Com o sistema assoberbado, advogados reclamam de lentidão.

– Entendemos as dificuldades do Judiciário, mas a advocacia não pode arcar com casos de morosidade. A demora pode ocorrer por uma série de fatores, como a falta de juiz, a escassez de funcionários ou a estrutura precária. Mas a morosidade judiciária atrapalha a advocacia e a questão da cidadania, como resposta àqueles que buscam esse serviço essencial – avalia o presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), Ricardo Breier.

Segundo o TJ-RS, há carência de cerca de 200 juízes e 2 mil servidores. O presidente do Conselho de Comunicação Social do órgão, Túlio Martins, indica uma série de motivos para explicar a deficiência:

– A Justiça não é rápida em nenhum lugar do mundo. Não é da natureza do sistema judiciário, que é reflexivo. Mas a morosidade da Justiça brasileira é real. Isso vem de práticas antiquadas, de uma quantidade interminável de recursos e da falta de condições materiais para que se tenha modernização e capacitação de pessoal. Não existe causa exclusiva, mas soma de fatores. O ideal seria uma Justiça mais rápida do que a que temos.

TJ-RS TENTA EMPREGAR MAIS CELERIDADE AOS PROCESSOS

Os números sinalizam empenho do TJ-RS em empregar mais celeridade aos processos, mesmo que, na prática, advogados relatem pouco impacto. Nos últimos dois anos, o Judiciário gaúcho encerrou um número maior de casos em relação aos novos. Somente em 2016, foram concluídos 136 mil a mais.

– Há um grande esforço da administração para utilizar recursos da melhor maneira possível. A solução está em encaminhar demandas repetitivas através de decisões organizadas ou ações coletivas, o que tem dado bons resultados, e empregar mais rigor na concessão da gratuidade judiciária, o que evita processos totalmente aventureiros, mas sem cercear o acesso à Justiça. Mesmo assim, ainda temos quase 3 milhões de processos, o que é um absurdo para um Estado do tamanho do nosso – acrescenta Martins.

Para o desembargador, a solução passa pelo avanço da conciliação, alternativa para resolver conflitos por meio de acordo com validade judicial, evitando, assim, um processo. Na Capital, há um núcleo especializado no método, e outros 35 no Interior. A Defensoria Pública caminha na mesma direção.

– Percebemos redução nos casos novos iniciados em primeiro grau, o que comprova o empenho das instituições em lançar mão de mecanismos que chamamos de extrajudiciais, tentando alternativas como a mediação e a conciliação, que, muitas vezes, resolvem o conflito social. Hoje, há crítica crescente em relação ao custo do sistema judicial. Por que não, então, investir em ferramentas para evitar que uma demanda vire um processo, no qual, naturalmente, há morosidade? – questiona o defensor público- geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt.

Está prevista para este mês a inauguração de um centro de mediação e conciliação do órgão, que será pioneiro no país. A nova estrutura funcionará no prédio do Instituto de Previdência do Estado (Ipergs), na Avenida Borges Medeiros, na Capital, e, inicialmente, atuará na área de conflitos familiares, como divórcio e guarda de filhos.

– Às vezes, entrar com ação traz consequência mais danosa do que a resolução do conflito – resume Heerdt.

Um ano e três meses e nenhuma solução

Como milhares de gaúchos, Daniela Caumo, 29 anos, buscou no Judiciário solução para um conflito. A advogada ingressou com ação civil contra uma empresa de telefonia em março de 2016. Um ano e três meses se passaram, mas ainda não houve decisão para o caso, aparentemente simples.

Ela havia pedido a portabilidade de seu celular para outra operadora, mas, meses depois, decidiu retornar à antiga. O aparelho passou a não receber mais ligações e mensagens da companhia anterior. Após inúmeras tentativas administrativas para resolver a falha, decidiu recorrer a uma amiga, também advogada, e ingressar na Justiça contra a empresa.

O exemplo da advogada nem se configura como um caso dos mais graves, já que existem processos que levam décadas até que se chegue a uma sentença, mas ilustra o sentimento de frustração de quem busca resolução de problemas ou reparação por prejuízos sofridos.

No caso de Daniela, o impasse com a operadora causou uma série de transtornos – ela ficou impossibilitada de receber ligações do celular de seu marido, por exemplo. Quando foi em busca do tribunal, a jovem havia se tornado mãe havia quatro meses. Agora, o pequeno Gabriel já completou um ano e seis meses e o caso segue sem sentença.

– Me senti frustrada. Lido com o Direito, e esse sentimento é diário. É uma briga com o Judiciário, porque determinados processos andam e outros ficam parados anos. Me senti lesada. Disse para a empresa que a única alternativa que haviam me dado era ingressar

na Justiça, e me disseram que nada poderiam fazer. Busquei o Judiciário e, mais uma vez, nada aconteceu – reclama Daniela que, cansada de esperar resposta do Estado, migrou para uma terceira operadora.

Segmento: Interesse

19/06/2017 | Correio do Povo | Política | 4

Temer diz que Joesley ‘desfia mentiras em série’

Presidente informou, por meio de nota, que vai mover ações civil e penal contra empresário que o delatou

O presidente Michel Temer informou, em nota divulgada no sábado, que protocola hoje ações civil e penal na Justiça contra o empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F, controlador da JBS. Em entrevista à revista Época, Joesley disse que Temer é “o chefe da quadrilha mais perigosa do Brasil”. Na nota, o presidente diz que Joesley “desfia mentiras em série” e que o empresário é o “bandido notório de maior sucesso na história brasileira”.

Na entrevista, Joesley fala que a relação com Temer nunca foi de amizade. “Sempre foi uma relação institucional, de um empresário que precisava resolver problemas e via nele a condição de resolver problemas”. O sócio do grupo J&F afirma que Temer “não é um cara cerimonioso com dinheiro” e que sempre tinha um assunto específico para tratar quando se encontravam. “Nunca me chamou lá para bater papo. Sempre que me chamava, eu sabia que ele ia me pedir alguma coisa ou ele queria alguma informação”.

O texto divulgado pelo Palácio do Planalto destaca que era Joesley quem fazia pedidos e que eles nunca foram atendidos. “Em entrevista, ele diz que o presidente sempre pede algo a ele nas conversas que tiveram. Não é do feitio do presidente tal comportamento mendicante. Quando se encontraram, não se ouve ou se registra nenhum pedido do presidente a ele. E, sim, o contrário. Era Joesley quem queria resolver seus problemas no governo, e pede seguidamente. Não foi atendido antes, muito menos depois”, diz o comunicado.

O QUE DISSE JOESLEY

Sobre Lula e o PT

“O Lula e o PT institucionalizaram a corrupção. Houve essa criação de núcleos, com divisão de tarefas entre os integrantes, em estados, ministérios, fundos de pensão, bancos, BNDES. O resultado é que hoje o Estado brasileiro está dominado por organizações criminosas. O modelo do PT foi reproduzido por outros partidos.”

Sobre Lula

“Nunca tive conversa não republicana com o Lula. Zero. Eu tinha o Guido (Mantega). Estive uma vez com o presidente Lula quando assumi a empresa, em 2006. Pedi audiência oficial. Deve estar nos registros. (...) Nunca mais vi o Lula até o fim de 2013. Não precisou ter conversa. Meu contato era o Guido.”

Sobre Temer

“O Temer é o chefe da Orccrim (organização criminosa) da Câmara. Temer, Eduardo, Geddel, Henrique, Padilha e Moreira. É o grupo deles. Quem não está preso está hoje no Planalto”. (...) “Essa turma é muito perigosa. Não pode brigar com eles. Nunca tive coragem de brigar com eles. Por outro lado, se você baixar a guarda, eles não têm limites. Meu convívio com eles sempre foi mantendo à meia distância: nem deixando eles aproximarem demais nem deixando eles longe demais para não armarem alguma coisa contra mim.”

Sobre a gravação

“Podem fazer todas as perícias do mundo. Tentam desqualificar por desespero.”

Sobre ameaças

“Recebi mensagens anônimas enquanto estava fazendo a delação. No dia em que começamos a delação, o Ricardo (Saud) teve um assalto estranhíssimo na porta de casa, com revólver. Pode ser só coincidência. Mas ficamos olhando um para a cara do outro: será que tem a ver? Eu nunca andei com segurança e passei a andar com quatro.”

Sobre Aécio Neves

“Preciso fazer uma ação indiscutível para o entendimento da população e do MP. Vou registrar como se dão as conversas com o número um da República (Temer) e o número dois (Aécio Neves), que seria a alternativa ao número um. Se o Brasil não entendesse que o dois era igual ao um, o Brasil ia achar que a solução era substituir um por dois. Mas o dois é do mesmo sistema.”

Sobre Eduardo Cunha

“Eu tinha perguntado a ele (Eduardo Cunha): ‘Se você for preso, quem é a pessoa que posso considerar seu mensageiro?’ Ele disse: ‘O Altair procura você. Qualquer outra pessoa não atenda.’ Passou um mês, veio o Altair. Meu Deus, como vou dar esse dinheiro (R\$ 5 milhões) a um cara que está preso? Aí o Altair disse que a família do Eduardo precisava de dinheiro e que ele estaria solto logo, logo. Fui pagando em dinheiro vivo, ao longo de 2016.” (...) E toda hora o mensageiro do presidente me procurando para garantir que eu estava mantendo esse sistema. De 15 em 15 dias, era uma agonia. (...) Quem estava incumbido de manter Eduardo e Lúcio (Funaro) calmos era eu”.

Sobre pedidos de dinheiro

“Uma vez foi quando ele (Temer) pediu R\$ 300 mil para fazer campanha na Internet antes do impeachment, preocupado com a imagem dele. Fazia pequenos pedidos. Quando o Wagner (Rossi) saiu (do Ministério da Agricultura), Temer pediu um dinheiro para ele se manter. (...) Ele volta e meia fazia pedidos assim.

Sobre Dilma Rousseff

“Confirmei com a Dilma porque ela me pediu R\$ 30 milhões para o Pimentel (governador de Minas Gerais). Aí me senti na liberdade de explicar. (...) “Expliquei: ‘acabou o dinheiro’. Ela ouviu e falou: ‘Tá bom. Pode fazer’. Foi o último dinheiro.”

TRECHOS DA NOTA DO PRESIDENTE

Em 2005, o Grupo JBS obteve seu primeiro financiamento no BNDES. Dois anos depois, alcançou um faturamento de R\$ 4 bilhões. Em 2016, o faturamento das empresas da família Batista chegou a R\$ 183 bilhões. Relação construída com governos do passado, muito antes que o presidente Michel Temer chegasse ao Palácio do Planalto. Toda essa história de “sucesso” é preservada nos depoimentos e nas entrevistas do senhor Joesley Batista. Os reais parceiros de sua trajetória de pilhagens, os verdadeiros contatos de seu submundo, as conversas realmente comprometedoras com os sicários que o acompanhavam, os grandes tentáculos da organização criminosa que ele ajudou a forjar ficam em segundo plano, estrategicamente protegidos.

Em relação ao BNDES, é preciso lembrar que o banco impediu, em outubro de 2016, a transferência de domicílio fiscal do grupo para a Irlanda, um excelente negócio para ele, mas péssimo para o contribuinte brasileiro. Por causa dessa decisão, a família Batista teve substanciais perdas acionárias na Bolsa de Valores e continuava ao alcance das autoridades brasileiras. Havia milhões de razões para terem ódio do presidente e de seu governo.

Ao delatar o presidente, em gravação que confessa alguns de seus pequenos delitos, alcançou o perdão por todos seus crimes. Em seguida, cometeu ilegalidades em série no mercado de câmbio brasileiro comprando um bilhão de dólares e jogando contra o real, moeda que financiou seu enriquecimento. Vendeu ações em alta, dando prejuízo aos acionistas que acreditaram nas suas empresas. Proporcionou ao país um prejuízo estimado em quase R\$ 300 bilhões logo após vazar o conteúdo de sua delação para obter ganhos milionários com suas especulações.

O senhor Joesley Batista é o bandido notório de maior sucesso na história brasileira. Conseguiu enriquecer com práticas pelas quais

não responderá e mantém hoje seu patrimônio no exterior com o aval da Justiça. Imputa a outros os seus próprios crimes e preserva seus reais sócios. Obtém perdão pelos seus delitos e ganha prazo de 300 meses para devolver o dinheiro da corrupção que o tornou bilionário, e com juros subsidiados. Pagará, anualmente, menos de um dia do faturamento de seu grupo para se livrar da cadeia. O cidadão que renegociar os impostos com a Receita Federal, em situação legítima e legal, não conseguirá metade desse prazo e pagará juros muito maiores.

O presidente tomará todas medidas cabíveis contra esse senhor. Na segunda-feira, serão protocoladas ações civil e penal contra ele. Suas mentiras serão comprovadas e será buscada a devida reparação financeira pelos danos que causou, não somente à instituição Presidência da República, mas ao Brasil. O governo não será impedido de apurar e responsabilizar o senhor Joesley Batista por todos os crimes que praticou, antes e após a delação.

‘Ousadia surpreendente’, avalia Moreira Franco

O ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) divulgou nota para rebater as acusações do empresário Joesley Batista, que o apontou como integrante de uma “organização criminosa”. “É surpreendente a ousadia e a desenvoltura em mentir do contraventor Joesley Batista. Estive com ele uma única vez, em um grupo de brasileiros, em uma viagem de trabalho em Pequim, ocasião em que me foi apresentado. E nunca mais nos encontramos. Seu juízo a meu respeito é o de quem quer prestar serviço e para tal, aparenta um relacionamento que nunca existiu”, diz a nota de Moreira Franco. O vice-líder da bancada do PMDB na Câmara, Carlos Marun (MS), chamou Joesley de “meliante” e “cachorro” ao comentar a entrevista do empresário.

Em nota sobre as acusações feitas por Batista, de que presidente Michel Temer é chefe de uma quadrilha, Marun disse que o dono da rede de frigoríficos faz um “desfile de acusações genéricas”. O deputado peemedebista é um dos mais ferrenhos integrantes da tropa de choque do governo. “Não é demais lembrar que este cachorro esteve por mais de 40 minutos gravando o presidente e nada conseguiu tirar dele de realmente criminoso ou comprometedor”, afirma no comunicado. “É óbvio que orientado por sua defesa o meliante tenta proteger seu escandaloso e benevolente acordo de delação.”

Lula: ‘Sem valor jurídico’

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a entrevista do empresário Joesley Batista tem que ser entendida no contexto de um empresário que negocia o mais generoso acordo de delação premiada da história. E que, mesmo assim, foi incapaz de apontar qualquer ilegalidade cometida ou do conhecimento do ex-presidente Lula. Ainda segundo a defesa, considerações genéricas e sem provas de delatores não têm qualquer valor jurídico.

O PT divulgou uma nota sobre as declarações do delator. “As acusações do empresário Joesley Batista contra o Partido dos Trabalhadores são genéricas, carecem de provas e não condizem com a verdade. O PT reitera que todas as doações que recebeu são legais e foram analisadas e aprovadas pela justiça eleitoral”, diz o texto.

19/06/2017 | Correio do Povo | Política | 6

Nome de Leite ainda é incerto

Além do cenário nacional, integrantes do PP apontam incertezas sobre a real disponibilidade do ex-prefeito de Pelotas, Eduardo Leite (PSDB), em concorrer ao governo, para explicar o enfraquecimento das articulações entre PP, PSDB e PTB. O mesmo receio é lembrado por deputados do PTB. Os petebistas também relatam sua insatisfação com a ocupação de espaços na administração tucana em Porto Alegre. “Não está à altura do papel que tivemos na eleição”, resume um deles.

19/06/2017 | Correio do Povo | Economia | 8

Gás de cozinha vai subir de novo

Produção da Refap é insuficiente para abastecer o mercado. Transporte por rodovia encarece produto

O preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), que subiu 6,7% ao consumidor há duas semanas, deve ter mais um reajuste no Rio Grande do Sul. Conforme o presidente do Sindicato dos Revendedores de Gás de Cozinha do RS (Singasul), Ronaldo Tonet, a produção da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) não é suficiente para abastecer o consumo gaúcho e o gás suplementar está chegando por rodovias, e mais caro, às revendas. Até então o gás suplementar vinha de navio. A procedência era, principalmente, da Argentina.

Agora o GLP está vindo da refinaria da Petrobras, em Araucária, no Paraná. O custo mais alto desta operação começou a ser repassado às distribuidoras, e já chegou aos revendedores de gás. Tonet ainda não sabe qual vai ser o impacto no preço final do gás para o consumidor, “mas a nova despesa será transferida imediatamente”. Segundo a mais recente pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), realizada entre os dias 4 e 10 deste mês, o preço médio do botijão de 13 quilos do gás de cozinha no Estado variava entre o valor mínimo de R\$ 43,99 no município de Cachoeira do Sul a R\$ 68,06 na cidade de Bagé.

Em Porto Alegre, o valor médio era de R\$ 60,23. Tonet desconhece os motivos da suspensão da chegada do GLP suplementar, importado, pelo porto de Rio Grande — depois o GLP era descarregado no terminal Niterói, no rio Gravataí, em Canoas. “Só a Petrobras pode explicar isso, a nossa preocupação é que dure pouco, pois esse gás sai mais caro”, afirma. Há risco de falta de gás, pois os revendedores estão com estoques menores. “A orientação do Singasul é dar prioridade para abastecer clientes finais, o consumidor, e não os intermediários (postos de gasolina e supermercados), principalmente no interior”, informa Tonet.

19/06/2017 | Correio do Povo | Cidades | 14

Sem trégua

Ao começar a baixar, águas deixam no caminho as marcas de uma das maiores enchentes da região

À medida que o tempo passa e o rio Uruguai recua, é revelada a destruição deixada aos atingidos pela enchente, a segunda maior dos últimos 34 anos. Além disso, o frio e a chuva de ontem criaram mais dificuldades aos desabrigados. Em São Borja, o rio Uruguai baixava, e media 8,42m. Segundo Airton Alves, da Defesa Civil, 144 das 255 famílias atingidas pela enchente retornaram para casa nas últimas 48 horas. Conforme o coordenador da Defesa Civil, Paulo Woutheres, em Uruguai, o rio Uruguai media 10,65m acima do nível normal, recuando.

Houve 1,4 mil famílias afetadas e algumas já limparam e higienizaram as casas para poderem retornar a partir de amanhã. Muitas moradias foram saqueadas e até os interruptores foram levados. No interior do município, no Distrito de São Marcos, o rio também baixava. A ligação com a BR 472 foi restabelecida. A ponte sobre o rio Ibicuí, fechada há duas semanas após vistoria de especialistas do Dnit e da PRF, foi liberada ao tráfego de veículos e de pessoas neste final de semana. O rio Uruguai, em Itaqui, atingiu 10,52m às 21h, voltando ao normal.

Segundo Franciéli Keller, da Defesa Civil, 80 das 570 famílias atingidas pelo rio retornaram para casa no feriadão. A balsa ainda não retornou ao transporte entre Itaqui e Alvear. Em Barra do Quaraí, o coordenador da Defesa Civil, Izair Rodrigues, anotou que o rio Quaraí passou a descer marcando 10 metros acima do nível normal. O número de famílias atingidas somava 42. Com a chegada do vento Sul, baixou o nível da Lagoa dos Patos e a água excedente que se acumulava em função das chuvas na Região Metropolitana de Porto Alegre começou a escoar para o mar.

19/06/2017 | Correio do Povo | Rural | 16

Produtores criticam novo Cadastro Nacional

Registro substituiu Declaração de Aptidão ao Pronaf e cria dúvidas que serão tema de audiência pública

Uma medida anunciada discretamente pelo governo federal tem causado preocupação entre entidades que representam a agricultura familiar. O decreto 9.064, de 31 de maio, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, que substitui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como instrumento de identificação dos empreendimentos familiares rurais. O texto cria a denominação Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e estabelece que ela deve ter até quatro módulos fiscais, utilizar pelo menos 50% da força de trabalho familiar no processo produtivo e contar com, no mínimo, 50% da renda familiar oriunda do empreendimento.

O professor de Sociologia do Desenvolvimento Rural da Ufrgs, Sérgio Schneider, alerta que muitos produtores, especialmente os de médio porte, podem ficar fora dos critérios de acesso ao Pronaf, já que há famílias que têm outras fontes de renda. “Se for implementado do jeito que foi feito, vai diminuir muito o número de agricultores familiares”, diz. Dirigentes do setor alegam que o decreto traz mais dúvidas do que benefícios. A pedido do deputado Heitor Schuch, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados vai promover uma audiência pública sobre o tema, com a participação do governo federal e de entidades do setor, no dia 13 de julho, em Brasília.

Na avaliação do parlamentar, alguns pontos do decreto estão em conflito com a Política Nacional da Agricultura Familiar, estabelecida em 2006. Ele chama atenção para o fato de que o prazo de validade da DAP é de cinco anos, o que significa que dentro deste período o produtor precisa atualizar as informações a respeito da sua produção. Pelo novo decreto, não há prazo determinado. O presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva, lembra que o cadastramento da agricultura familiar era uma pauta do movimento sindical, mas critica o decreto por ter sido emitido sem uma discussão com as entidades de representação dos agricultores. Como o texto não prevê de que forma o sistema será atualizado, Silva acredita que abre margem para que pessoas que não atuam no segmento possam ser financiadas pelo Pronaf, o que poderia implicar em falta de recursos para o programa. Ao mesmo tempo, o presidente da Fetag afirma que as regras sobre a necessidade de mão de obra e renda familiar não estão claras e deixam margem a dúvidas.

19/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 18

Prolongamento de contrato indefinido

No próximo dia 4, chega ao fim o contrato de concessão da BR 290 (a freeway) que pertence à Triunfo Concepa. Deve haver, no entanto, uma prorrogação prevista no contrato para até o final deste ano, pelo menos. O prolongamento ainda poderá durar mais dois anos, já que no segundo semestre de 2017, conforme sinalização do Ministério dos Transportes, deve ocorrer um novo leilão. Além da freeway, devem ser leiloados para empresas privadas outros trechos das BRs 290 e 116. Caso haja um novo contrato, a controladora — Triunfo Participações e Investimentos —, é quem concorre. Ela já se habilitou junto ao Executivo federal para apresentar estudos que envolvem a nova concessão.

A Triunfo Concepa confirmou que o fim do contrato ocorre no dia 4 de julho e que o governo federal sinalizou que a concessão pode ser prorrogada até que o leilão da nova concessão de rodovias federais do Estado ocorra. A concessionária informou, no entanto, que não há, até agora, confirmação da prorrogação, nem de como se daria. A empresa não quis comentar sobre os possíveis novos contratos. Em 1997, a Concepa passou a administrar o trecho federal concedido. Desde que assumiu o trecho Osório/Guaíba, investiu cerca de R\$ 2 bilhões. Recentemente, construiu uma quarta faixa entre a Capital e Gravataí, o viaduto na rua João Moreira Maciel e alargamento do viaduto próximo à avenida Assis Brasil.

19/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 20

Audiência debate Correios

Uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, na Capital, debateu a situação dos Correios e alternativas para a sua recuperação. Nos últimos dois anos, a estatal teve prejuízos de R\$ 3,5 bilhões. A atividade foi promovida pela Frente Parlamentar em Defesa dos Correios, da Câmara dos Deputados. Entre os debates estava o projeto de lei da deputada federal Maria do Rosário, que prevê que a administração pública contrate preferencialmente serviço dos Correios, com dispensa de licitação.

19/06/2017 | Diário Catarinense | Estela Beneti | 13

Agronegócio puxa consumo, diz Google

Que o campo tem sustentado o pequeno crescimento da economia brasileira nos últimos anos, nós já sabemos. As áreas rurais têm

sido, também, as mais aquecidas em consumo de produtos e serviços na comparação com o resto do Brasil. Um levantamento realizado pelo Google reforça isso.

A supersafra esperada entre o ano passado e 2017 transformou em bolsões de consumo regiões com economia fortemente dedicada ao agronegócio e Santa Catarina está entre os Estados beneficiados por esse fenômeno, mostra o levantamento do Cite de Pesquisas. Com expectativa de injetar R\$ 227,9 bilhões, a colheita de grãos estimula a busca por objetos de desejo, sejam serviços ou bens duráveis.

O mecanismo de buscas identificou um aumento mais expressivo nas pesquisas por produtos de telefonia e internet, como pacotes de banda larga e conexão móvel, a taxas maiores do que o dobro do restante do país. O levantamento toma por base o comportamento no Mato Grosso, mas estende o padrão para outros Estados. Além de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão na lista.

No segmento de veículos, por exemplo, as pesquisas por SUVs (52% no Mato Grosso contra 39% na média brasileira) e utilitários (34% no MT e 9% no país) são superiores às taxas nacionais. Dependendo do setor observado, as buscas nessas regiões chegam a ficar 10 pontos percentuais acima da média do Brasil, como nos pacotes de viagens. No setor de cruzeiros marítimos, enquanto a procura caiu 5% no país, cresceu 9% na área pesquisada pelo Google.

19/06/2017 | Diário da Fronteira | Geral | 4

Novo modelo da CNH é mais seguro contra fraudes

Este ano, o modelo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) passou por mudanças e ganhou itens de segurança que tornaram o documento mais seguro contra fraudes. Agora, a carteira de motorista conta com tecnologias como QR Code, novas cores, papel com marca d'água, tintas de variação ótica e fluorescente e imagens secretas. As novidades impactam apenas a aparência da CNH e o nível de segurança contra fraudes e falsificações do documento. Os procedimentos que o cidadão deve seguir para obter a carteira permanecem os mesmos. Condutores que já portavam o documento no modelo antigo não precisam fazer a troca. As CNHs antigas serão reconhecidas até a validade ou até que o condutor solicite alguma alteração de dados.

TECNOLOGIA QR CODE

A mais recente novidade no modelo da CNH é o uso da tecnologia QR Code. O código permite que os dados dos motoristas sejam acessados no banco de dados do Denatran, onde estará uma versão digital do documento com dados biográficos e foto do titular. Cerca de 300 mil carteiras foram emitidas com o novo recurso nos primeiros dez dias do mês de maio. O modelo antigo, sem código de barras bidimensional e dados criptografados, será substituído gradualmente, à medida que os motoristas forem renovando suas habilitações.

ITENS DE SEGURANÇA

Desde o dia 2 de janeiro de 2017, a CNH também ganhou novas cores e itens de segurança. As mudanças atendem à nova regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), válida para todo o País. A carteira passou a ser produzida por empresas credenciadas, em modelo único, e tem papel com marca d'água, tintas de variação ótica e fluorescente e imagens secretas, além de mais elementos em relevo e em microimpressão. O fundo do documento também ficou mais amarelado. A tinta da tarja que fica no topo das carteiras, acima da foto de identificação, passou de azul esverdeada para preta. A impressão continuou em alto relevo, e a tarja passou a ter do lado direito o mapa do estado responsável pela emissão da CNH. No lado esquerdo, sob o Brasão da República, aparece, agora, a imagem do mapa do Brasil. A nova CNH tem ainda duas sequências de números de identificação nacional – Registro Nacional e número do Espelho da CNH – e uma de identificação estadual – número do formulário do Renach (Registro Nacional de Condutores Habilitados).

19/06/2017 | Estado de Minas | Política | 4

Dos palácios para o banco dos réus

Desde o início da Lava-Jato, em 2014, nada menos que 21 ex-governadores foram citados em acusações de corrupção e caixa 2. Quatro deles foram parar na cadeia

Mais da metade dos estados brasileiros foi governada por políticos hoje citados em esquemas de corrupção ou caixa 2 nas delações premiadas da Lava-Jato. Desde o início da operação, em 2014, 21 ex-chefes de Executivo estadual foram apontados em depoimentos à Polícia Federal e ao Ministério Público. Quatro deles foram parar atrás das grades: Sérgio Cabral (PMDB), do Rio de Janeiro, e José Roberto Arruda (PR) e Agnelo Queiroz (PT), do Distrito Federal, estão presos, enquanto Silval Barbosa (PMDB), do Mato Grosso, deixou a cadeia na sexta-feira, mas segue em prisão domiciliar e com uso de tornozeleira eletrônica. Os outros citados ainda estão com seus casos em fase de investigação.

Entre os nomes de ex-governadores citados por delatores como beneficiários de propina ou de repasses irregulares para campanhas eleitorais estão alguns dos principais caciques da política nacional, como o ex-governador de Minas Gerais e presidente licenciado do PSDB, senador afastado Aécio Neves, o ex-governador da Bahia e ex-ministro-chefe da Casa Civil no governo Dilma Rousseff, Jaques Wagner (PT), e o ex-governador de São Paulo e ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB).

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral tem a situação mais complicada. Na semana passada ele foi condenado pelo juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava-Jato na primeira instância, a 14 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Na sentença, Moro afirma que Cabral recebeu, entre 2007 e 2011, R\$ 2,7 milhões em propinas da construtora Andrade Gutierrez pelas obras de terraplenagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras.

Do Palácio das Laranjeiras, o ex-governador fluminense foi para o Complexo Penitenciário de Bangu e ainda responde por outros nove processos na 7ª Vara Federal Criminal do Rio. Entre as denúncias contra Cabral estão supostos desvios em obras de infraestrutura de favelas e o superfaturamento das obras no estádio do Maracanã.

Dupla Os ex-governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda (PR) e Agnelo Queiroz (PT), foram presos no final do mês passado durante a operação Panatenaico, que apura o superfaturamento das obras do estádio Mané Garrincha, em Brasília. Eles também foram citados nas delações da Odebrecht. Segundo ex-diretores da empresa, José Roberto Arruda teria recebido R\$ 996 mil em caixa 2 eleitoral para financiar a campanha de 2014, além de participar de irregularidades em licitação de obras do BRT da capital federal quando era governador. Já Agnelo é suspeito de receber R\$ 1 milhão não declarados à Justiça Eleitoral durante a campanha de 2010, quando foi eleito para comandar o Distrito Federal.

Confissão Depois de um ano e meio preso, o ex-governador do Mato Grosso Silval Barbosa (PMDB) deixou a cadeia na quarta-feira e passou para o regime domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica. Ele confessou seus crimes e aceitou pagar uma multa de R\$ 46,6 milhões para conseguir a soltura. Silval foi preso na operação Sodoma, apelidada de Lava-Jato do Pantanal, por ter desviado recursos públicos por meio de fraudes em licitações e pagamentos de propinas durante campanhas eleitorais. Ele também foi citado pelos executivos da JBS, como beneficiário de propinas e operador em um esquema de suborno.

Outro ex-governador que está no olho do furacão é Jaques Wagner (PT), que comandou a Bahia entre 2007 e 2014 e foi ministro da Casa Civil de Dilma. Delatores da Odebrecht revelaram que a empreiteira o presenteou com relógios de luxo, propinas de R\$ 12 milhões em dinheiro vivo e caixa 2.

No Amazonas, o esquema teria envolvido dois ex-governadores. Segundo inquérito, o senador Eduardo Braga (PMDB) teria recebido R\$ 1 milhão da Odebrecht quando era governador do Amazonas. Ao ser eleito senador, os pagamentos passaram a ser feitos por meio de empresário ligado a Omar Aziz (PSD), que o sucedeu no comando do estado. Delatores da Andrade Gutierrez também estimam ter pago cerca de R\$ 20 milhões de propina a cada um dos ex-governadores.

Os ex-governadores de Minas Aécio Neves (PSDB) e Antonio Anastasia (PSDB) também estão na lista dos que foram citados por delatores da operação Lava-Jato. Aécio foi citado em cinco inquéritos, suspeito de receber vantagens para favorecer a Odebrecht em obras como as usinas de Jirau e fraudes em licitações nas obras da Cidade Administrativa. Desde a divulgação de gravações entre o tucano e o empresário Joesley Batista, da JBS, Aécio foi afastado do Senado e na próxima terça-feira, o Supremo Tribunal Federal vai decidir sobre o pedido de prisão feito pelo MPF.

O senador Antonio Anastasia é citado em um dos inquéritos da Lava-Jato e segundo ex-diretores da Odebrecht a empresa repassou vantagens indevidas em forma de doações de campanha eleitoral para as eleições de 2010. Segundo os delatores Sérgio Luiz Neves e Benedito Barbosa, a empreiteira doou R\$ 1,8 milhão em 2009 para a campanha do tucano ao Palácio da Liberdade. Após as divulgações das delações, as defesas dos ex-governadores mineiros negaram que eles trataram de assuntos ilícitos com os ex-dirigentes da empresa e que os recursos usados nas campanhas foram declarados à Justiça Eleitoral

Ex-governadores citados em esquemas de propina e pagamento de caixa dois nas campanhas eleitorais

- » 1) Acre: Jorge Viana (PT)
1999 a 2006
- » 2) Amazonas: Eduardo Braga (PMDB) 2003 a 2010 - e Omar Aziz (PSD) 2010 a 2014
- » 3) Bahia: Jaques Wagner (PT)
2007 a 2014
- » 4) Ceará: Lúcio Alcântara (PR)
2003 a 2007
- » 5) Distrito Federal: José Roberto Arruda (PR) - 2007 a 2010
e Agnelo Queiroz (PT)
2011 a 2015
- » 6) Espírito Santo: Renato Casagrande (PSB) - 2011 a 2015
- » 7) Maranhão: Roseana Sarney (PMDB) - 2009 a 2014
- » 8) Mato Grosso: Blairo Maggi (PP) - 2003 a 2010 - e Silval Barbosa (PMDB) - 2010 a 2015
- » 9) Mato Grosso do Sul: Zeca (PT) - 1999 a 2006 - e André Puccinelli (PMDB) - 2007 a 2014
- » 10) Minas Gerais: Aécio Neves (PSDB) 2002 a 2010 e Antônio Anastasia (PSDB) - 2010 a 2014
- » 11) Pernambuco: Jarbas Vasconcelos (PMDB)
1999 a 2006
- » 12) Rio de Janeiro: Sérgio Cabral (PMDB) - 2007 a 2014
- » 13) Rio Grande do Norte: Garibaldi Alves Filho (PMDB)
1995 a 2002

» 14) Rio Grande do Sul: Germano Rigotto (PMDB) - 2003 a 2007

» 15) Rondônia: Ivo Cassol (PP)
2003 a 2010

» 16) São Paulo: José Serra (PSDB) 2007 a 2010

*Não foram incluídos os atuais governadores investigados na Lava-Jato

19/06/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 2

O crack mais perto de você

Temos acompanhado o desenrolar das ações na área de São Paulo conhecida como "cracolândia". A Prefeitura da capital paulista dissolveu os acampamentos em uma ação policial e a medida repercutiu no país dividindo opiniões a favor e contra. Segundo especialistas que atuam no local, o grande problema tem sido a livre atuação de traficantes que se instalam ali e comandam com violência a relação com os usuários, impedindo que as frentes humanitárias atuem no combate ao vício e busquem a reabilitação dos doentes.

Isso tem fomentado a violência na região da Luz, onde se localiza a cracolândia e onde assaltos têm se tornando rotina. Mas esse problema não é exclusivo da capital paulista. Em levantamento do Observatório do Crack, um monitoramento realizado pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), a droga é um grave problema para 1.155 municípios brasileiros, um quinto dos 5.570 existentes. São Paulo, Minas Gerais e Bahia ocupam as primeiras posições em alto nível de problemas com crack.

Um levantamento de 2010 realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), detectou 29 cracolândias em 17 capitais brasileiras, com total de 2 milhões de usuários de crack. Este dado está defasado, pois, até 2012, somente cidades com mais de 200 mil habitantes eram atendidas pelo extinto programa "Crack, é Possível Vencer". O que não se contabilizava em o avanço da droga para cidades no interior dos estados. O crack é um entorpecente altamente viciante e, portanto, altamente lucrativo. Os problemas sociais do Brasil têm contribuído para o avanço desse consumo e da violência que dele surge.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina, um a cada cinco jovens está desempregado e mais de 20 milhões nem estudam nem trabalham. O cenário se torna favorável e, com isso, os pontos de consumo de drogas tem se alastrado para todo território nacional e pode estar atrelado ao aumento famigerado da violência no Brasil. No livro, "O tratamento do usuário de crack", especialistas revelam que fumar crack aumenta a violência, onde o usuário comete mais crimes (roubos e homicídios) para obter a droga e manter o consumo.

Esses fatores têm levado governos municipais a buscarem alternativas que esbarram na fraca política de combate às drogas, além de estratégias confusas, como a vista em São Paulo. Na verdade, por lá, a medida não resolveu, mas sim, pulverizou os usuários para outros pontos da cidade. Diante da ausência de medidas coerentes, traficantes veem terreno fértil para continuarem com seus negócios em outros locais. Enquanto isso, governos amargam com o impacto do crack em seus orçamentos.

Ainda segundo o levantamento da CNM, na região Sudeste, a presença do crack tem peso de 49% nos investimentos em Segurança. O crack avança e está cada dia mais perto de nós. Precisamos entender qual é a sistemática do problema e atuar em múltiplas frentes. Enquanto a força policial age coibindo a cadeia de produção, distribuição e comercialização da droga, ações de assistência psicossocial precisam atuar junto aos dependentes, enquanto uma terceira via trabalha na prevenção com público vulnerável. Mas passem, tudo isso já existe. O que não existe é uma comunicação entre essas ações, interligando inteligência, ações sociais e sistema de saúde preparado para a demanda. O problema é mais profundo e requer programas eficientes de resgate social ou vamos perder para o crack, sempre.

O crack avança e está cada dia mais perto de nós. Precisamos entender qual é a sistemática do problema e atuar em múltiplas frentes.

Marco Antônio Barbosa Especialista em segurança e diretor da CAVE do Brasil

Rateio do ICMS

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado. O Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas. Nas dez maiores economias do Rio Grande do Sul, apenas três têm crescimento previsto no IPM para o próximo ano: Canoas, Rio Grande e Santa Cruz do Sul.

RS é terceiro em perdas com crime organizado

O Rio Grande do Sul é o terceiro no ranking das unidades da Federação entre os maiores prejuízos apurados pela Polícia Federal em 2.056 operações que investigaram organizações criminosas de 2013 a 2017. O Distrito Federal lidera a lista, concentrando 57,2% – R\$ 70,9 bilhões – dos valores levantados. O mapa do que os especialistas chamam de máfias revela uma característica desse tipo de crime: a proximidade com o Estado.

Parte do protagonismo do Distrito Federal se explica pelo fato de que entre os inquéritos de 82 operações feitas pela Superintendência Regional da PF em Brasília estão grandes casos como Greenfield (prejuízo de 53,8 bilhões), Acrônimo (R\$ 5,8 bilhões), Zelotes (R\$ 5,4 bilhões) e Janus (R\$ 4,3 bilhões). As ações apuram desvios de verbas públicas, crimes financeiros de órgãos públicos e delitos tributários ligados à corrupção de agentes públicos. O País perdeu, em quatro anos, R\$ 123 bilhões com as organizações criminosas.

A Superintendência do Paraná é a segunda que mais detectou prejuízos causados por organizações criminosas no País – graças à Lava Jato e ao combate do crime na fronteira com o Paraguai. O terceiro lugar é reservado ao Rio Grande do Sul por causa de duas operações: a Enredados (R\$ 5,1 bilhões) e a Huno (R\$ 2 bilhões). Em suas duas fases em 2015 e 2016, a Enredados investigou esquema de propinas no extinto Ministério da Pesca, no governo Dilma Rousseff, e de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A Operação Huno investigou o mercado clandestino de cigarros.

Aeroporto Gustavo, Cramer ainda não tem licença de instalação para ampliação

Página 3

MP busca construção de proposta para aumentar proteção de famílias

Protocolo definirá regras que aumentem a proteção das famílias e minimizando os IMPACTOS CAUSADOS

Após o cumprimento da reintegração de posse do prédio que abrigava a Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre, a Promotoria de justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e o Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias já iniciaram um trabalho para a construção de uma proposta de protocolo que defina regras que aumentem a proteção das famílias que ocuparam o imóvel reintegrado e minimizem os impactos causados.

"É preciso definir o local em que estas famílias serão encaminhadas, para que tenham alimentação, assistência médica e social, pois a rede de proteção deve estar articulada para atender os ocupantes após a reintegração", afirmou o promotor de Justiça Cláudio Ari Mello. O membro do Ministério Público esteve presente durante a reintegração de posse do prédio e recomendou ao Estado que no

cumprimento da decisão fosse disponibilizado um local para o atendimento provisório dos ocupantes. Na desocupação, Cláudio Mello pôde verificar a necessidade de um melhor planejamento estatal para esse tipo de situação, na medida em que foi preciso contato com um grupo de voluntários para fornecimento de comida.

Conforme o promotor de Justiça, a situação foi acompanhada pelo Ministério Público desde o início da ocupação, em novembro de 2015. Membros do MP participaram de diversas tentativas de solução consensual entre Estado e as lideranças da ocupação.

No entanto, não foi possível chegar a um acordo, nem quanto à permanência dos ocupantes no local e tampouco a desocupação pacífica. Na sexta (16), representantes do MP já visitaram o local provisório para onde foram encaminhados os ocupantes do prédio, após a reintegração de posse ocorrida na noite de quarta-feira (14).

19/06/2017 | Jornal de Gravataí | Gabriel Diedrich | 4

Projeto prevê esterilização de cães e gatos em unidades móveis

O deputado Gabriel Souza (PMDB) protocolou na Assembleia Legislativa projeto de Lei que facilita a castração de cães e gatos no RS. O PL 55/2017 prevê a esterilização dos animais, por meio de cirurgias ou outros procedimentos técnicos aprovados pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, em unidades móveis, batizadas de castramóveis.

"A esterilização é uma Forma de controle populacional dos animais domésticos e de reduzir a incidência de zoonoses, pois junto com a castração os animais são imunizados contra doenças. Feita com a observância das normas técnicas. não causa dor nem sofrimento, melhorando sua qualidade de vida dos animais", justifica o parlamentar.

A castração será executada mediante programa governamental que leve em conta as localidades que necessitem de atendimento prioritário em decorrência de surperpopulação, quadro epidemiológico e tratamento prioritário para animais existentes em comunidades de baixa renda.

O projeto estabelece nimbem a realização de campanhas educativas sobre a posse responsável de animais domésticos. Souza explica que o projeto cria um instrumento legal para que os municípios gaúchos possam utilizar os castramóveis e se adequar á legislação federal recentemente promulgada.

Ele lembra ainda que a proposta foi inspirada no ideário da causa animal gaúcha e que várias cidades, como Porto Alegre, Poço de Caldas, Curitiba, Rio Grande. Maricá, Novo Hamburgo, Salvador, Natal, Lagoa da Prata, Lavras, Maringá, Juiz de Fora e Aracaju, adotam ou já adotaram os castramóveis.

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Opinião | 2

Indisciplina escolar forma geração desorientada

Quando as escolas públicas perdem alunos anualmente, ficam-se a perguntar o que está ocorrendo. Escolas públicas têm cartaz anunciando que têm vagas. E isso há mais de um ano. A maioria não aceita o que está acontecendo nos colégios nos dias atuais, que é a indisciplina. Suspiros de pais e avós saudosos dos tempos em que os alunos se levantavam quando o professor entrava na sala, silêncio quase absoluto, e onde o mestre sempre era visto como alguém mais experiente, mais culto, educado e, obviamente, mais idoso. E esses eram predicados e pressupostos valorizadíssimos então. Mas estamos convivendo hoje com a geração que se criou vendo desenhos onde predomina a violência, e também aquelas crianças que foram cuidadas não apenas pela tevê, a "babá eletrônica", mas também diante dos computadores.

São mesmo uma maravilha tecnológica inigualável e que mudaram as comunicações e as relações pessoais e coletivas. As crianças e os jovens de agora viverão em um mundo que nós, os mais velhos, jamais conheceremos, apenas podemos imaginá-lo a partir dos avanços espetaculares dos últimos 10 ou 15 anos, talvez até menos. Mas há instrumentos que também são alienantes, deseducadores da língua e propagam a superficialidade dos contatos, além de permitirem um anonimato que esconde os piores instintos. Elevar a

inteligência sem torná-la pernóstica é o conselho dado aos que querem chegar ao poder e serem lembrados pelas gerações futuras. Motivo de piadas, o fato é que temos uma porção de frases rebuscadas para explicar o que está ocorrendo.

Desde “um novo olhar sobre a educação”, passando pela “reconstrução de modelos escolares”, atitudes melhores “enquanto” professores e colégios para chegarmos à palavra que ninguém sabe bem o que representa, a ação “republicana” para que a estrutura de ensino seja melhorada. Amores e virtudes são os princípios basilares e conservadores das famílias, povos e nações. Isso é o que está faltando. A família deixa a educação curricular e a geral com a escola. Essa enfrenta tipos de formação familiar diferentes, começando pela antiga, mas sempre vigente, atitude de que “é proibido proibir”. Não, não só não é proibido, como a criança e o adolescente que não têm limites impostos julgam-se desamados.

Acabam se desajustando e pagando um alto preço quando se tornam inconvenientes junto aos colegas, aos amigos e nos empregos. Saem perdendo, é inexorável. A exclusão se dá ao natural, de alguma forma. Por aí não surpreende que morram mais adolescentes ou jovens adultos de maneira violenta do que nas outras faixas etárias da população brasileira. Deslocado na família que não lhe dá atenção, justamente porque tudo lhe permite; senhor da razão na escola, porque “sou eu que paga o teu salário” no enfrentamento com os professores, resta aos adolescentes o caminho das drogas. Não se justifica, por si só, que ganhar pouco ou a rebeldia leve às drogas ou ao crime.

Ou teríamos algumas dezenas de milhões a mais de brasileiros comprando drogas e criminosos. Saibam, pais e professores, que a melhor doutrina é aquela que nos faz melhores e mais justos, seja nas famílias ou nas escolas. Os jovens jamais poderão conhecer e avaliar a verdadeira felicidade sem haver tomado lições na escola da adversidade. Impor regras, dar limites e dizer que são normas que não caducam. Da mesma forma, os moços estouvados ainda são menos incômodos do que os idosos imprudentes ou que praticam o relativismo moral que é aceito por muitos, como acontece entre alguns políticos. Mais educação na família e nas escolas, é preciso. Então vamos salvar o futuro do Brasil, que está nas escolas, sejam públicas ou particulares.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Política** | 18

Marcha dos Prefeitos beneficia municípios, diz Ziulkoski

“O prefeito se obriga a ir a Brasília buscar alguma verba, e isso não se justifica mais”

Uma das pautas apresentadas por gestores públicos na Marcha dos Prefeitos deste ano, a derrubada de veto presidencial à lei que reformulou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é comemorada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Conforme a legislação, a cobrança do ISS será feita no município onde se situa o estabelecimento do prestador do serviço ou no domicílio desse prestador, para operações com cartões de crédito, ou no endereço do tomador do serviço, no caso de leasing (arrendamento mercantil) e de planos de saúde. A expectativa da CNM com a mudança é conquistar maior autonomia financeira especialmente para cidades menores, que terão mais esse aporte de recursos tributários a partir da modificação da lei, no começo deste mês. “Todos os municípios vão receber, porque, por menor que seja, tem um cartãozinho sendo passando lá”, avalia o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski (PMDB). Nessa entrevista ao *Jornal do Comércio*, Ziulkoski fala do apoio deliberado durante a marcha à reforma previdenciária. Na abertura do evento, o presidente Michel Temer (PMDB) editou uma Medida Provisória (MP) que reduz a multa da dívida que municípios têm com o INSS. Ziulkoski informa que isso não tem relação com a decisão dos prefeitos de apoiar a reforma. “O olhar da confederação é para o gestor e para o funcionário público”, afirma. Ele explica que a proposta do governo poderá reduzir a alíquota previdenciária dos municípios com regime próprio de previdência e incentivar os que estão no regime geral a mudar de sistema.

Jornal do Comércio - Nesses 20 anos da Marcha dos Prefeitos, o que se tira de lição? Qual a relação das prefeituras com o pacto federativo?

Paulo Ziulkoski - Esse pacto existe parcialmente, e nunca foi aprofundado, porque não interessa às oligarquias, ao poder político do Congresso Nacional e muito menos do Executivo, porque ficam o prefeito e o município pedintes, de pires na mão. Por isso foram passando atribuições para as prefeituras, e se estabeleceu um conflito, que deve ser enfrentado. Quando assumi a entidade, em 1997, percebi, sendo prefeito de um município pequeno (Mariana Pimentel), que isso é uma anomalia que precisamos regular. Deveria ser descentralizado e continua concentrado. O prefeito se obriga a ir a Brasília buscar alguma verba, e isso não se justifica mais. O custo de diárias, de viagens, de projetos e tudo é muito caro. Como não éramos recebidos pelo governo central e éramos tratados como párias, começamos a nos impor. A primeira marcha foi feita quando tivemos a oportunidade, em maio de 1998, e fomos recebidos a

cachorro e a baioneta no Palácio do Planalto. Ali já havia uma manipulação em detrimento das prefeituras e dos municípios brasileiros. Em 1994, quando com o Plano Real se estabilizou a economia e deixou de ter imposto inflacionário, o governo federal criou, para ele, o Fundo Social de Emergência, por três anos desvinculando 20% do orçamento da União para tapar buraco onde fosse necessário, mas não criou para estados e municípios. Nós nos insurgimos na prorrogação em 1998, quando passou a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal, porque não entrava no Fundo de Participação dos Municípios a parte do Imposto de Renda retido na fonte dos servidores da União. Conseguimos, depois daquela marcha, retomar aquele percentual, que representa 10% do fundo. No ano passado foram R\$ 96 bilhões, então são quase R\$ 10 bilhões que a marcha conquistou. Aí vem uma série, com o decorrer dos anos, de conquista e aperfeiçoamento do pacto federativo. Não é um novo pacto, temos que trabalhar dentro do que é possível. Mas até hoje tem algum problema, talvez daqui a 100 anos não tenha se resolvido, porque é assim é na Europa, na América Latina, na Ásia, onde o poder central, ávido por dinheiro, pega e não repassa da forma republicana, ou seja, dando autonomia para o município resolver. As marchas são encaminhadas nessa linha, nessa última conseguimos renegociar dívida na Previdência.

JC - Em outras ocasiões, o senhor falava em realizar uma constituinte específica para tratar do pacto federativo. Acredita que seria uma opção nesse momento em que se fala em uma nova constituinte geral?

Ziulkoski - Acho que seria uma solução, mas eu tenho medo do outro lado. As corporações acabam comandando a constituinte e criando mais problemas, porque no Brasil parece que fazendo a lei se resolve tudo. Não adianta a lei dizer que o professor tem que ganhar o piso - e eu sei que tem - se não tenho dinheiro para pagar. Deveria ser uma constituinte feita por alguém que não se interessasse em ser parlamentar nem agora, nem no futuro, alguém com esse objetivo e esse fim determinado, e não uma constituinte aberta, porque daí as corporações se organizam, e vem o populismo, vem o oportunismo, e acaba prejudicando mais. Aperfeiçoar o que se tem hoje na Constituição já seria um avanço muito grande dentro dessa relação federativa, mas tem que ter a definição de competências. Agora, não adianta ter definição de competências se não tem recurso para fazer. Tudo é debate que tem que se fazer, e as marchas propõem esse debate.

JC - Nessa marcha houve negociação da dívida dos municípios com o INSS, que resultou no apoio da marcha à reforma...

Ziulkoski - Isso foi um mal-entendido. Uma coisa é essa medida provisória, que é muito benéfica para o cidadão. Hoje, 4 mil municípios têm uma dívida de R\$ 75 bilhões com a União, sendo que quase 57% dessa dívida é de juros. Nas negociações que fizemos com o ministro da Fazenda e com o governo, reduziram 80% a multa, e com isso há uma diminuição de R\$ 30 bilhões. Se o município não precisa pagar, é dinheiro que sobra no orçamento da prefeitura. Isto é uma coisa, outra coisa é a reforma previdenciária, que implica nessa dívida, mas é diferente. Tecnicamente, não estamos apoiando o conjunto da reforma previdenciária, está cada um trabalhando na sua área. O olhar da confederação é para o gestor público, para o funcionário público, e não para os demais. Nesta área da reforma previdenciária, o que acontece: pela Constituição, o município pode optar por estar no regime geral, que é o INSS, ou ter seu fundo próprio.

JC - O que distingue o regime geral do próprio?

Ziulkoski - No Rio Grande do Sul, aproximadamente 340 municípios têm o fundo próprio; 2 mil no Brasil, que tem 5,2 milhões de servidores, porque são prefeituras maiores. Uma das exigências da Lei nº 9.717, que regula a Previdência, diz que anualmente o fundo municipal deve fazer um cálculo atuarial para saber qual a alíquota, tecnicamente, para ser viável o fundo, senão não recebe o Certificado de Regularidade Previdenciária, e com isso não recebe transferência voluntária, não pode fazer convênio com a União, fica impedido. Essa é uma das exigências do sistema próprio, em que hoje estão 80% dos funcionários do Brasil. Hoje, por exemplo, um cálculo atuarial dá uma alíquota de 28%, 11% para o servidor e 17% para a prefeitura. Com a reforma da Previdência aprovada - nada a ver com a medida provisória -, o mesmo cálculo atuarial elevando a idade de aposentadoria das mulheres para 60 anos e dos homens para 65 anos, o traço da morte não mudou, mas o traço da permanência de contribuição se alonga. Então o cálculo atuarial do município cai de 27% para 19%. Esses 8%, em uma folha de R\$ 4 milhões, são R\$ 320 mil por mês que vão ficar para o cidadão. Como alguém que pensa no Brasil em sua consciência vai ser contra isso? Agora, quem está em regime geral não tem benefício, vai continuar pagando 22%, mas vai obrigar o município a migrar para o sistema próprio. É mais econômico e vai ter o cidadão fiscalizando.

JC - Além da reforma previdenciária, qual a posição da CNM sobre as outras reformas que também estão em curso ou em discussão, tanto a trabalhista como a tributária?

Ziulkoski - A trabalhista também, estou sempre olhando pelo gestor. O que for mais econômico ou melhor é aquilo que tem que adotar. A reforma trabalhista interessa a muitas prefeituras, como a terceirização também, porque hoje isso já ocorre em algumas atividades, como limpeza, coleta do lixo, alguma coisa de segurança. Precisamos modernizar a administração pública, e não podemos mais ficar inchando as prefeituras com concursados. O concurso é uma garantia, mas entendo que daquelas atividades de

Estado.

JC – Por exemplo?

Ziulkoski – Por exemplo, um procurador, um fiscal, um professor, que são coisas permanentes. Outras atividades, como a elaboração de uma estrada, um motorista de patrula, daqui a pouco, a cidade pode nem ter mais patrula, mas o concursado ficou lá. Essas coisas têm que evoluir. Agora, as reformas tributária e previdenciária são as que mais impactam. Na tributária, e há uma confusão com a reforma fiscal, o que interessa não é só aumentar a arrecadação. Precisamos redistribuir isso fiscalmente. Estamos apoiando um dos projetos que está lá. Têm várias coisas lá, por exemplo, o próprio ministro da Fazenda (Henrique Meirelles, PSDB) e o Jorge Rachid, secretário da Receita, estão com uma proposta, mas que proposta? Pequeninha, melhorando só para eles, não mexendo na estrutura entre estado e município. Nós queremos uma reforma tributária profunda. Basicamente, que mude todo o tributo da origem para o destino. Um exemplo concreto, que levamos na Marcha de 2012 para a Dilma (Rousseff, PT) quando era presidente. Quando queríamos 2% de aumento do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ela disse que não tinha espaço. Sugeri mudar no ISS no cartão de crédito. O presidente Temer acabou vetando, acredito que por má informação, e conseguimos reverter a situação no Congresso.

JC – Com a derrubada do veto, que repercussão isso tem para os municípios?

Ziulkoski - Extraordinária. O ISS é um tributo de competência municipal, e normalmente, para a cobrança, tem duas situações: ou é no fato gerador, quando ocorre em si o serviço, ou no local da empresa. Normalmente, é no local da empresa. Essa mudança, que muda da origem para o destino, introduz outra possibilidade que vai incidir no domicílio do tomador, onde ele mora. É uma inovação, que vem no sentido de fazer uma redistribuição entre os municípios, pois não é um tributo nem do estado, nem da União. Isso hoje está concentrado em uns quatro municípios, e agora todos vão receber de alguma forma nessas operações, tanto de cartão como leasing e plano de saúde. Até então estava havendo uma disputa de alíquota, que varia de 2% a 5%, e o código tributário municipal define quanto é. Como tinha essa guerra fiscal, alguns chegavam a dar diminuição da base de cálculo a menos de 2%. Não podia, mas davam. A impressão que tenho é que todos vão trabalhar com o teto. Como fica: se sou de um município e compro um trator, por exemplo, em outro município, dou meu endereço, e o ISS tem que ser pago na prefeitura onde moro.

JC – Isso para o leasing.

Ziulkoski - Isso. Já o cartão de crédito é onde está passando, onde aparece depois no extrato do cartão dizendo o dia e a hora, e é lá que vai ser pago o ISS. Lógico que vai ter que ter uma fase de adaptação, os municípios vão ter que fazer alguns procedimentos de como vão fiscalizar essas maquininhas, ou programas baixados no celular que transferem direto da tua conta para a conta do estabelecimento. E assim é com os planos de saúde. A pessoa mora em um município, é filiada a um plano, e vai ser pago o ISS no endereço informado ao contratar o plano.

JC – Qual o impacto financeiro para os municípios?

Ziulkoski - Há uma estimativa em torno de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões em todo o Brasil, no início, e se pegar isso como base de movimentação econômica, pelo PIB (Produto Interno Bruto) no Rio Grande do Sul, os municípios teriam em torno de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões de redistribuição e aumento no tributo.

JC – Quando começaria a sentir essa repercussão?

Ziulkoski - Como é praticamente uma revolução, vai demandar tempo para que haja plenitude na aplicação. Normalmente, tem 90 dias de prazo para o contribuinte e o município se adequarem. Mas a lei já existe e, em tese, já tem que ser pago. Não podemos esquecer que 22% de tudo que se aumenta de arrecadação no município acaba na saúde, 30% na educação. Acredito que isso vai se aprofundar, no decorrer dos anos, em outros tributos, como o ICMS, que também é concentrado e tem que se desconcentrar.

PERFIL

Paulo Ziulkoski é advogado e presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Foi prefeito de Mariana Pimentel (RS) entre 1993 e 1996 e entre 2001 e 2004. No âmbito da representação municipalista, atuou em outras entidades, ocupando a presidência da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), em 1996-1997 e 2002-2003, e a vice-presidência da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais. Foi membro fundador do Fórum de Governança Local de Índia, Brasil e África do Sul, e é membro do Unacla, sigla em inglês de comitê sugestivo de autoridades locais para as Nações Unidas. Seu ingresso na vida pública aconteceu na presidência do setor jovem estadual gaúcho do

antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ainda no período da ditadura militar. Na mesma época, assumiu a presidência nacional do setor jovem, na qual desenvolveu liderança política voltada para o movimento municipalista. É filiado ao PMDB.

19/06/2017 | **Jornal do Comércio** | **Fechamento** | 28

Crime 1

Quase metade do prejuízo causado por organizações criminosas sob investigação pela Polícia Federal envolve grupos que praticaram delitos financeiros. Eles são responsáveis por R\$ 69,5 bilhões dos R\$ 123 bilhões apurados pelos investigadores. O desvio de verbas públicas responde por R\$ 21,9 bilhões.

Crime 2

O Distrito Federal é a unidade da Federação que concentra 57,2% - R\$ 70,9 bilhões - dos prejuízos apurados pela Polícia Federal em operações que investigaram organizações criminosas de 2013 a 2017. O Paraná é o segundo na lista, com R\$ 19,4 bilhões. O Rio Grande do Sul fica em terceiro lugar por causa de duas operações: a Enredados (R\$ 5,1 bilhões) e a Huno (R\$ 2 bilhões).

19/06/2017 | **Metro** | **Publím metro** | 18

Ocupação Lanceiros Negros

Foi revoltante assistir à desocupação do movimento Lanceiros Negros, onde o Judiciário determinou que fosse à noite, não se importando com a situação de fragilidade daquelas pessoas, iniciativa de um governo que nada faz pelo social, que não teve diálogo, que mentiu que eles poderiam ficar num local adequado. É alarmante a impotência do povo para resistir a este sistema falido em que corruptos públicos e notórios, causadores das mazelas dos povos são inocentados por tribunais, e que mais de 1.800 políticos envolvidos na corrupção legislam ao seu favor e contra nós.

JOÃO SANTOS - PORTO ALEGRE, RS

19/06/2017 | **Pioneiro** | **Política** | 8

“Olho delação e dá nojo”, diz Yeda

Ex-governadora comenta Lava-Jato e defende governo Temer

A ex-governadora Yeda Crusius (PSDB) retornou à Câmara dos Deputados no início do ano, em um momento completamente diferente daquele no qual ela foi deputada, entre 1994 e 2006. A constatação é da própria parlamentar, que assumiu como suplente na vaga do colega tucano Nelson Marchezan Jr., agora prefeito de Porto Alegre.

Nesta entrevista, além de avaliar a Câmara e o governo de Michel Temer (PMDB), Yeda relembra seu mandato como governadora de 2007 a 2010 e defende-se das acusações de recebimento de propina. Segundo o Ministério Público Federal, ela recebeu R\$ 1,75 milhão da construtora Odebrecht para facilitar a recuperação de créditos de ICMS à Braskem. Confira:

Pioneiro: Como avalia a atual composição da Câmara?

Yeda Crusius: É muito diferente do tempo que vivi. Nesse momento em que retorno para o quarto mandato, a agenda da Câmara tem sintonia com a agenda nacional. Vai além dos trabalhos normais e tem de participar de todo o conjunto de eventos que está marcando uma crise econômica gigantesca, uma instabilidade política muito forte. Neste ano, vai acontecer um conjunto grande de CPIs para analisar, investigar e propor medidas no campo da penalização. É muita coisa, é abrir a caixa preta do BNDES, da JBS.

Como a senhora avalia o governo Temer?

Quando Temer assume, fez um compromisso que era sair da crise. Você sai de uma recessão rigorosa e passa a ter indicadores de

que a reversão está chegando. O que o Temer fez em 2016 foi mudar a administração do BNDES e da Petrobras, que foram os maiores dutos de corrupção que o Brasil nunca tinha visto antes. Foi através da Petrobras e do BNDES que foram alimentados com bilhões os canais de corrupção que a Lava-Jato está mostrando. Quando Temer assume, vai cumprindo esses compromissos. Aí vem essa novidade tecnológica que vem sendo usada na política para cada dia gerar um escândalo, que são gravações, transmissão das gravações em gotas pela mídia. Mesmo tendo acertado no campo da economia, tendo levado as reformas para o Legislativo, tendo conseguido vitórias, o governo passa para a população (a imagem de) um governo mergulhado em escândalos. São escândalos que misturam a mídia, que recebe vazamentos selecionados, isso está mais do que claro, e fica multiplicando através desses vazamentos em uma tendência em se achar que todo mundo é igual, e não é. Mensalão e Petrolão são criações do PT. E o Temer fez a Lei do Teto, tentando segurar a crise econômica com um limite de gastos, mas ele está mergulhado em notícias diárias de escândalos, o que atrasa o que precisa verdadeiramente ser feito para tirar o Brasil da crise econômica.

O governo é muito focado nas reformas. Como a senhora irá votar a da Previdência?

Não é um projeto que o PSDB elaboraria. É um projeto que mexe com todo mundo e passa a ser o grande foco das reformas que o Legislativo tem de consultar a sociedade. Esse projeto está meio retaliado. Uma parte majoritária do PSDB acha que tem de modificar, enxugar a Reforma da Previdência, respeitando a crise política, moral, vendo aquilo que é necessário fazer. Todos concordamos que do jeito como está, a Previdência é responsável pela maior parte do déficit do governo federal. Nós achamos que a sociedade tem de se manifestar, mas jamais abdicando de dizer que sem a reforma você não sai da crise.

Qual o momento mais difícil como governadora?

Fui, quem sabe, das primeiras políticas que sofreu intimidação na porta de casa, muitas acusações, das quais fui inocentada. Foi um tumulto no campo da oposição. Uma oposição que não preza a verdade e, de certa maneira, impedindo que a sociedade avaliasse com mais profundidade tudo de bom que o governo estava conquistando. Foi uma sequência de momentos, não posso dizer qual foi o pior deles, posso dizer qual foi o primeiro, tal qual se deu uma sequência pela oposição raivosa, agressiva, mentirosa e que depois nós reagimos, que foi aquele evento na porta da minha casa, com meus netos.

Além da oposição formal, a senhora enfrentava oposição do seu vice. Isso atrapalhou?

Não houve rompimento durante o governo, aconteceu antes, durante a campanha. Ele tinha um caminho próprio, fazia o que bem entendia, com acusações que mais tarde pagou por elas. É uma pessoa problemática. Várias atitudes estão escritas pela história, nem é bom lembrar. O conflito foi criado por ele e o partido dele (Feijó elegeu-se pelo PFL que no ano seguinte virou DEM).

Em Caxias do Sul, prefeito e vice também não se relacionam. Algum conselho para os dois?

A história ensina. Como você está citando um exemplo, do meu governo, ali está tudo registrado, os malefícios que trouxe, o papel que ele resolveu desempenhar junto à fábrica de escândalos da época. Ele era um ator absolutamente ativo na fabricação de escândalos. O prejuízo que ele trouxe foi enorme. Se a história ensina, tanto ao prefeito quanto ao vice, estudar a história. Conforme o caso, ter uma pessoa que busca harmonizá-los, seria bom alguém que pudesse harmonizar essa relação para não prejudicar o governo.

A senhora é investigada por suspeita de recebimento de propina. Como está essa situação?

A Polícia Federal está ouvindo. O processo veio para o RS e fiz questão de ser a primeira a ser ouvida. Quanto mais demorar, mais demora a minha inocentação. Está nesse pé.

A senhora está tranquila?

Mais tranquila impossível. Escrevi um texto que tem o título Banalidade do mal em tempos de Lava-Jato. Qual é o elemento citado para me colocar na Lava-Jato? Nunca tive contato com a Petrobras. Fui a governadora do plástico verde. A primeira planta de plástico biodegradável do mundo foi eu que conquistei. Olho de lado e, pelo amor de Deus, dá nojo. Aquela última que foi a montagem da JBS em cima do Temer. Não tem como a gente achar que o Brasil é isso.

Aécio Neves, envolvido em denúncias e afastado do Senado, deveria renunciar? O PSDB tomará medidas?

Estou pedindo que o partido assuma sua crise, que a gente faça eleições esse ano. Quero que o PSDB faça a autocrítica. Tenho toda solidariedade, principalmente a Andrea (Neves), irmã do Aécio. Está numa prisão de segurança máxima. Olhando para os outros que estão soltos, qual é o perigo dela ir para casa? E a solidariedade ao Aécio também, que a sua maneira fez a política, está pagando um preço altíssimo, tem de responder como todos nós a este momento em que aparecem todo tipo de gravações, ilações. É a Justiça que tem de fazer a parte dela.

A senhora disputa as eleições 2018?

A política é meu meio de buscar melhorar o mundo e isso vai ter continuidade. De que maneira, a gente vai ver ano que vem.

19/06/2017 | Pioneiro | Geral | 13

Sem prazo para envio de recursos

Dois técnicos do Ministério da Integração Nacional chegam hoje a Porto Alegre e se somam a outros dois servidores que já atuam na capital gaúcha para um mutirão no Estado. A força-tarefa tem o objetivo de analisar minuciosamente toda a documentação encaminhada pelos municípios que informaram situação de emergência devido aos temporais de maio e junho, entre eles Caxias do Sul.

No entanto, ainda não há previsão de quando os recursos federais chegarão de fato aos municípios gaúchos. Apesar do anúncio do Palácio do Planalto, a liberação dos cerca de R\$ 50 milhões ainda não foi oficializada com a publicação no Diário Oficial da União. A expectativa é que R\$ 30 milhões venham para o Rio Grande do Sul e o restante, para Santa Catarina.

A prefeitura de Caxias decretou situação de emergência na última sexta-feira. A chuva e os ventos fortes causaram prejuízos na área urbana e rural do município, principalmente no distrito de Vila Oliva, onde 131 residências foram atingidas no dia 8 de junho. Na localidade, o temporal também causou a morte de uma idosa e de um jovem de 20 anos. O decreto municipal já permite a compra de materiais para as famílias prejudicadas sem a necessidade de licitação.

Com Rádio Gaúcha Serra.

19/06/2017 | Zero Hora | Informe Especial | 2

Trem de pouso

O gerente de projetos da Fraport Andreas Montag desembarca nesta semana em Porto Alegre. Vai representar a empresa – vencedora do leilão para administrar o Salgado Filho – na quinta edição do Fórum de Infraestrutura e Logística da Câmara Brasil-Alemanha.

19/06/2017 | Zero Hora | Notícias | 12

Processados, pais de vítimas recebem apoio em redes sociais

Vídeos e mensagens de apoio aos pais de vítimas da Kiss processados por promotores e ex-promotores de Santa Maria estão sendo compartilhados nas redes sociais. Quatro anos após a tragédia que matou 242 pessoas, três pais e uma mãe de jovens mortos no incêndio da boate Kiss podem ser condenados por “calúnia e difamação”, enquanto os responsáveis pela tragédia seguem impunes. No Facebook, a página Somos Todos Pais Kiss, criada no dia 15, somava mais de 3 mil curtidas e seguidores até as 19h de ontem. Usuários de todo o Brasil manifestaram solidariedade e até famosos aderiram. Atores como o gaúcho Rafael Cardoso, Edson Celulari e Dira Paes, da Rede Globo, gravaram vídeos em apoio.

– Quero me solidarizar com os pais da boate Kiss, que estão sofrendo não só com a perda de seus filhos, mas também com essa acusação. Eles não precisavam conviver com mais essa dor. Por isso, peço que o MP perceba a dor desses pais – disse Dira Paes no vídeo.

A campanha é promovida pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Instituto Juntos, Instituto de Arquitetos do Brasil, Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul e outras entidades.

Sérgio Silva, Flávio Silva, Paulo Carvalho e Irá Beuren estão sendo processados por calúnia e difamação pelos promotores Ricardo Lozza, Joel Dutra e Maurício Trevisan, além do promotor aposentado João Marcos Adede y Castro e o filho dele, o advogado Ricardo Luís Schultz Adede y Castro. A projeção de advogados de acusação e defesa, consultados por ZH em janeiro, é de que, caso os julgamentos sejam favoráveis aos membros do MP, os pais serão punidos antes que haja condenação dos quatro réus por homicídio no incêndio. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça ordenou que Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, sócios da boate, e Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, da banda Gurizada Fandangueira, sejam julgados pelo Tribunal do Júri. Eles recorreram.

Recém empossado procurador-geral de Justiça do Estado, o promotor Fabiano Dallazen comentou a situação em entrevista a ZH, publicada no dia 12, e disse que o MP não pode se “pautar pela opinião pública numa questão técnica”.

19/06/2017 | Zero Hora | Artigo | 22

Os desafios do desenvolvimento

JORGE AUDY - Assessor de Ciência, Tecnologia e Inovação da reitoria da PUCRS e presidente da Anprotec - audy@pucrs.br

Em nenhum momento da História, a educação e a inovação foram tão determinantes para o futuro de nosso país. A educação, por ser a base para construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. E a inovação, porque foi pelos investimentos em ciência e tecnologia que os países que lideram a economia mundial atingiram essa posição. Porém, o Brasil está perigosamente comprometendo nosso potencial de crescimento e de investimentos nessas duas áreas. Ao limitarmos os investimentos em educação e em ciência e tecnologia, comprometemos não só o presente, mas as futuras gerações e o futuro do país como protagonista em um mundo de transformação.

Nesse sentido, não podemos aceitar que projetos, tanto do Legislativo quanto do Executivo ou de todos os níveis de governo, subtraíam nossas esperanças e nosso potencial. E é isso o que acontece quando são aprovadas políticas e projetos que reduzem os investimentos nessas duas áreas. Evidente que o país vive momentos de enorme crise econômica e desequilíbrio nas contas públicas. Mas, para superar este momento, parece que nossos governantes optaram por políticas de cortes de gastos indiscriminados, reduzindo investimentos em todas as áreas e em todos os segmentos. Esta postura não nos ajudará a superar a crise. Ao contrário, nos afundará mais ainda em uma espiral de depressão (das pessoas) e recessão (da economia). Entendemos que, como sempre, a sabedoria está no equilíbrio, nem cortar tudo, nem seguir gastando sem responsabilidade. Devemos, mais do que nunca, investir, mas investir bem, investir no nosso futuro, com responsabilidade e audácia.

Ao mantermos e ampliarmos os investimentos nestas áreas, educação e inovação, mostramos para a sociedade como vamos superar esta crise e como vamos nos (re)posicionar no cenário mundial das nações. Educação e inovação: este binômio é a luz ao fim do túnel, a esperança de construirmos um futuro melhor. Devemos parar de comprometer nosso futuro reduzindo energia e investimentos em educação, em ciência e tecnologia e em inovação. Ou o legado de nossa geração ao futuro será a regressão a uma sociedade pré-industrial, cada vez mais desequilibrada e desalinhada com os valores e princípios que regem a nova economia e a nova sociedade.

19/06/2017 | Zero Hora | Artigo | 23

O país que queremos

Existem pontos em relação aos quais todos nós, independentemente de posicionamentos e convicções de ordem política e ideológica ou qualquer outra, concordamos. Um desses pontos é a necessidade de buscarmos novas soluções para os desafios trazidos pelos novos tempos.

Entre as ações do Ministério do Trabalho desenvolvidas nesses primeiros 13 meses de gestão governamental, a mais desafiadora foi a apresentação da proposta de modernização das leis trabalhistas, fruto de uma ampla discussão que envolveu empregadores e trabalhadores e que confere força de lei aos acordos aprovados entre trabalhadores e empregadores em 15 itens específicos. Os trabalhadores, por meio de seus sindicatos, e empregadores poderão negociar a melhor forma de cumprimento da jornada de trabalho, que continuará a ser de 44 horas semanais e 220 mensais. A proposta sofreu modificações na Câmara, está sob análise do Senado e estabelece que todos os direitos sociais previstos no artigo 7º da Constituição estão mantidos e não podem ser negociados (entre os quais, FGTS, 13º salário, salário mínimo, horas extras com acréscimo de no mínimo 50%, licenças gestante e paternidade). O objetivo dessa proposta não é apenas “atualizar a CLT”; é atualizar o Brasil, no sentido de levar as relações de trabalho a um novo patamar, quebrando paradigmas e propiciando condições para o surgimento de postos de trabalho.

Outras ações que destaco, implementadas ao longo desses 13 meses, são o lançamento do Programa Seguro Emprego (PSE), em substituição ao antigo Programa de Proteção ao Emprego (PPE), a entrada em operação de um sistema concebido para identificar fraudes na emissão e pagamento do seguro-desemprego, e os saques das contas inativas do FGTS, que podem beneficiar mais de 30 milhões de trabalhadores.

As mudanças estão ocorrendo. Notícias animadoras, como o saldo positivo de empregos formais no país registrado em abril, apontam para o acerto das decisões tomadas por um governo que respeita o passado, mas que está conectado com a realidade de um país que precisa reunir condições de construir um futuro digno, inclusivo e produtivo, um futuro que transforme o Brasil no país que queremos. Todos nós.

19/06/2017 | Zero Hora | Sua vida | 27

Para compreender o cérebro do corrupto

NEUROCIENTISTA LIBANÊS FALOU sobre o tema em congresso na Capital

Eles sabem mentir, são imorais, não sentem culpa pelos erros que cometem nem empatia pelas pessoas que prejudicam. O cérebro e o comportamento dos corruptos, que em muito se assemelham aos dos psicopatas, são objeto de estudo do neurocientista Antoine Bechara, libanês radicado nos Estados Unidos que foi um dos principais conferencistas do World Congress on Brain, Behavior and Emotions, congresso sobre cérebro, comportamento e emoções realizado em Porto Alegre, na Fiergs, entre quarta-feira e sábado passados.

Professor de psicologia da Universidade do Sul da Califórnia e especialista em temas como neurociência da tomada de decisão, abuso de substâncias e jogos de azar, Bechara apresentou, entre outras participações, a conferência Violência contra a Sociedade: Bases do Comportamento Imoral e Corrupto. O estrondoso noticiário político do país, cada vez mais misturado ao policial, tornou a presença de Bechara, naturalmente, uma das mais aguardadas.

AMBIENTE PROPÍCIO E AUSÊNCIA DE EMPATIA

Uma disfunção na região do lobo frontal do cérebro é a chave para entender as ações de imoralidade e corrupção. Mas apenas a minoria dos corruptos tem um dano na cabeça, explicou o professor em coletiva de imprensa horas antes de subir ao palco do Teatro do Sesi. Trata-se de criminosos impulsivos que, em algum momento, vão acabar sendo presos. Na maior parte dos casos, essa habilidade para corromper é aprendida e muito bem executada, o que permite que os corruptos se tornem pessoas de sucesso. Esses malfeitores são mais difíceis de pegar – e o tratamento que será dado a eles, a depender do nível de tolerância da sociedade em que estão inseridos, é determinante para a continuidade dessa “carreira” na ilegalidade.

– Se você está num ambiente onde a corrupção é considerada algo bom, onde não é punida, se não traz consequências para quem a pratica, e se também não há o ensinamento moral de que não é legal roubar o dinheiro dos outros ou aceitar suborno, então você vai

ter uma cultura que exercita isso – detalhou Bechara. – Você pode mudar essas pessoas se mudar a percepção de punição, se houver consequências, educação nas escolas e em casa dizendo que não é bom fazer isso. Você pode aprender que a corrupção é boa, mas, se tiver um cérebro normal, pode desaprender isso também.

A ausência de empatia, que é a capacidade de se identificar com o outro e de se colocar no lugar dele, é um traço marcante dos corruptos. Nas situações patológicas, em que há um problema cerebral, o indivíduo não dispõe do sistema que dispara o gatilho da empatia – ou seja, ele é incapaz de senti-la. Quanto aos demais corruptos – provável caso dos empresários e políticos brasileiros flagrados em desvio nos últimos tempos, pontuou o palestrante –, a chave é o controle das emoções.

– Os corruptos podem começar a sentir culpa quando começam a roubar, mas logo aprendem a controlar isso – exemplificou.

Como o Brasil pode combater a corrupção

Questionado por ZH se vem acompanhando os escândalos nacionais ultimamente, Bechara contou que, apesar de ouvir comentários de amigos brasileiros, sabe apenas que há figuras de alto escalão envolvidas com suborno.

– Ouço também que algo está mudando – ressaltou, em relação às penas aplicadas. – Mas mudança na sociedade não é algo que acontece de uma hora para a outra.

Sobre o tempo necessário para uma transformação tão profunda, o pesquisador não deu estimativa. Hábitos são difíceis de se interromper, justificou, e a corrupção também se torna um hábito.

– Não é só mandar um grande empresário para a cadeia. Vocês têm de fazer movimentos em outros níveis também, mais abaixo – comentou Bechara, em relação às pequenas práticas desonestas do dia a dia. – Tem de ser algo persistente. Não sei se é apenas para a próxima geração, não necessariamente. Às vezes, um novo líder entra em cena, põe o pé no chão e muda as coisas de forma rápida.